

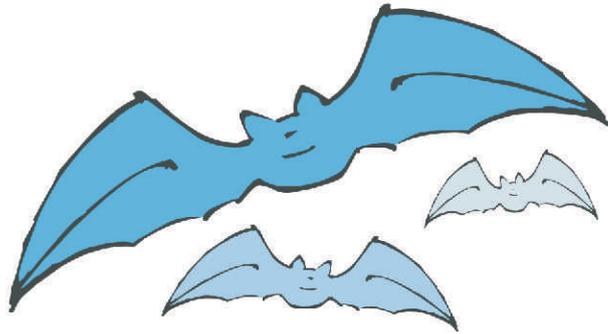


ANUÁRIO

ICN  B

Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P.

2010/2011



Ano do Morcego
2011-2012



ANO INTERNACIONAL
DAS FLORESTAS • 2011

SOS

Linha SOS Ambiente e Território

808 200 520

Alerta de incêndios

112

Centro de Recuperação de Fauna Selvagem do Parque Nacional da Peneda-Gerês

253 390 110 | 919 251 736

Centro de Recuperação de Animais Selvagens da Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto

234 831 063 | 932 735 538

Centro de Recuperação de Aves do Parque Natural da Ria Formosa

289 704 134 | 927 659 313 | 960 110 210

CERVAS – Centro de Ecologia, Recuperação e Vigilância de Animais Selvagens

962 714 492

CERAS – Centro de Estudos e Recuperação de Animais Selvagens de Castelo Branco

272 339 900 | 963 957 669 | 962 946 425

Centro de Recuperação de Animais Selvagens de Montejunto

927 986 193 | 960 110 210

CRASSA - Centro de Rec. de Animais Selvagens de St. André

967 023 095

CAAS – Centro de Acolhimento e Recuperação de Animais Silvestres

266 708 107

Centro de Recuperação de Animais Selvagens de Quaios

919 618 705

LxCRAS- Centro de Recuperação de Animais Silvestres de Lisboa

218 170 200 | 919 463 271

Parque Biológico de Gaia, E. M.

227 878 120 | 917 599 179

CRAS – Centro de Recuperação de Animais Selvagens

259 350 601 | 935 180 020

Porto de Abrigo do ZOOMARINE

289 560 300



ÍNDICE

10 ICNB participa no Ano Internacional das Florestas
Ano do Morcego **12**

18 Instituto da Conservação da Natureza
e da Biodiversidade, I.P.

Organograma e Estrutura Orgânica **20**

24 Documentos de Referência

Rede Nacional de Áreas Protegidas **28**

30 Projectos ICNB

32 Plano de Acção do Saramago
36 Projectos INCOB

Edições **38**

41 Pontos de Venda

Rede Natura 2000 **45**

51 Sítios de Importância Comunitária
Zonas de Protecção Especial

DGAC Norte **52**

54 SIC - Alvão | Marão
56 SIC - Douro Internacional
58 SIC - Montesinho | Nogueira
60 SIC - Peneda | Gerês
62 SIC - Rio Paiva
64 SIC - Rios Sabor e Maças

66 DGAC Centro e Alto Alentejo

68 SIC - Serra da Gardunha
70 SIC - Serra da Lousã
72 ZPE - Campo Maior
74 ZPE - Monforte
76 ZPE - Torre da Bolsa
78 ZPE - Vila Fernando

DGAC Litoral de Lisboa e Oeste **80**

82 SIC - Cabrela
84 SIC - Comporta | Galé
86 SIC - Monfurado
88 SIC - Serra de Montejunto
90 SIC - Sicó | Alvaiázere

92 DGAC Sul

94 SIC - Barrocal
96 SIC - Caldeirão
98 SIC - Guadiana
100 SIC - Moura | Barrancos
102 ZPE - Cuba

DGAC Zonas Húmidas **104**

106 ZPE - Estuário do Tejo
108 ZPE - Lagoa de Santo André
110 ZPE - Paul do Taipal
112 ZPE - Ria de Aveiro
114 ZPE - Sapais de Castro Marim

Contactos **116**

Ficha Técnica

ICNB

Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P.

Iniciativa e Coordenação: DCGO

Coordenação Executiva: Georgina Bastos

Conteúdos: Departamento de Comunicação e Gestão de Operações
Departamento de Conservação e Gestão da Biodiversidade
Departamentos de Gestão de Áreas Classificadas

Autores das Ilustrações da Capa:

Carlos Carrapato - ICNB | Marcos Oliveira

ENIGMA
e designers

Rua Amélia Rey Colaço, 40 | Edifício Rainbow

2790-017 Carnaxide

Tel. 214 177 724 | geral.enigmadesign@gmail.com

Marketing: Rui Martins

Publicidade: Paula Dias | Mecia Vicente

tel. 214 184 758 | fax. 214 185 216

Design: Germano Castelo Branco

tel. 214 177 724

g.castelobranco@mail.telepac.pt

Capa e Anúncios: Fernando Mano

Impressão e Acabamento: Gráfica Trevo

Tiragem: 10.000 exemplares

ISBN: 978-972-775-212-6

Depósito Legal: 305104/10

NOTA de Abertura

O que é que o Ano do Morcego 2001-2012 e o Ano Internacional das Florestas 2011 que este Anuário ICNB 2011 relembra e a Rede Natura 2000 que este mesmo documento destaca têm a ver entre si? O morcego é uma espécie animal, por sinal das mais desconhecidas em Portugal e ainda hoje vítima de histórias antigas; a floresta é um habitat multifacetado, presente na generalidade do País e bem conhecido dos portugueses se bem que, infelizmente, nem sempre pelas melhores razões; a Rede Natura 2000 é um sistema europeu de classificação de habitats, ossatura da política europeia de conservação da natureza e da biodiversidade. Eis-nos pois diante de duas comemorações e um destaque intimamente ligados entre si.

O Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade exerce as funções de autoridade nacional para a conservação da natureza e da biodiversidade assegurando a preservação da conservação da natureza e da biodiversidade e a gestão sustentável de espécies da flora e da fauna selvagens e habitats naturais. Daí, a promoção e desenvolvimento da informação, visitação, educação e sensibilização das populações, dos agentes e das organizações na área da conservação da natureza e da biodiversidade com o objectivo de criar uma consciência colectiva da importância dos valores naturais. Associar-se ao Ano do Morcego 2001-2012 e ao Ano Internacional das Florestas 2011 e dar destaque a Rede Natura 2000 inscreve-se nesses objectivos.

O Presidente do ICNB



Tito Rosa

04 | Abril

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14 Dia PNSS MAMEDE
15 Dia Mundial da Conservação dos Solos
16
17
18
19
20
21
22 Dia Mundial da Terra
23
24
25
26
27
28
29
30
31

05 | Maio

.....
Dia PNR FORMOSA
.....
Dia PNSA CANDEEIROS
.....
Dia Mundial do Campo
.....
Dia Mundial do Campo
Dia Mundial das Aves Migratórias
.....
Dia PND INTERNACIONAL
.....
.....
.....
.....
Dia Europeu do Mar
Dia Mundial p/ a Div. Cultural, Diálogo e Desenvolvimento
Dia Int. da Biodiversidade / Dia PPAFC CAPARICA
.....
Dia Europeu dos Parques
.....
.....
.....
.....
.....
.....

06 | Junho

.....
.....
.....
Dia Mundial do Ambiente
.....
Dia PN ALVÃO / Dia Mundial dos Oceanos
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
Dia Mundial de luta contra a desertificação e a seca ..
.....
.....
.....
.....
.....
Dia RNP BOQUILOBO
.....
.....
Dia RNP ARZILA
.....
.....
.....
.....
.....

damos valor à natureza



Em 2011...



ICNB participa no

Ano Internacional das Florestas

Iniciativa em curso desde 2 de Fevereiro

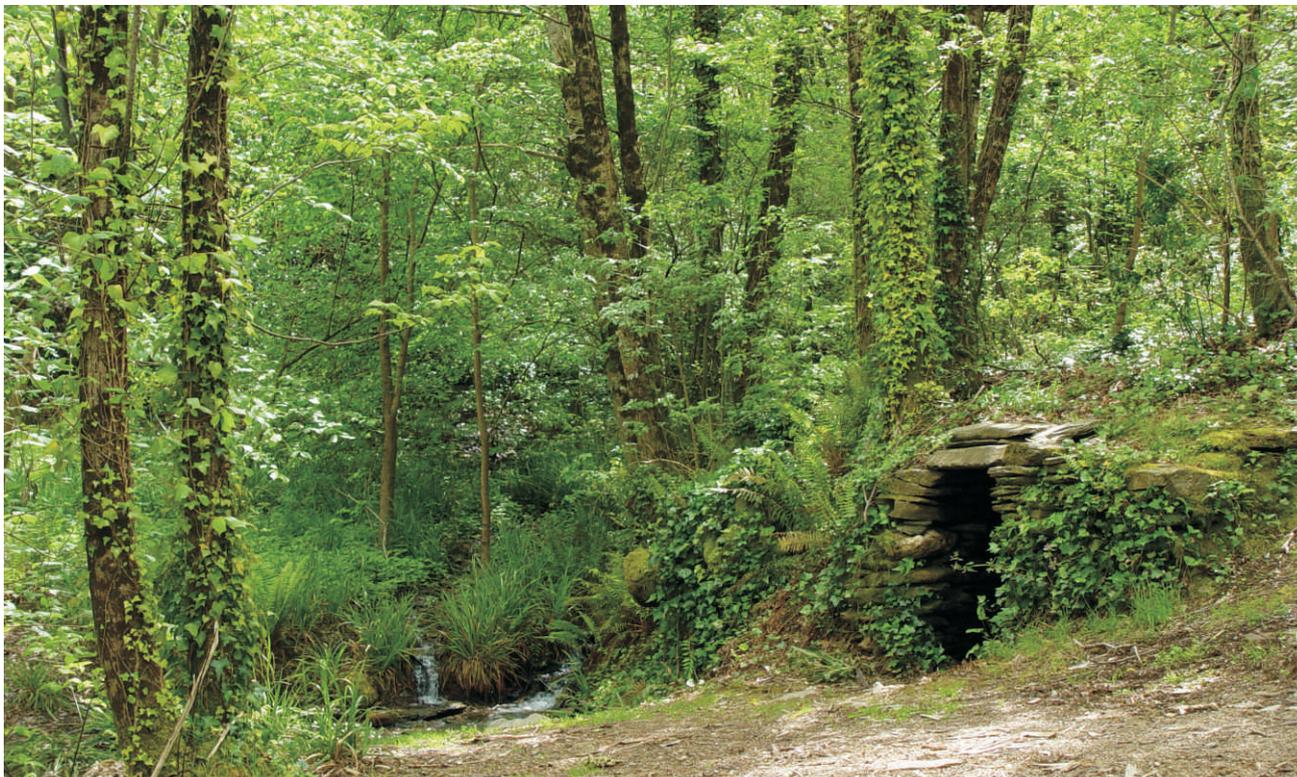
Depois de 2010, em que celebrámos o Ano Internacional da Biodiversidade, a Conservação da Natureza e da Biodiversidade é novamente invocada em 2011: a Assembleia Geral das Nações Unidas declarou 2011 como o ANO INTERNACIONAL DAS FLORESTAS, dando sequência ao tema da Biodiversidade e alargando-o à gestão sustentável das florestas.

Ricardo Guerreiro



A floresta constitui uma importante parcela dos espaços naturais portugueses, ocupando 39% do território nacional – 3,4 milhões de hectares. Das dunas do litoral às nossas serras, passando pelas charmeças e planícies do Sul do país, a presença da floresta é um denominador comum da nossa paisagem e um factor de Biodiversidade.

A floresta é também fonte de múltiplos serviços ambientais imprescindíveis para a sociedade: renovação do ar e fornecimento



de água de qualidade; as florestas também são um pilar do combate à desertificação e às alterações climáticas – a floresta portuguesa garante o sequestro de 280 milhões de toneladas de CO₂.

Sob o mote **Floresta para todos**, o Ano Internacional das Florestas decorre desde o dia 2 de Fevereiro, com a coordenação da Comissão Nacional da UNESCO, em articulação com a Secretaria de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural. O ICNB integra a Comissão Executiva do evento, juntamente com outras entidades como a

Associação Nacional de Municípios Portugueses e associações ambientalistas.

Para acompanhar as actividades que celebram o Ano Internacional das Florestas em 2011, consulte www.florestas2011.org.pt

Ano do Morcego

A ordem Chiroptera inclui mais de 1000 espécies e está presente em quase todo o planeta. Em Portugal são actualmente conhecidas 27 espécies de morcegos, que correspondem a mais de um terço das espécies de mamíferos que ocorrem no território.

Texto: Luísa Rodrigues, Ana Rainho e Jorge Palmeirim



Morcego-hortelão-escuro (*Eptesicus serotinus*) - Pedro Alves

OS MORCEGOS PRECISAM DE AMIGOS

Muitas espécies de morcegos estão presentemente ameaçadas no nosso país, na Europa, e mesmo no Mundo. Em Portugal continental ocorrem três espécies consideradas *criticamente em perigo*, uma *em perigo* e cinco *vulneráveis*, nos Açores há duas espécies *criticamente em perigo* e na Madeira há três espécies *criticamente em perigo*. No caso de nove das nossas espécies de morcegos os conhecimentos disponíveis sobre as suas populações não permitem ainda determinar qual o seu estatuto de ameaça.

Para além de legislação nacional os morcegos portugueses estão protegidos pela Directiva Habitats na União Europeia, pela Convenção de Berna do Conselho da Europa, e pela Convenção de Bona sobre as Espécies Migradoras. No âmbito da Convenção de Bona foi mesmo adoptado um Acordo orientado para a

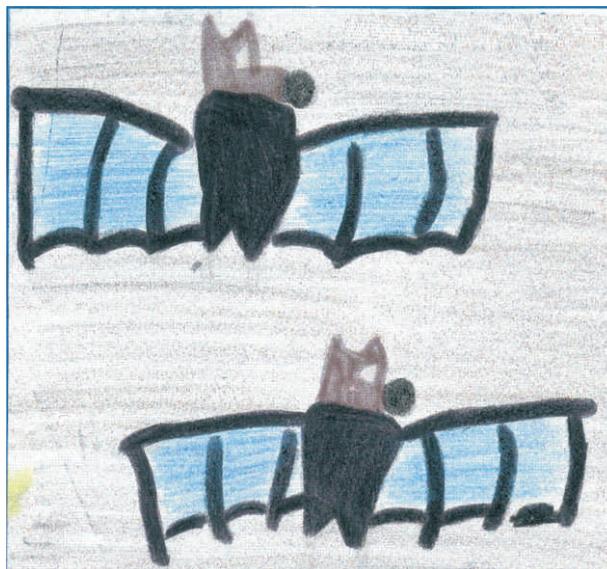
conservação das espécies de morcegos, que Portugal acompanha activamente: o EUROBATS – Acordo sobre a Conservação das Populações de Morcegos Europeus.

A Convenção de Bona e o EUROBATS declararam 2011-2012 como o Ano do Morcego. Espera-se que esta iniciativa sirva para divulgar a importância dos morcegos e os desafios de conservação que enfrentam, melhorando a sua imagem e contribuindo para a sua conservação e assim como para a dos ecossistemas de que dependem.

Características dos morcegos

Sendo os únicos mamíferos com capacidade de voo e estando activos sobretudo de noite, os morcegos apresentam características biológicas muito peculiares e variadas:

- não são cegos, mas na maior parte das espécies a visão não é suficiente para conseguirem voar no escuro a grande velocidade. Por isso recorrem à ecolocalização, que consiste na emissão de ultrasons que são reflectidos quando encontram um obstáculo, permitindo ao morcego localizar objectos pela interpretação do eco;
- têm uma grande diversidade morfológica, apresentando uma grande variedade de cores, forma e tamanho das orelhas, forma dos focinhos e tamanho do corpo;
- podem ocupar abrigos de muitos tipos, como árvores, grutas e minas, edifícios e cavidades de falésias e pontes. É frequente mudarem de local de abrigo ao longo do ciclo anual, fazendo migrações sazonais que em Portugal podem chegar às centenas de quilómetros;
- têm uma dieta muito variável: apesar da maior parte das espécies europeias se alimentarem exclusivamente de insectos e outros artrópodes; um dos nossos morcegos também caça pequenas aves; noutras regiões do Mundo há espécies que se alimentam de frutos, néctar, pequenos vertebrados e mesmo de sangue;



Morcegos - Helena Calado

- são um elo fundamental no funcionamento de diversos ecossistemas: são presa para alguns vertebrados, importantes predadores de insectos e de outros pequenos artrópodes, e os principais portadores de matéria orgânica para sistemas subterrâneos. Nos trópicos as espécies frugívoras e nectarívoras são fundamentais na regeneração de florestas ao dispersarem as sementes e polinizarem diversas espécies de plantas;
- algumas particularidades biológicas têm vindo a ser utilizadas na investigação médica e farmacêutica, como no estudo de mecanismos de orientação em invisuais com base na ecolocalização e no desenvolvimento de anticoagulantes baseados em proteínas da saliva dos morcegos que se alimentam de sangue.



O controle da vegetação na entrada dos abrigos é uma das medidas de conservação em curso; Luísa Rodrigues

Razões de ameaça

Os morcegos são um grupo de espécies particularmente frágeis por terem uma capacidade de recuperação populacional muito reduzida. Esta baixa capacidade deve-se principalmente a uma maturidade sexual tardia e uma taxa de reprodução anual muito baixa (a maioria das espécies só tem uma cria uma vez por ano). Adicionalmente, o carácter colonial da maioria das espécies, cujas populações se concentram num número reduzido de locais, aumenta muito a sua vulnerabilidade.

De entre os factores que afectam negativamente as populações de morcegos, destacam-se:

- perturbação de abrigos, em particular no caso de subterrâneos (a perturbação é particularmente nefasta nos períodos de maternidade e hibernação);
- destruição de abrigos;
- alteração dos habitats nas áreas de alimentação;
- uso indiscriminado de pesticidas (não só diminui a diversidade e abundância de presas como pode contaminar os morcegos através da ingestão de insectos contaminados);
- atropelamento, em particular



no caso das espécies de voo baixo (morcego-de-ferradura-grande, morcego-de-ferradura-pequeno, morcego-de-ferradura-mediterrânico, morcego-de-ferradura-mourisco, morcego-negro, morcego-orelhudo-castanho, morcego-orelhudo-cinzento);

- mortalidade causada por aerogeradores, em particular no caso das espécies de voo alto (morcego-arborícola-pequeno, morcego-arborícola-grande, morcego-arborícola-gigante, morcego-rabudo, morcego de Savi).

A má imagem popular dos morcegos, frequentemente associada a mitos e superstições, tem promovido a perseguição directa deste grupo, com consequências nefastas para algumas das suas populações.

Estudos e medidas de conservação

Desde os anos 70 tem sido feita a inventariação e a caracterização de abrigos no Continente, essencialmente para se identificarem os locais mais importantes para cada espécie. A tomada de medidas de conservação por parte do ICNB iniciou-se nos anos 80 e tem incluído:

- manutenção do Programa de Monitorização de Abrigos Subterrâneos, em curso desde 1987, com visita anual aos locais de hibernação e de maternidade importantes a nível nacional; este programa tem como objectivos principais monitorizar variações nas populações de cada espécie e detectar eventuais ameaças que possam afectar os abrigos e as colónias que albergam;
- consolidação de alguns abrigos em perigo de ruína;
- vedação de alguns abrigos que eram muito perturbados por visitantes;

A aplicação desregulada de pesticidas é um dos principais factores de ameaça Ana Rainho

- controle da vegetação na entrada dos abrigos, para permitir a passagem livre dos morcegos. Esta acção tem sido necessária especialmente nas entradas com elevada humidade, que promove o crescimento de silvas;
- identificação da rede de abrigos que as espécies migradoras utilizam, por meio de anilhagem, visto a conservação destas espécies estar dependente da manutenção do conjunto de abrigos que utilizam ao longo do ano;
- definição das zonas de alimentação de algumas espécies cavernícolas, com rádio-telemetria;
- construção de abrigos alternativos, em alguns casos de destruição de abrigos;
- informação e sensibilização do público para a conservação destas espécies e do meio que as suporta;
- avaliação e monitorização dos impactes de diversas infraestruturas e projectos sobre as populações de morcegos, não só tendo em vista avaliar a sua magnitude como também minimizar os seus efeitos; particularmente relevante tem sido o acompanhamento dos potenciais efeitos dos aerogeradores de produção de energia eólica.

Os relatórios de implementação do EUROBATS em Portugal, que resumem as acções que têm vindo a ser desenvolvidas desde 1995, podem ser consultados em www.icnb.pt

Vamos ajudar os morcegos

Muitas pessoas associam os morcegos a bruxarias e mitos e pensam que são prejudiciais ao Homem. A maior ajuda que todos podemos dar a estas espécies é contrariar esta imagem negativa, realçando que, são de facto espécies úteis ao Homem e ecologicamente importantes.

www.wix.com/anodomorcego/icnb

Espaço dedicado ao Ano do Morcego que incluirá informações diversas sobre os morcegos e sobre actividades que decorrerão em 2011 e 2012. Para organizar actividades, contactar Luísa Rodrigues (rodriguesl@icnb.pt) ou Ana Rainho (rainhoa@icnb.pt).



Para saber mais sobre morcegos podemos consultar/visitar:

- site do ICNB www.icnb.pt (informações em Envolvimento Internacional/EUROBATS, Estudos e Projectos, fichas do SIPNAT, Ano do Morcego);
- carsoscópio (<http://www.alviela.cienciaviva.pt/home/>) (Centro Ciência Viva do Alviela, tem uma exposição interactiva);
- morcegos na web (<http://static.publico.clix.pt/morcegos-naweb>) (durante os meses quentes do ano tem imagens captadas em tempo real dentro de uma gruta, e ainda pequenos filmes e informações diversas);
- blog morceguismos (<http://morceguismos.blogspot.com/>) (espaço dedicado aos morcegos, inclui a divulgação de projectos em curso ou concluídos, notícias, e actividades diversas)
- EUROBATS (<http://www.eurobats.org/>)
- site oficial do Ano do Morcego (<http://www.yearofthebat.org/>)
- Bat Conservation Trust, ONG do Reino Unido dedicada à conservação dos morcegos (<http://www.bats.org.uk/>)
- Bat Conservation International, ONG internacional baseada nos EUA dedicada à conservação dos morcegos (<http://www.batcon.org/>).

Por vezes os morcegos entram por engano nas nossas casas. Saiba como proceder nestas situações consultando o documento disponível no portal do ICNB www.icnb.pt.

Vamos respeitar os morcegos, uma parte importante da nossa fauna!

damos valor à natureza



ICN  B

Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P.



ICNB, I.P.

Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P.

Em Portugal, a política de conservação da natureza adquiriu expressão visível na década de 70, momento em que foi publicada a Lei n.º 9/70, de 19 de Junho, fundamental para a criação de Áreas Protegidas.

Após o 25 de Abril de 1974, o Decreto-Lei n.º 550/75, de 30 de Setembro criou a Secretaria de Estado do Ambiente, bem como o Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico (SNPRPP).

Já nos anos 80 foi criado, através do Decreto-Lei n.º 49/83, de 31 de Janeiro, o Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza (SNPRCN) cuja lei orgânica foi aprovada pelo Decreto Regulamentar n.º 3/86, de 8 de Janeiro.

Em 1993, foi aprovado, através do Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro, o novo regime jurídico de classificação de Áreas Protegidas e criado o Instituto da Conservação da Natureza (ICN) pelo Decreto-Lei n.º 193/93, de 24 de Maio.

Em 2007, tendo em conta a lei orgânica do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do

Desenvolvimento Regional (MAOTDR) – Decreto-Lei n.º 207/2006, de 27 de Outubro – foi decidida a manutenção e reestruturação do Instituto da Conservação da Natureza (ICN), refundado com a componente da Biodiversidade e redominado Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P. (ICNB).

Missão e Atribuições

O ICNB, I.P. tem por missão propor, acompanhar e assegurar a execução das políticas de conservação da natureza e da biodiversidade e a gestão das áreas protegidas, visando a valorização e o reconhecimento público do património natural.

Atribuições:

a) Exercer as funções de autoridade nacional para a conservação da natureza e da biodiversidade;

- b) Assegurar a preservação da conservação da natureza e da biodiversidade e a gestão sustentável de espécies e habitats naturais da flora e da fauna selvagens, promovendo a elaboração e implementação de planos, programas e acções, nomeadamente nos domínios da inventariação, da monitorização, da fiscalização e dos sistemas de informação;
- c) Propor a criação de áreas classificadas, terrestres e marinhas, e assegurar a gestão das que são de interesse nacional e colaborar na gestão das que são de âmbito regional ou local, nomeadamente através da elaboração, avaliação e revisão de planos de ordenamento e de gestão das áreas protegidas e da orla costeira;
- d) Promover a articulação e a integração dos objectivos de conservação e de utilização sustentável dos recursos naturais na política de ordenamento do território e nas diferentes políticas sectoriais, visando a valorização económica e social do património natural como factor estruturante de diferentes sectores da actividade económica, designadamente através de parcerias, com especial incidência no turismo de natureza;
- e) Promover a aplicação da Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB) e a concepção e gestão do Programa Nacional de Conservação da Natureza;
- f) Promover e desenvolver a informação, visitação, educação e sensibilização das populações, dos agentes e das organizações na área da conservação da natureza e da biodiversidade, com vista a criar uma consciência colectiva da importância dos valores naturais;
- g) Assegurar, em cooperação com as entidades competentes, o acompanhamento das questões, a transposição e o cumprimento do direito internacional e comunitário em matéria de conservação da natureza e da biodiversidade.

Diplomas Legais

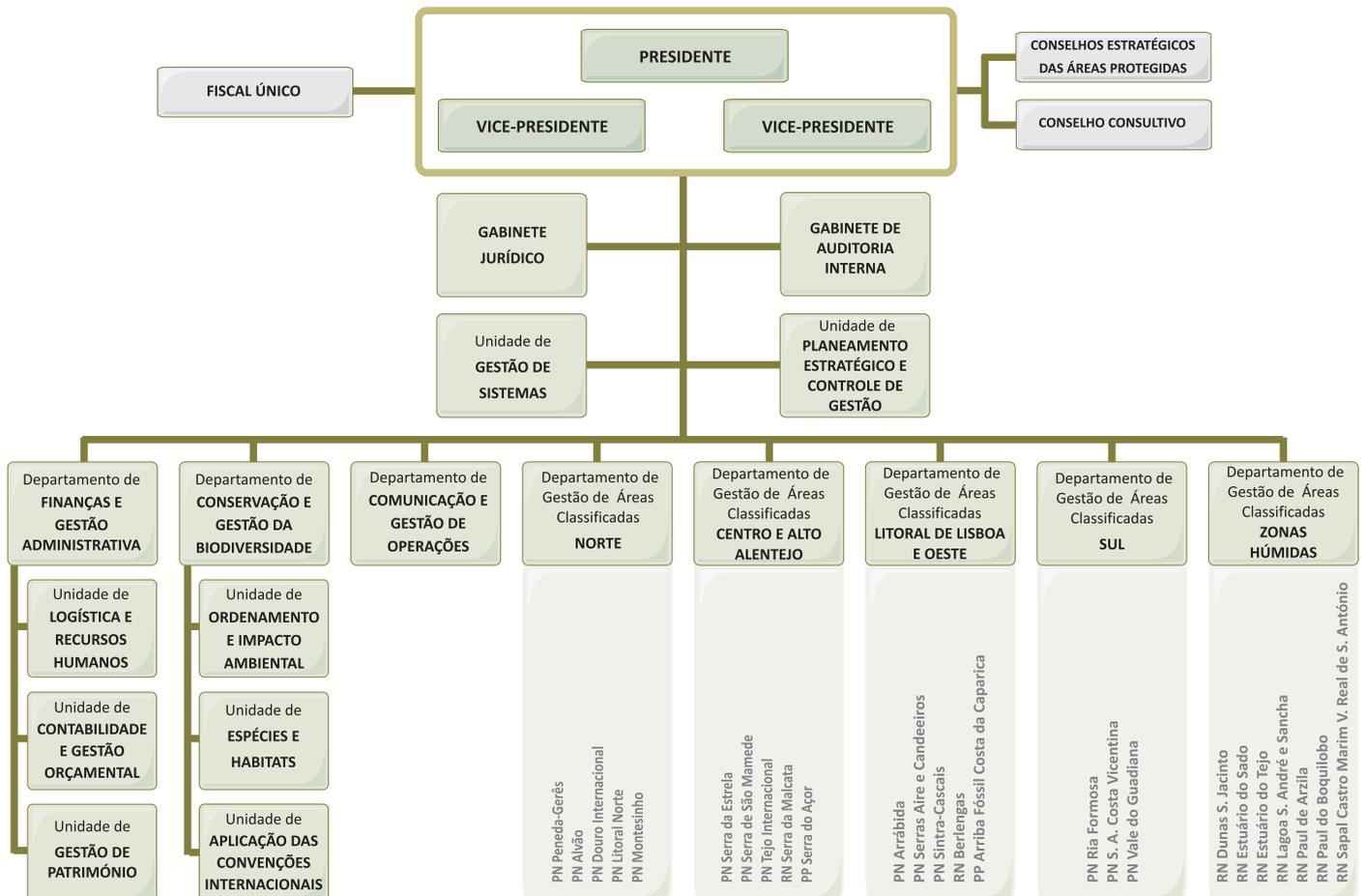
Decreto-Lei n.º 136/2007, de 27 de Abril –
Aprova a orgânica do Instituto da Conservação
da Natureza e da Biodiversidade, I. P.

Portaria n.º 530/2007, de 30 de Abril – Aprova
os Estatutos do Instituto da Conservação da
Natureza e da Biodiversidade, I. P.

Despacho n.º 20137/2007, de 4 de Setembro –
Cria as unidades orgânicas do ICNB previstas
no n.º 2 do artigo 6.º da Portaria n.º
530/2007, de 30 de Abril



ORGANOGRAMA e estrutura orgânica



Presidente - Tito Rosa
Vice-Presidente - Carlos Figueiredo
Vice-Presidente - Fátima Fernandes

Unidade de Planeamento Estratégico e Controle de Gestão

Coordenadora: Manuela Domingues

Gabinete Jurídico

Coordenadora: Emília Afonso

Unidade de Gestão de Sistemas

Coordenador: Henrique Marinho

Gabinete de Auditoria Interna

Coordenadora: Teresa Mouro Ferreira

Departamento de Comunicação e Gestão de Operações

Directora: Anabela Isidoro

Departamento de Finanças e Gestão Administrativa

Director: Pedro Nobre

Unidade de Logística e Recursos humanos

Coordenador: Paulo Guerreiro

Unidade de Gestão e Património

Coordenador: Carla Jané

Unidade de Contabilidade e Gestão Orçamental

Coordenadora: Maria Fernanda Santareno Correia

Depart. de Conservação e Gestão da Biodiversidade

Director: Mário Silva

Unidade de Ordenamento e Impacto Ambiental

Coordenadora: Ana Cristina Antunes

Unidade de Espécies e Habitats

Coordenadora: Glória Araújo

Unidade de Aplicação das Convenções Internacionais

Coordenador: João Loureiro

Departamento de Gestão de Áreas Classificadas Norte

Director: Lagido Domingos

Directores-Adjuntos: Duarte Figueiredo
José Paulo Pires
Victório Martins

Parque Nacional da Peneda-Gerês
Parque Natural de Montesinho
Parque Natural do Douro Internacional
Parque Natural do Litoral Norte
Parque Natural do Alvão

Departamento de Gestão de Áreas Classificadas Centro e Alto Alentejo

Director: Armando Carvalho

Directores-Adjuntos: Fernando Queirós
Maria da Paz Moura

Parque Natural da Serra da Estrela
Reserva Natural da Serra da Malcata
Paisagem Protegida da Serra do Açor
Parque Natural do Tejo Internacional
Parque Natural da Serra de S. Mamede

Departamento de Gestão de Áreas Classificadas Litoral de Lisboa e Oeste

Directora: Sofia Castel-Branco da Silveira

Directoras-Adjuntas: Maria de Jesus Fernandes
Teresa Leonardo

Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros
Parque Natural de Sintra-Cascais
Reserva Natural das Berlengas
Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa de Caparica
Parque Natural da Arrábida

Departamento de Gestão de Áreas Classificadas Sul

Director: João Alves

Directores-Adjuntos: Luís Mendes Ferreira
Pedro Rocha

Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina
Parque Natural do Vale do Guadiana
Parque Natural da Ria Formosa

Departamento de Gestão de Áreas Classificadas Zonas Húmidas

Director: João Carlos Farinha

Directores-Adjuntos: Maria José Pitta
Ricardo Espírito-Santo

Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto
Reserva Natural do Paul de Arzila
Reserva Natural do Paul do Boquilobo
Reserva Natural do Estuário do Tejo
Reserva Natural do Estuário do Sado
Reserva Natural das Lagoas de Stº André e da Sancha
Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Stº António

damos valor à natureza



DOCUMENTOS
de **Referência**



DOCUMENTOS de referência

Estatégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB) RCM n.º 152/2001, de 11 de Outubro

(...) um instrumento fundamental para a prossecução de uma política integrada num domínio cada vez mais importante da política de ambiente e nuclear para a própria estratégia de desenvolvimento sustentável.

A ENCNB, (...), assume três objectivos gerais:

Conservar a Natureza e a diversidade biológica, (...);

Promover a utilização sustentável dos recursos biológicos;

Contribuir para a prossecução dos objectivos visados pelos processos de cooperação internacional na área da conservação da Natureza (...) em especial os objectivos definidos na Convenção sobre a Diversidade Biológica, aprovada para ratificação pelo Decreto n.º 21/93, de 29 de Junho, (...).

Para a concretização destes objectivos, a ENCNB formula dez opções estratégicas:

1) Promover a investigação científica e o conhecimento sobre o

património natural, bem como a monitorização de espécies, habitats e ecossistemas;

2) Constituir a Rede Fundamental de Conservação da Natureza e o Sistema Nacional de Áreas Classificadas, integrando neste a Rede Nacional de Áreas Protegidas;

3) Promover a valorização das áreas protegidas e assegurar a conservação do seu património natural, cultural e social;

4) Assegurar a conservação e a valorização do património natural dos Sítios e das Zonas de Protecção Especial integrados no processo da Rede Natura 2000;

5) Desenvolver em todo o território nacional acções específicas de conservação e gestão de espécies e habitats, bem como de salvaguarda e valorização do património paisagístico e dos elementos notáveis do património geológico, geomorfológico e paleontológico;

6) Promover a integração da política de conservação da Natureza

e do princípio da utilização sustentável dos recursos biológicos na política de ordenamento do território e nas diferentes políticas sectoriais;

- 7) Aperfeiçoar a articulação e a cooperação entre a administração central, regional e local;
- 8) Promover a educação e a formação em matéria de conservação da natureza e da biodiversidade;
- 9) Assegurar a informação, sensibilização e participação do público, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil;
- 10) Intensificar a cooperação internacional.

Regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade

Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de Julho

Concretiza a opção estratégica n.º 2 da ENCN.

(...) cria a Rede Fundamental de Conservação da Natureza (RFCN), a qual é composta pelas áreas nucleares de conservação da natureza e da biodiversidade integradas no Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC) e pelas áreas de reserva ecológica nacional, de reserva agrícola nacional e do domínio público hídrico

(...)

e (...) estrutura o SNAC, constituído pela Rede Nacional de Áreas Protegidas, pelas áreas classificadas que integram a Rede Natura 2000 e pelas demais áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português, (...).

damos valor à natureza



REDE NACIONAL
de **Áreas Protegidas**



REDE NACIONAL de Áreas Protegidas

A Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) é constituída por áreas protegidas classificadas ao abrigo do Decreto-Lei nº 142/2008, de 24 de Julho, que define as categorias e tipologias de áreas protegidas que podem ter âmbito nacional, regional ou local, e apresenta as seguintes tipologias: Parque Nacional, Parque Natural, Reserva Natural, Paisagem Protegida e Monumento Natural. O mesmo diploma legal prevê que “Podem ainda ser classificadas áreas protegidas de estatuto privado, designadas “áreas protegidas privadas...”.

Áreas Protegidas do Continente

Em Portugal Continental existem actualmente 49 Áreas Protegidas, abrangendo uma área total de 757 025 ha.

Além das tipologias atrás referidas, existem ainda os Sítios Classificados (Decreto – Lei 613/76 de 27 de Julho) relativamente aos quais o Decreto-Lei nº 142/2008 de 24 de Julho prevê a reclassificação na tipologia de Monumento Natural.

Parque Nacional

1 Peneda-Gerês

Parques Naturais

âmbito nacional

- 2 Montesinho
- 3 Litoral Norte
- 4 Alvão
- 5 Douro Internacional
- 6 Serra da Estrela
- 7 Tejo Internacional
- 8 Serras de Aire e Candeeiros
- 9 Serra de São Mamede
- 10 Sintra-Cascais
- 11 Arrábida
- 12 Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina
- 13 Vale do Guadiana
- 14 Ria Formosa

Reservas Naturais

âmbito nacional

- 15 Dunas de São Jacinto
 - 16 Serra da Malcata
 - 17 Paul de Arzila
 - 18 Berlenga
 - 19 Paul do Boquilobo
 - 20 Estuário do Tejo
 - 21 Estuário do Sado
 - 22 Lagoas de Santo André e Sancha
 - 23 S.C. Marim e V.R.S. António
- âmbito local
- 24 Paul da Tornada

Monumentos Naturais

âmbito nacional

- 25 Cabo Mondego
- 26 Portas de Ródão
- 27 Pégadas de Dinossáurios de Ourém/Torres Novas
- 28 Carenque
- 29 Pedra da Mua
- 30 Jazida de Icnofósseis dos Lagosteiros
- 31 Pedreira do Avelino

Paisagens Protegidas

âmbito nacional

- 32 Serra do Açor
- 33 Arriba Fóssil da Costa da Caparica

âmbito regional/local

- 34 Serra de Montejunto
- 35 Corno do Bico
- 36 Açude da Agolada
- 37 Açude do Monte da Barca
- 38 Albufeira do Azibo
- 39 Lagoas de Bertandos e São Pedro de Arcos
- 40 Fonte Benémola
- 41 Rocha da Pena
- 42 Litoral de Vila do Conde e Reserva Ornitológica do Mindelo

Sítios Classificados *

- 43 Montes de Santa Olaia e Ferretilo
- 44 Monte de São Bartolomeu
- 45 Campo de Lapiás da Granja dos Serrões
- 46 Campo de Lapiáz de Negrais
- 47 Gruta do Zambujal

Reserva Botânica

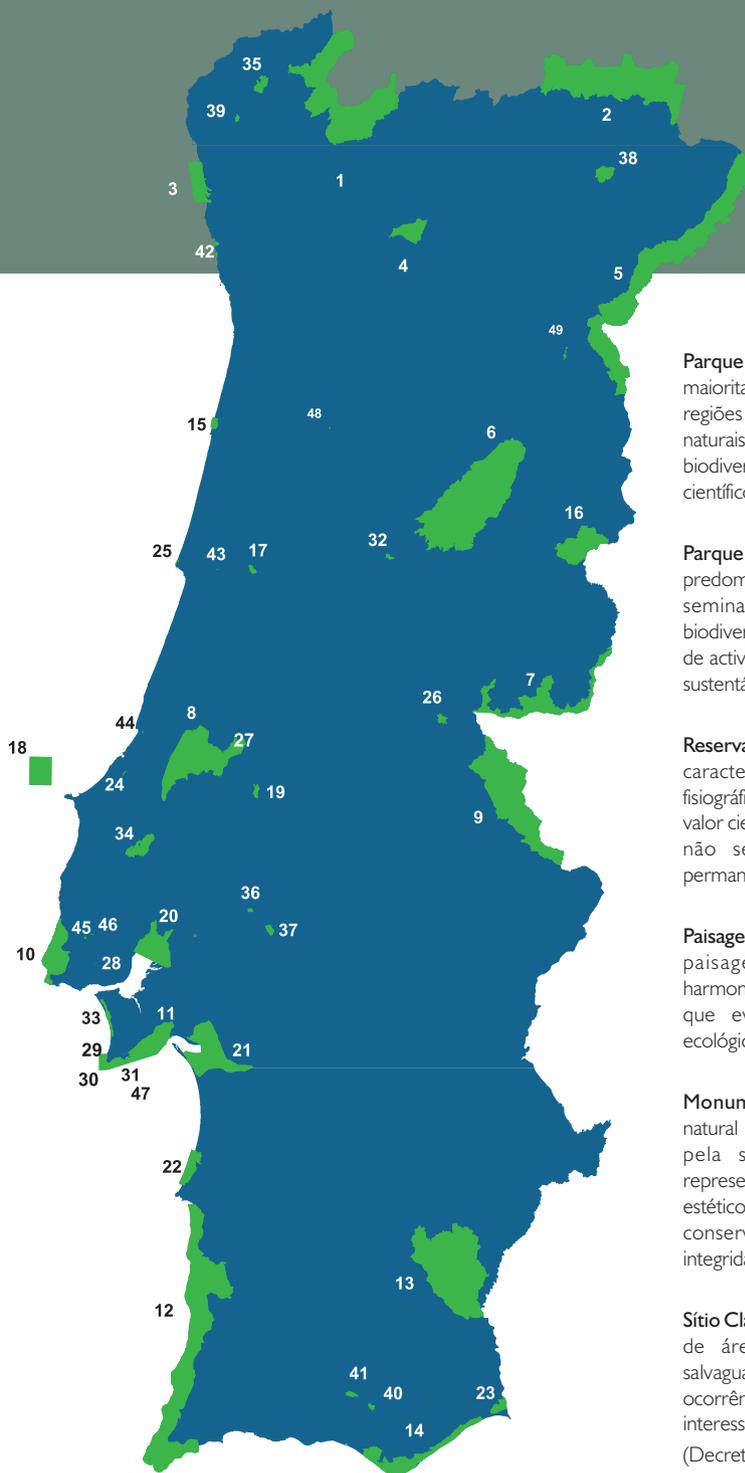
48 Cambarinho **

Área Protegida Privada

49 Faia Brava

* Em processo de reclassificação em Monumento Natural

** Em processo de reclassificação em Reserva Natural



Parque Nacional: uma área que contenha maioritariamente amostras representativas de regiões naturais características, de paisagens naturais e humanizadas, de elementos de biodiversidade e de geossítios, com valor científico, ecológico ou educativo.

Parque Natural: uma área que contenha predominantemente ecossistemas naturais ou seminaturais, onde a preservação da biodiversidade a longo prazo possa depender de actividade humana, assegurando um fluxo sustentável de produtos naturais e de serviços.

Reserva Natural: uma área que contenha características ecológicas, geológicas e fisiográficas, ou outro tipo de atributos com valor científico, ecológico ou educativo, e que não se encontre habitada de forma permanente ou significativa.

Paisagem Protegida: uma área que contenha paisagens resultantes da interacção harmoniosa do ser humano e da natureza, e que evidenciem grande valor estético, ecológico ou cultural.

Monumento Natural: uma ocorrência natural contendo um ou mais aspectos que, pela sua singularidade, raridade ou representatividade em termos ecológicos, estéticos, científicos e culturais, exigem a sua conservação e a manutenção da sua integridade.

Sítio Classificado: onde se propõe a definição de áreas e medidas indispensáveis à salvaguarda paisagística de determinadas ocorrências naturais e/ou construídas de interesse cultural, científico, técnico ou outros. (Decreto – Lei n.º 613/76 de 27 de Julho)

damos valor à natureza



Projectos ICNB



PLANO DE ACCÃO do Saramugo

O saramugo (*Anaecypris hispânica*) pertence à família Cyprinidae e encontra-se “Em Perigo à escala global”, segundo os critérios da IUCN (2007) e do “Atlas y Libro Rojo de los Peces Continentales de España” (Doadrio, 2002) e “Críticamente em Perigo” segundo o Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal (Cabral et al., 2005).

Texto: Ana Cristina Cardoso e Carlos Carrapato

I - A espécie

A espécie é protegida pela Directiva Habitats (transposta para o direito interno pelo Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 49/05, de 24 de Fevereiro), pela Convenção de Berna (Decreto-Lei n.º 316/89 de 22 de Setembro) e pela Lei da Pesca nas águas interiores (Lei n.º 2097 de 6 de Junho de 1959 e respectiva regulamentação).

A dieta do saramugo baseia-se essencialmente em macroinvertebrados aquáticos, sendo complementada com algas, plantas fanerogâmicas e detritos.

O saramugo apresenta uma baixa taxa de fecundidade; reproduz-se na Primavera, geralmente entre Abril e Maio, e realiza posturas fraccionadas, com reduzida longevidade atingindo no máximo



Saramugos em aquário

excepcionalmente 3 a 4 anos.

Ocorre sobretudo em pequenos cursos de água, abaixo dos 350 m de altitude, relativamente estreitos (<20 m de largura), com reduzida profundidade (<60 cm), com substrato de granulometria

média/grossa e a presença de vegetação aquática, mas pode ser encontrado em zonas com pouca vegetação aquática.



Habitat da espécie (ribeira do Vascão)

Trata-se de uma espécie dulciaquícola, residente e endémica da Península Ibérica, restrita às bacias hidrográficas do Guadiana e Guadalquivir. Em Portugal apresenta actualmente uma distribuição muito fragmentada, desde a ribeira do Xévor a norte até à ribeira de Odeleite no sul. Em Espanha na bacia do Guadiana, apresenta distribuição desde o Gévora até ao rio Estena.

Entre as décadas de 70 e 90 verificou-se uma diminuição acentuada quer da área de distribuição quer dos efectivos populacionais (Collares-Pereira et al. 1998, 1999, 2000a), que se tem continuado a verificar nos últimos anos (Rogado et al., 2005; Cardoso & Carrapato, 2007, 2008, 2010).

Assim, comparando os trabalhos realizados sobre o saramugo em Portugal com a situação actual da área de distribuição da espécie na bacia do Guadiana, as sub-populações poderão ter diminuído cerca de 50% face ao observado por Collares-Pereira et al. (2000a).

Evolução das populações de Saramugo ao longo das últimas duas décadas

Referência	Ano	Descrição
Collares-Pereira dados nao publicados	1978/ 1986	11 Sub-populações de referência: Sévora, Caia, Lucefécite, Álamo, Degebe, Ardila, Chança, Carreiras, Vascão, Foupana e Odeleite.
Collares-Pereira et al. 1999, 2000a	1995/ 2000	10 Sub-populações de referência desde 1980: Xévor, Caia, Álamo, Degebe, Ardila, Chança, Carreiras, Vascão, Foupana e Odeleite.
Rogado et al. 2005	2005	3 Sub-populações durante as monitorizações decorrentes do período de seca: Ardila, Chança, Vascão.
Cardoso & Carrapato 2010	2005/ 2010	5 Sub-populações durante as monitorizações efectuadas: Ardila, Chança, Vascão, Foupana e Odeleite.

Para esta regressão contribuiu certamente a perda de habitat provocada por acções antrópicas variadas, como a construção de barragens e açudes, a poluição, a extracção de inertes, a captação de água e a disseminação de espécies exóticas, sendo difícil a hierarquização dos diferentes factores de regressão dado o sinergismo que apresentam.

Estas acções provocam, entre outros, alterações da morfologia do leito do rio, destruição da vegetação ripícola, aumento da turbidez da água, que podem causar mortalidades importantes na ictiofauna por asfixia (devido à deposição de partículas nas guelras) e colmatação das suas posturas, levando também à fragmentação das populações com consequências a nível de perda de variabilidade genética.



II - As medidas de conservação

Acções desenvolvidas com vista à conservação do Saramugo

1997

EDIA [Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas de Alqueva], 1997. *Anaocypris hispanica, um endemismo piscícola em extinção. Caracterização da situação actual*. Relatório final. FCUL e ICN.

2000

Elaboração do Plano de Gestão para a Conservação do saramugo. Collares-Pereira, et al. (2000). *Uma estratégia de conservação para o saramugo (Anaocypris hispanica), um endemismo piscícola em extinção*. Relatório Final, Programa Life-Natureza, contrato B4-3200/97/280.

2005

Implementação do Plano de Emergência para a Salvaguarda da Ictiofauna Endémica e Ameaçada da Bacia Hidrográfica do Guadiana

2005-2006

Devolução dos indivíduos selvagens, aos locais de recolha, após manutenção temporária em cativeiro, fruto das acções de salvamento do Plano de Emergência

2006-2010

Manutenção e Reprodução em Sistemas Fechados. Foi sob a responsabilidade do ICNB que se conseguiu pela primeira vez a reprodução em cativeiro com sucesso.

2006

- Comunicação ao INAG e consequentemente à comissão da Convenção sobre Cooperação para a protecção e o aproveitamento sustentável das águas das bacias hidrográficas Luso-Espanholas, sobre a ocorrência de águas sulfurosas para a ribeira do Chança a partir de minas abandonadas espanholas
- Comunicação de irregularidades da ETAR de Santo Aleixo da Restauração à Câmara Municipal de Moura e à CCDR-Alentejo

2007

- Reunião com a Câmara Municipal de Almodôvar sobre a situação de ausência de tratamento de efluentes do concelho, em especial na povoação de Santa Cruz.

- Indicação, a duas herdades com suiniculturas em Safara, para regularizar a situação de forma a proteger a ribeira de Safarejo.

2007/2010

Acções de monitorização - Intervenção Saramugo. Monitorização da situação das populações de saramugos nas diferentes sub-bacias, factores de ameaça nas diferentes sub-bacias e controlo das populações de exóticas na ribeira do Vascão. Relatórios realizados por Cardoso & Carrapato (2007, 2008 e 2010).

2008

- Desenvolvimento do tema "Ecossistemas ribeirinhos" com as escolas do 1º ciclo do concelho de Mértola que culminou na apresentação de uma peça de teatro à comunidade "Que aborrecido é estar exrinsão".

- Apresentação de directrizes para a resolução de alguns dos factores de ameaça na sub-bacia do Caia.

- Ensaios de manutenção e reprodução da espécie em sistemas fechados. Os resultados apontam para uma regulação do ciclo reprodutor pelo fotoperíodo mas com influência da temperatura (Carrapato 2008).

- Recuperação de 5,5 ha de área ardida junto à ribeira do Vascão pela WWF.

2009

Manutenção de uma reserva de indivíduos das diferentes sub-populações de saramugo Ex-situ.

2010

- Participação com poster na 34th Annual Larval Fich Conference, Santa Fe, New Mexico, USA, 30 May - 3 June 2010, LARVAL (Development of the Highly Endangered Iberian Cyprinid *Anaocypris hispanica* por Ribeiro, F. & Carrapato, C. Uma ferramenta para a identificação de larvas.

- Protocolo de colaboração entre o ICNB e o ISPA; os objectivos são, entre outros, a orientação técnica/científica das acções de manutenção e reprodução das diferentes populações de saramugos;

- Reunião e disponibilização de documentação à Câmara Municipal de Alcoutim de forma a compatibilizar a construção dos açudes na ribeira de Odeleite com a conservação das comunidades piscícolas autóctones.

- Promoção da primeira reunião do Plano de Acção do Saramugo com as principais entidades intervenientes na gestão do território.

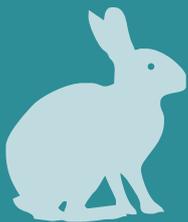


Destruição/alteração do habitat (construção de açude na ribeira de Odeleite)

Finalizada a monitorização ao nível de todas as sub-bacias com presença da espécie, parte-se agora para a elaboração do Plano de

conservação que deverão ser implementadas.

A área de intervenção do Plano de Acção é constituída pelas sub-bacias onde é conhecida a presença histórica da espécie, nomeadamente as sub-bacias do Xévorá, Caia, Luceféce, Álamo, Degebe, Ardila, Chança, Carreiras, Vascão, Foupana e Odeleite (Collares-Pereira et al. 1998, 1999, 2000a). A área de intervenção abrange os distritos de Portalegre, Évora, Beja e Faro, distribuída pelos concelhos de influência das respectivas sub-bacias.



PROJECTO INCOB

O projecto INCOB (Sistema de Informação das populações de coelho-bravo) estabelece um sistema contínuo e uniformizado de monitorização das populações de coelho-bravo, principal presa do lince, estando integrado no Plano de Acção para a Conservação do Lince-ibérico.



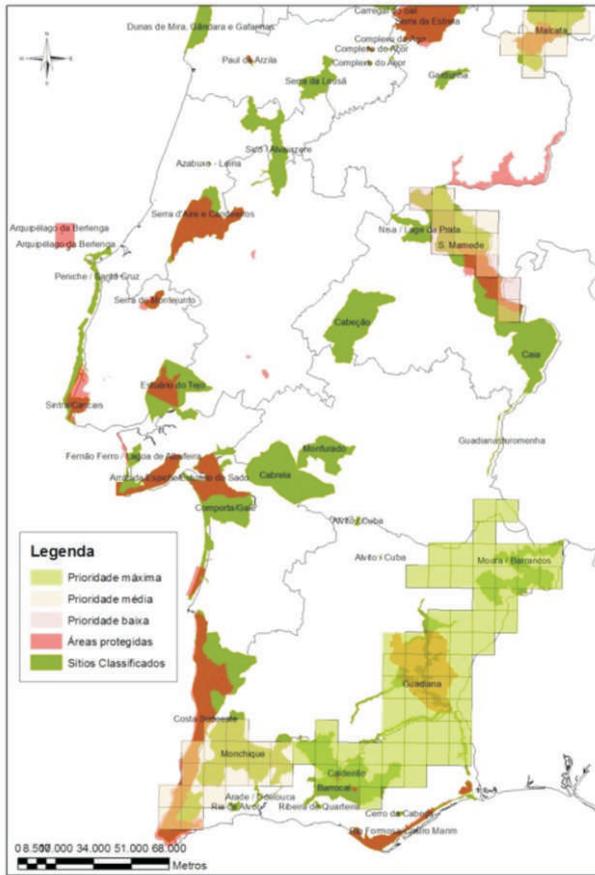
Exemplo do estabelecimento de 4 transectos de 250 m numa quadrícula UTM de 2 x 2 km

Com este projecto pretendeu-se constituir uma estrutura organizativa que englobe todas as entidades que desenvolvam

estudos de seguimento das populações de coelho (Institutos Públicos, unidades de investigação, associações de caçadores, etc.) utilizando-se uma metodologia uniforme e partilhando-se uma base de dados comum.

Os objectivos do projecto são:

- Criar um sistema de recolha de informação simplificado que permita a comparação de dados populacionais de coelho-bravo entre diferentes áreas e distintas épocas, na área de actuação do Plano de Acção do Lince;
- Uniformizar os métodos de tratamento de dados e implementar um mecanismo centralizado de armazenamento de informação;
- Unificar o trabalho realizado por diferentes entidades em termos de censo de coelho-bravo;
- Criar uma informação de base que facilite pôr em prática acções de recuperação das populações.



INCOB - Áreas geográficas de actuação e respectivos níveis de prioridade

O INCOB permite assim avaliar as tendências espaço-temporais das populações de coelho-bravo e o desenvolvimento de esforços, apoiados cientificamente, de gestão e recuperação das mesmas.

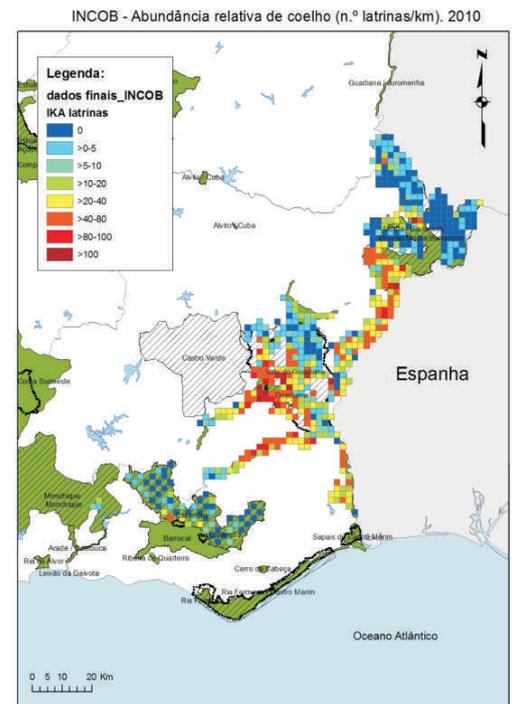
A metodologia adoptada consiste no estabelecimento de 4 transectos com um mínimo de 250 m, em cada quadrícula UTM de 2x2 km, nos quais são contadas latrinas de coelho numa largura de cerca de 2 m para cada lado do transecto. Preferencialmente as amostragens são efectuadas no período de maior densidade que coincide com os meses de Maio e Junho (coincide também com período de dependência juvenil de lince-ibérico onde a densidade de coelho se torna mais limitante). Caso seja possível será conduzida uma segunda amostragem na época de menor abundância no final do Verão início do Outono.

Podem participar e colaborar activamente no INCOB entidades como unidades de investigação, proprietários, gestores de caça ou outras. Para isso, deverão enviar um e-mail para carvalho@icnb.pt, apresentando a entidade e indicando em que área geográfica poderão executar os censos.

As áreas geográficas de actuação são coincidentes com as áreas definidas no Plano de Acção do Lince-ibérico. No entanto, considerando a provável existência de limitações de recursos e ao mesmo tempo, com o objectivo de os maximizar, optou-se por dividir as áreas em 3 critérios de prioridade, os quais foram estabelecidos tendo em conta a importância estratégica das áreas para a conservação do lince.

Para além do ICNB, até Setembro de 2010, aderiram mais cinco entidades: Autoridade Florestal Nacional (AFN), Liga para a Protecção da Natureza (LPN), Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos (CiBio-UP), Associação Nacional de Proprietários e Produtores de Caça (ANPC) e Centro de Estudos de Avifauna Ibérica (CEAI).

Em 2010 os trabalhos concentraram-se no quadrante sudeste de Portugal, tendo-se amostrado uma área contínua desde Reguengos de Monsaraz até ao extremo sul do PN do Vale do Guadiana e a Serra do Caldeirão.



damos valor à natureza



Edições

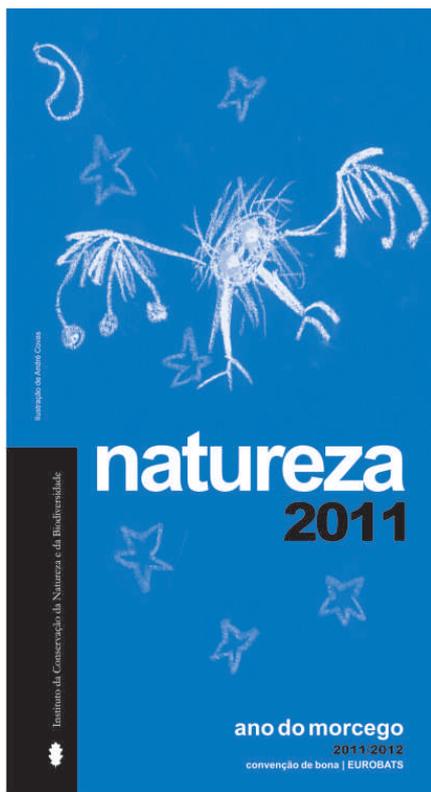


NATUREZA 2011

A agenda do ICNB “Natureza 2011” associa-se à comemoração do Ano do Morcego que a Convenção de Bona e o EUROBATS declararam para os anos de 2011 e 2012. Espera-se que a divulgação da importância dos morcegos e dos desafios de conservação que enfrentam possam melhorar a sua imagem e contribuir para a sua conservação e para a conservação dos habitats e ecossistemas de que dependem.

A Ordem Chiroptera inclui mais de 1000 espécies e ocupa quase todo o planeta. Em Portugal são actualmente

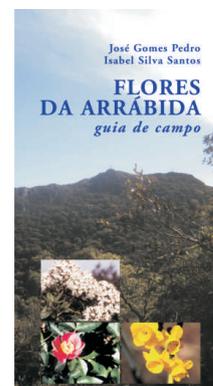
conhecidas 27 espécies de morcegos, que correspondem a mais de um terço das espécies de mamíferos que ocorrem no território. Esta lista inclui o morcego dos Açores, endémico do arquipélago, e o morcego da Madeira, que apenas existe na Madeira, Açores e Canárias. No Continente ocorrem 25 espécies, que são descritas nesta agenda. Algumas espécies de morcegos são consideradas como ameaçadas tanto à escala nacional como em toda a sua área de distribuição global.



“Flores da Arrábida – Guia de Campo”

Isabel Silva Santos e José Gomes Pedro
ICNB / Assírio & Alvim, 2010

Editado inicialmente em 1998, tem agora uma segunda edição em mais uma parceria entre o ICNB e a editora Assírio & Alvim. Este livro contém 200 fichas de plantas características da Serra da Arrábida, onde constam, para além da fotografia da espécie ou subespécie, dados sobre a morfologia, a ecologia e a época de floração. O guia inicia-se com uma apresentação biogeográfica do Distrito Arrabidense, onde está localizado o Parque Natural da Arrábida, e contém em complemento um glossário de termos botânicos.



PONTOS DE VENDA

Loja da Natureza
Rua de Santa Marta, 55
1169-230 LISBOA
Tel.: 213 507 900
E-mail: lojanatureza@icnb.pt

Locais de venda por ordem alfabética

ALCOCHETE

Reserva Natural do Estuário do Tejo
Av. dos Combatentes da Grande Guerra, 1
2890-015 ALCOCHETE
Tel.: 212 348 021 | Fax: 212 341 654 | e-mail: met@icnb.pt

ALDEIA STO ANTÓNIO

Reserva Natural da Serra da Malcata
Centro de Educação Ambiental Sr^a da Graça, Bairro da Sr^a da Graça
6320-052 ALDEIA STO ANTÓNIO
Tel.: 271 752 825, 271 754 428 | Fax: 271 754425

ALJEZUR

Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina
Rua João Dias Mendes, 46-A
8670-086 ALJEZUR
Tel.: 282 998 673 | Fax: 282 998 531

ARZILA

Reserva Natural do Paul de Arzila
Centro de Interpretação, Rua do Bairro, 1 – Arzila
3040-604 ARZILA
Tel.: 239 980 500 | Fax: 239 980 502 | e-mail: mpa@icnb.pt

BENFEITA

Paisagem Protegida da Serra do Açor
Centro de Interpretação da Mata da Margarça
Casa Grande, Mata da Margarça
3305-031 BENFEITA
Tel.: 235 741 329 | Fax: 235 741 379 | e-mail: ppsa@icnb.pt

BRAGA

Parque Nacional da Peneda-Gerês
Av. António Macedo
4704-538 BRAGA
Tel.: 253 203 480 | Fax: 253 613 169 | e-mail: pnp@icnb.pt

BRAGANÇA

Parque Natural de Montesinho
Bairro Rubacar
Rua Cónego Albano Falcão, Lote 5
5300-044 BRAGANÇA
Tel.: 273 300 400 | Fax: 273 381 179 | e-mail: pnm@icnb.pt

CABANA MAIOR

Parque Nacional da Peneda-Gerês
Mezio
4970-92 CABANA MAIOR
Tel.: 258 510 100

CAMPO DO GERÊS

Parque Nacional da Peneda-Gerês
4840-030 CAMPO DO GERÊS
Tel. Fax: 253 351 888
e-mail: museudevilarinhodafurna@gmail.com

CASTELO BRANCO

Parque Natural do Tejo Internacional
Centro de Interpretação Ambiental
Rua da Bela Vista
6000-458 CASTELO BRANCO
Tel.: 272 348 140 | Fax: 272 348 149 | e-mail: pnti@icnb.pt

CASTRO MARIM

Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de St^o António
Centro Interpretativo Sapal de Venta Moinhos
Apartado 7
8951-909 CASTRO MARIM
Tel.: 281 510 680 | Fax: 281 531 257 | e-mail: rns@icnb.pt



COIMBRA

Reserva Natural do Paul de Arzila
Mata Nacional do Choupal
3000-611 COIMBRA
Tel.:239 499 020 | Fax:239 499 029 | e-mail:rnpa@icnb.pt

COIMBRA

Reserva Natural do Paul de Arzila
Centro de Informação da Mata Nacional de Vale de Canas
Mata Nacional de Vale de Canas, Picoto dos Barbados – Tovim
3030-395 COIMBRA
Tel. e Fax: 239 401 526

COSTA DA CAPARICA

Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa de Caparica
Centro de Interpretação da Mata dos Medos
Estrada Florestal – Mata Nacional dos Medos
2825-494 COSTA DE CAPARICA
Tel.:212 962 640 | Fax:212 918 279

ESPOSENDE

Parque Natural do Litoral Norte
Rua 1º de Dezembro, 65
4740-226 ESPOSENDE
Tel.:253 965 830/1 | e-mail:pnln@icnb.pt

FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO

Parque Natural do Douro Internacional
Rua Artur Costa, 1
6440 FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO
Tel e Fax: 271 313 382

GERÊS

Parque Nacional da Peneda-Gerês
Centro de Educação Ambiental do Vidoeiro, Lugar do Vidoeiro, 99
4845-081 GERÊS
Tel.:253 390 110 | Fax:253 391 496

GOUVEIA

Parque Natural da Serra da Estrela
Rua Bombeiros Voluntários, 8
6290-520 GOUVEIA
Tel.:238 492 411 | Fax:238 494 183 | e-mail:santosm@icnb.pt

GUARDA

Parque Natural da Serra da Estrela
Rua D. Sancho I, 3
6300-548 GUARDA
Tel. e Fax:271 225 454 | e-mail:piresd@icnb.pt

LISBOA

Loja da Natureza, Rua de Santa Marta, 55
1169-230 LISBOA
Tel.:213 507 900 | e-mail:lojanatureza@icnb.pt
Horário: 10:00h - 11:00h; 14:00h - 15:45h

MANTEIGAS

Parque Natural da Serra da Estrela
Rua 1º de Maio, 2
6260-101 MANTEIGAS
Tel.:275 980 060 | Fax:275 980 069 | e-mail:pnse@icnb.pt

MELGAÇO

Parque Nacional da Peneda-Gerês
Lamas de Mouro, Porto Ribeiro
4960-170 MELGAÇO
Tel.:251 465 010 | Fax:251 465 014
e-mail:portadelamas@cm-melgaco.pt

MÉRTOLA

Parque Natural do Vale do Guadina
Rua D. Sancho II, 15
7750-350 MÉRTOLA
Tel.:286 610 090 | Fax:286 610 099
e-mail:pvnvg@icnb.pt

MIRANDA DO DOURO

Parque Natural do Douro Internacional
Rua do Convento
Palácio da Justiça
5210 MIRANDA DO DOURO
Tel.:273 432 833 | Fax:273 431 457

MOGADOURO

Parque Natural do Douro Internacional
Rua de Santa Marinha, 4
5200-241 MOGADOURO
Tel.:279 340 030 | Fax:279 341 596 | e-mail:pndi@icnb.pt

MONDIM DE BASTO

Parque Natural do Alvão
Centro Informação e Interpretação de Mondim de Basto
Lugar do Barrio
4880-164 MONDIM DE BASTO
Tel.:255 381 209

MONTALEGRE

Parque Nacional da Peneda-Gerês
Av. D. Nuno Álvares Pereira, Ed. Multiusos, 445
5470-203 MONTALEGRE
Tel.:276 518 320/1 | Fax:276 518 322

ODEMIRA

Parque Natural do Vale do Guadiana
Rua Serpa Pinto, 32
7630-174 ODEMIRA
Tel.:283 322 735 | Fax:283 322 830 | e-mail:pnsacv@icnb.pt

OLHÃO

Parque Natural da Ria Formosa
Centro de Educação Ambiental de Marim, Quelfes
8700-194 OLHÃO
Tel.:289 700 210 | Fax:289 700 219 | e-mail:pnrf@icnb.pt

OLHOS DE ÁGUA

Parque Natural da Serra de S. Mamede
Quinta dos Olhos de Água
7330-318 OLHOS DE ÁGUA
Tel.: 245 909 160 | Fax:245 909 169 | e-mail:pnsasm@icnb.pt

PENAMACOR

Reserva Natural da Serra da Malcata
Rua Dr. António Ribeiro Sanches, 60
6090-587 PENAMACOR
Tel.:277 394 467 | Fax:277 394 580 | e-mail:rnsms@icnb.pt

PENICHE

Reserva Natural das Berlengas, Av. Mariano Calado, 57
2520-224 PENICHE
Tel.:262 787 910 | Fax:262 787 930 | e-mail:rnb@icnb.pt

PORTINHO DA ARRÁBIDA

Parque Natural da Arrábida, Museu Oceanográfico
Fortaleza de Santa Maria da Arrábida
Portinho da Arrábida
2900-012 SETÚBAL
Tel. e Fax:212 189 791

PORTO DE MÓS

Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros
Ecoteca das Serras de Aire e Candeeiros
Alameda D. Afonso Henriques
2480-300 PORTO DE MÓS
Tel.:244 491 904 | Fax:244 403 555

RIO MAIOR

Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros
Rua Dr. Augusto César Silva Ferreira (Bairro do Matão)
Apartado 190
2041-901 RIO MAIOR
Tel.:243 999 480 | Fax:243 999 488 | e-mail:pnsac@icnb.pt



SANTO ANDRÉ

Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha
Centro de Interpretação do Monte do Paio
Monte do Paio – Brescos
7500-014 SANTO ANDRÉ
Tel.:269 749 001

SEIA

Parque Natural da Serra da Estrela
Praça da República, 28
6270-496 SEIA
Tel.:238 310 440 | Fax:238 310 441 | e-mail:nogueiraf@icnb.pt

SETÚBAL

Parque Natural da Arrábida
Praça da República
2900-587 SETÚBAL
Tel.:265 541 140 | Fax:265 541 155 | e-mail:pnarr@icnb.pt

SETÚBAL

Reserva Natural do Estuário do Sado
Praça da República
2900-587 SETÚBAL
Tel.:265 541 157 | Fax:265 541 155 | e-mail:rnes@icnb.pt

SINTRA

Parque Natural de Sintra-Cascais
Largo Fernando Formigal de Morais, 1
2710-564 SINTRA
Tel.:219 247 200 | Fax:219 247 227 | e-mail:pnsc@icnb.pt

TORRE

Parque Natural da Serra da Estrela
Centro de Interpretação da Torre
Alto da Torre
Tel.:238 310 440 | Fax:238 310 441
e-mail:nogueiraf@icnb.pt

TORRES NOVAS

Reserva Natural do Paul do Boquilobo
Quinta do Paul
Apartado 27
2350-334 TORRES NOVAS
Tel.:249 820 550 | Fax:249 820 378
e-mail:mpb@icnb.pt

VILA NOVA DE STO ANDRÉ

Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina
Sto André
Bairro Azul, Colectiva C4, r/c
Apartado 98
7500-999 VILA NOVA DE STO ANDRÉ
Tel.:269 708 400 | Fax:269 752 145

VILA REAL

Parque Natural do Alvão
Centro de Informação e Interpretação
Largo dos Freitas
5000-528 VILA REAL
Tel. e Fax.:259 302 830 | Fax:259 302 831
e-mail:pnal@icnb.pt

VINHAIS

Parque Natural de Montesinho
Centro Interpretativo do Parque Natural de Montesinho
Casa da Vila de Vinhais, (CIPNMCV)
Dentro da Vila
5320-272 VINHAIS
Tel. e Fax:273 771 416
e-mail:pnm.vinhais@icnb.pt



REDE
Natura 2000



REDE

Natura 2000

A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica estabelecida no território da União Europeia, resultante da aplicação das Directivas n.º 79/409/CEE (Directiva Aves) e n.º 92/43/CEE (Directiva Habitats), transpostas para o direito interno pelo Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro.

Tem como objectivo “contribuir para assegurar a biodiversidade através da conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens no território da União Europeia” e constitui um instrumento fundamental da política de conservação da natureza e da biodiversidade naquele território e no dos seus estados-membros.

Esta rede é formada por:

Zonas de Protecção Especial (ZPE), estabelecidas ao abrigo da Directiva Aves, que se destinam essencialmente a garantir a conservação das espécies de aves, e seus habitats, listadas no seu anexo I, e das espécies de aves migratórias não referidas no anexo I e cuja ocorrência seja regular;

Zonas Especiais de Conservação (ZEC), estabelecidas ao abrigo da Directiva Habitats, com o objectivo de assegurar a conservação dos habitats naturais listados no seu anexo II e das espécies da flora e da fauna, excepto aves, incluídas no anexo II, incluindo os seus habitats.

Em ambos os tipos destas áreas classificadas deverão ser aplicadas as medidas necessárias à manutenção ou restabelecimento do estado de conservação favorável dos habitats naturais ou das populações das espécies para as quais o sítio é designado.

A Rede Natura 2000 é composta assim por áreas de importância comunitária, incluindo os elementos que asseguram a conectividade destas áreas (e que, assim, asseguram que exista uma “rede” de sítios), cuja gestão e conservação dos habitats naturais e espécies protegidos deverão ter em conta as especificidades sociais e económicas desses sítios e onde as actividades humanas deverão ser compatíveis com a preservação destes valores, visando uma gestão sustentável do ponto de vista ecológico, económico e social.

Plano Sectorial da REDE NATURA 2000

O Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000) é um instrumento de gestão territorial que visa a salvaguarda e valorização dos SIC e das ZPE do território continental (existe um Plano Sectorial próprio para a RN2000 da Região Autónoma dos Açores), bem como a manutenção das espécies e habitats naturais num estado de conservação favorável nestas áreas. Na sua essência, é um instrumento para a gestão da biodiversidade.

Este Plano (previsto no Artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 140/99 de 24/4 com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005 de 24/4) foi aprovado em 2008, através da RCM n.º 115-A/2008, de 21 de Julho. Trata-se de um Plano desenvolvido a uma macro-escala (1:100.000) para o território continental, que caracteriza os habitats naturais e semi-

naturais e as espécies da flora e da fauna presentes nos SIC e ZPE, e que define as orientações estratégicas para a gestão do território abrangido por aquelas áreas, considerando os valores naturais que nelas ocorrem.

O PSRN2000 vincula as entidades públicas, dele se extraindo orientações estratégicas e normas programáticas para a actuação da administração central e local, devendo as medidas e orientações nele previstas ser inseridas nos planos municipais (PMOT) e nos planos especiais (PEOT) de ordenamento do território.

É um instrumento dinâmico, susceptível de ser actualizado periodicamente, quando as alterações na informação de base o justifiquem.

O PSRN2000 pode ser consultado no portal do ICNB em www.icnb.pt.

Medidas Complementares de Gestão

A gestão da Rede Natura 2000 não se esgota na aplicação de medidas de ordenamento do território.

Assim, concomitantemente ou não com aquelas, podem ser adoptados planos de gestão de ZPE ou SIC, medidas contratuais com produtores, gestores ou proprietários e medidas regulamentares específicas.

A aplicação em áreas agro-silvo-pastoris de Iniciativas Territoriais Integradas ao abrigo do Programa de Desenvolvimento Rural da

Política Agrícola Comum, de adesão voluntária por parte de agricultores e produtores florestais, compensando financeiramente as perdas de rendimento e os custos acrescidos devidos ao cumprimento de compromissos que asseguram a manutenção de práticas agro-silvopastoris sustentáveis e promotoras da biodiversidade, é um exemplo relevante de esquemas de gestão e medidas contratuais que têm vindo a ser aplicadas.

REDE NATURA 2000 em Portugal Continental

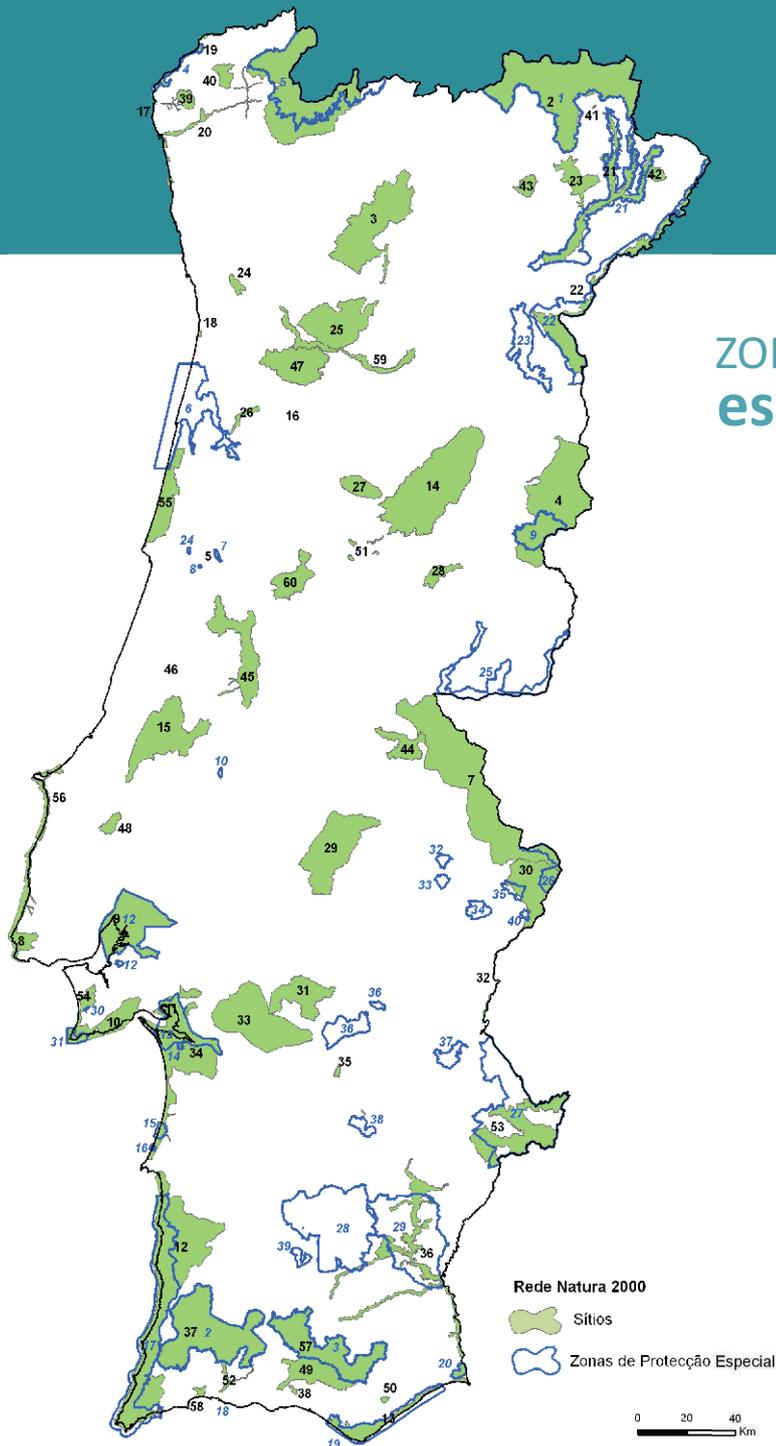


Em Portugal Continental, a Lista Nacional de Sítios foi aprovada em duas fases: a RCM n.º 142/97, de 28 de Agosto, alterada pela RCM n.º 135/2004, de 30 de Setembro (para a redefinição dos limites do sítio Gardunha), publicou a 1ª fase da Lista contendo 31 Sítios; a RCM n.º 76/2000 aprovou a 2ª fase, com 29 Sítios.

Todos os 60 Sítios da 1ª e 2ª fase foram reconhecidos como SIC (Sítios de Importância Comunitária) pela Comissão Europeia, tendo sido publicitados a nível nacional pela Portaria n.º 829/2007 de 1 de Agosto, sendo que a área total por eles abrangida é de 1 572 166,24 ha.

Relativamente às ZPE, encontram-se, até esta data, classificados 40 sítios, perfazendo uma área total de 998 489,13 ha.

Actualmente, a área total da Rede Natura em Portugal Continental é de 1 980 252,57 ha, abrangendo maioritariamente área terrestre. Realce-se que o processo de extensão da aplicação destas directivas ao meio marinho se encontra neste momento em curso, sendo previsível a classificação de novas áreas num futuro próximo abrangendo as áreas marinhas mais significativas em termos de representatividade dos valores naturais com estatuto de protecção que obrigam à designação de SIC e ZPE



ZONAS DE PROTECÇÃO especial

- 1 Montesinho/Nogueira
- 2 Monchique
- 3 Caldeirão
- 4 Estuários dos Rios Minho e Coura
- 5 Serra do Gerês
- 6 Ria de Aveiro
- 7 Paul de Arzila
- 8 Paul de Madriz
- 9 Serra da Malcata
- 10 Paul do Boquilobo
- 11 Ilhas Berlengas
- 12 Estuário do Tejo
- 13 Estuário do Sado
- 14 Açude da Murta
- 15 Lagoa de Santo André
- 16 Lagoa da Sancha
- 17 Costa Sudoeste
- 18 Leixão da Gaivota
- 19 Ria Formosa
- 20 Sapais de Castro Marim
- 21 Rios Sabor e Maçãs
- 22 Douro Internacional e Vale do Águeda
- 23 Vale do Côa
- 24 Paul do Taipal
- 25 Tejo Internacional, Erges e Pônsul
- 26 Campo Maior
- 27 Mourão/Moura/Barrancos
- 28 Castro Verde
- 29 Vale do Guadiana
- 30 Lagoa Pequena
- 31 Cabo Espichel
- 32 Monforte
- 33 Veiros
- 34 Vila Fernando
- 35 São Vicente
- 36 Évora
- 37 Reguengos
- 38 Cuba
- 39 Piçarras
- 40 Torre da Bolsa



LISTA DE SÍTIOS de importância comunitária

- 1 Serras da Peneda e Gerês
- 2 Montesinho / Nogueira
- 3 Alvão / Marão
- 4 Malcata
- 5 Paul de Arzila
- 6 Arquipélago da Berlenga
- 7 São Mamede
- 8 Sintra / Cascais
- 9 Estuário do Tejo
- 10 Arrábida / Espichel
- 11 Estuário do Sado
- 12 Costa Sudoeste
- 13 Ria Formosa / Castro Marim
- 14 Serra da Estrela
- 15 Serras de Aire e Candeeiros
- 16 Cambarinho
- 17 Litoral Norte
- 18 Barrinha de Esmoriz
- 19 Rio Minho
- 20 Rio Lima
- 21 Rios Sabor e Maçãs
- 22 Douro Internacional
- 23 Morais
- 24 Valongo
- 25 Serra de Montemuro
- 26 Rio Vouga
- 27 Carregal do Sal
- 28 Gardunha
- 29 Cabeção
- 30 Caia
- 31 Monfurado
- 32 Guadiana / Juromenha
- 33 Cabrela
- 34 Comporta / Galé
- 35 Alvito / Cuba
- 36 Guadiana
- 37 Monchique
- 38 Ribeira de Quarteira
- 39 Serra d'Arga
- 40 Corno do Bico
- 41 Samil
- 42 Minas de St.º. Adrião
- 43 Romeu
- 44 Nisa / Lage da Prata
- 45 Sicó / Alvaiázere
- 46 Azabuxo / Leiria
- 47 Serras da Freita e Arada
- 48 Serra de Montejunto
- 49 Barrocal
- 50 Cerro da Cabeça
- 51 Complexo do Açor
- 52 Arade / Odelouca
- 53 Moura / Barrancos
- 54 Fernão Ferro / Lagoa de Albufeira
- 55 Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas
- 56 Peniche / Santa Cruz
- 57 Caldeirão
- 58 Ria de Alvor
- 59 Rio Paiva
- 60 Serra da Lousã

damos valor à natureza



Sítios de Importância Comunitária

Zonas de Protecção Especial



Departamento de Gestão de Áreas Classificadas

Norte

Contactos

Parque Nacional da Peneda-Gerês

Av. António Macedo | 4704-538 BRAGA

Tel.: 253 203 480 | Fax: 253 613 169

e-mail: pnp@icnb.pt

Zonas de Protecção Especial



- 1 Serra do Gerês
- 2 Estuários dos Rios
Minho e Coura
- 3 Montesinho /Nogueira
- 4 Rios Sabor e Maços
- 5 Douro Internacional
e Vale do Águeda
- 6 Vale do Côa

Sítios de Importância Comunitária



Parque Natural do Alvão – Moinho de Galegos

- 1 Peneda-Gerês
- 2 Rio Minho
- 3 Rio Lima
- 4 Serra de Arga
- 5 Corno de Bico
- 6 Litoral Norte
- 7 Valongo
- 8 Douro Internacional
- 9 Alvão / Marão
- 10 Serra de Montemuro
- 11 Rio Paiva
- 12 Serras da Freita e Arada
- 13 Montesinho / Nogueira
- 14 Rios Sabor e Maçãs
- 15 Romeu
- 16 Morais
- 17 Samil
- 18 Minas de St.º Adrião



SIC

Alvão | Marão

O SIC Alvão/Marão apresenta uma área de 58 788 ha, abrangendo parte dos concelhos de Amarante, Baião, Mesão Frio, Mondim de Basto, Peso da Régua, Ribeira de Pena, Sabrosa, Sta. Marta de Penaguião, Vila Pouca de Aguiar e Vila Real.



Abarca grosso modo as serras do Alvão e do Marão e encontra-se delimitado a Oeste pelo rio Tâmega e a Este pelo rio Corgo.

A ocupação agrícola dos vales e socalcos junto aos aglomerados rurais em contraste com as encostas escarpadas ou cobertas de matos e/ou matas, assim como a zona mais planáltica, por vezes rochosa, é ocupada, quando se proporciona, por pastagens naturais e ou matos, que imprimem uma grande variedade a este território.

Engloba uma grande diversidade de habitats naturais, onde predominam os carvalhais de carvalho-robe e carvalho-negral (9230) e os matos baixos de ericáceas e/ou tojos sobre substratos duros (4030), tipo de vegetação que em Portugal apresenta uma relação máxima à escala mundial entre a diversidade fitocenótica e a área ocupada. São de destacar as turfeiras (7140), que se caracterizam pela sua singularidade e que a nível nacional somente ocorrem de forma pontual, e ainda o habitat prioritário constituído por urzais-tojais húmidos de *Erica ciliaris* e *Erica tetralix*

PTCON0003 - Alvão | Marão

e/ou *Ulex minor* (4020*). Em termos de flora é de sublinhar a ocorrência do extremamente ameaçado trevo-de-quatro-folhas (*Marsilea quadrifolia*), no seu último local de ocorrência em Portugal, e da precária *Veronica micrantha*.

É uma região de grande importância para o lobo (*Canis lupus*), sendo a densidade de alcateias nesta zona das maiores do nosso país. É relevante para a conservação da fauna aquática e ribeirinha, sendo de destacar a sua importância para a toupeira-de-água (*Galemys pyrenaicus*), a lontra (*Lutra lutra*) e a panjorca (*Rutilus arcasii*).

Ocorrem várias espécies de morcegos ameaçadas, sendo de salientar uma colónia de hibernação de morcego-rato-pequeno (*Myotis blythii*) e de morcego-de-ferradura-grande (*Rhinolophus ferrumequinum*). Relativamente à herpetofauna, salienta-se a presença do lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*) e da salamandra-lusitânica (*Chioglossa lusitanica*), espécies endémicas da Península Ibérica.

São exemplos de factores de ameaça os seguintes: qualidade da água muito degradada, actividade florestal intensiva, abate de carvalhal; fogos florestais, invasão por espécies exóticas (acácia, háquia e erva-pinheirinha), abertura de vias de comunicação, mini-hídricas, parques eólicos e exploração de pedreiras ilegais.

A gestão desta área deve ser prioritariamente dirigida para a manutenção da sua elevada diversidade que permite albergar os valores naturais nela existentes: promoção e acompanhamento de um modelo de gestão de uso múltiplo, com o objectivo de promover uma agricultura e pastorícia extensivas, em mosaico com manchas florestais autóctones; implementação de medidas de conservação dos carvalhais e de manchas florestais naturais mais desenvolvidas; protecção estrita de algumas formações com enorme valor natural como as turfeiras; preservação das linhas de água e vegetação ribeirinha (freixiais, amiais, salgueirais), Deverá ainda ser dada particular atenção à zona da foz do Rio Corgo, por se tratar do único local conhecido de ocorrência de *Marsilea quadrifolia*.

* *Habitat Prioritário* (ameaçado de extinção)



Marcos Oliveira

Lobo (*Canis lupus*)

Diplomas legais

RCM n.º 142/97 de 28 de Agosto (classificação como Sítio)

Portaria n.º 829/2007 de 1 de Agosto (reconhecimento como SIC)



SIC

Douro Internacional

O SIC Douro Internacional apresenta uma área de 36 187 ha, abrangendo parte dos concelhos de Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo, Freixo de Espada à Cinta, Miranda do Douro, Mogadouro, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa.



Estende-se por cerca de 120 quilómetros, ao longo dos troços internacionais do rio Douro e do seu afluente Águeda. Inclui o canhão fluvial, com um vale de escarpas rochosas e abruptas, e uma faixa planáltica, englobando cerros e encostas suaves entre os 600 e os 800 metros de altitude, mais estreita na parte norte e que se alarga na zona do Águeda, a sul.

Os habitats dominantes são os bosques, com diferentes classes etárias, de carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*) (9230), azinheira (*Quercus rotundifolia*) (9340) e sobreiro (*Quercus suber*) (9330), bosques de lodão (*Celtis australis*), giestais, piornais e estevais, ocorrendo ainda bosques de carvalho-cerquinho (*Quercus faginea* subsp. *faginea*). Merecem referência especial os matagais arborescentes de *Juniperus oxycedrus* s.l. (5210), com um carácter reliquial, e o habitat prioritário de florestas endémicas de *Juniperus* spp. (9560*), cuja composição florística é francamente original.

Alberga uma flora composta por uma grande quantidade de endemismos peninsulares e regionais, de que são exemplo as gramíneas *Festuca duriotagana* e

PTCON0022 - Douro Internacional

Holcus setiglimis subsp. *duriensis*, e a errática e raríssima *Linaria coutinhoi*.

Inclui vários abrigos importantes de morcegos, que albergam colónias de criação de morcego-de-peluche (*Miniopterus schreibersi*) e morcego-rato-grande (*Myotis myotis*) e de hibernação de morcego-de-peluche, morcego-de-ferradura-grande (*Rhinolophus ferrumequinum*) e morcego-de-ferradura-pequeno (*Rhinolophus hipposideros*). Apesar das várias barragens no rio Douro, ainda é possível encontrar espécies aquáticas como a panjorca (*Rutilus arcasii*), o cágado-de-carapaça-estriada (*Emys orbicularis*) e a lontra (*Lutra lutra*).

São exemplos de factores de ameaça os seguintes: abandono das actividades agro-pecuárias tradicionais ou sua substituição por regimes intensivos, realização de queimadas e correspondente risco de incêndio, construção de grandes infra-estruturas (e.g. barragens e vias rápidas), abertura de caminhos nas arribas, corte da vegetação ripícola nos afluentes do Douro e incremento de actividades de recreio e lazer, como passeios náuticos e todo-o-terreno.

A gestão da área abrangida pelo SIC Serra da Gardunha deve ser prioritariamente dirigida para: manutenção das actividades agro-pecuárias em sistema extensivo, acompanhamento das acções de ordenamento e gestão florestal (medidas de protecção dos carvalhais e das florestas de sobreiro e azinho), conservação das comunidades rupícolas e sub-rupícolas, das espécies aquáticas e habitats ripícolas. As medidas de protecção aos abrigos de morcegos merecem particular atenção. É também necessário ordenar as actividades de montanhismo nas falésias, assim como as actividades turísticas e de lazer em alguns troços do rio.

* *Habitat Prioritário* (ameaçado de extinção)



CARLOS CARRAPATO - ICNB

Cágado-de-carapaça-estriada
(*Emys orbicularis*)

Diplomas legais

RCM n.º 142/97 de 28 de Agosto (classificação como Sítio)

Portaria n.º 829/2007 de 1 de Agosto (reconhecimento como SIC)



SIC

Montesinho | Nogueira

O SIC Montesinho/Nogueira apresenta uma área de 107 719 ha, e abrange os concelhos de Bragança, Chaves, Macedo de Cavaleiros e Vinhais.



A paisagem caracteriza-se por um mosaico de habitats, resultado da prática de agricultura de montanha, baseada sobretudo na exploração pecuária extensiva de ovinos e bovinos, que, na maior parte dos casos, tem contribuído para a manutenção dos valores naturais existentes.

Apresenta uma enorme relevância pela presença de comunidades bastante distintas e do contacto entre elas, com realce para: os matos rasteiros estritamente silibasófilos (6160) que ocupam o denominado maciço de Vinhais/Bragança; os mais extensos e bem conservados carvalhais de carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*) (9230) do país; os singulares azinhais (*Quercus rotundifolia*) (9340) sobre serpentinas; os prados permanentes, vulgarmente designados por lameiros (6510); e os ecossistemas ribeirinhos em boas condições, designadamente os amiais ripícolas (91E0*).

É uma das áreas mais importantes para a conservação do lobo (*Canis lupus*), a nível nacional albergando uma parte significativa do efectivo populacional total. Os

PTCON0002 - Montesinho | Nogueira

efectivos que aqui ocorrem são parte integrante do maior núcleo populacional da Península Ibérica e de toda a Europa Ocidental.

É igualmente relevante para a conservação da fauna aquática e ribeirinha, como toupeira-de-água (*Galemys pyrenaicus*), lontra (*Lutra lutra*), lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*) e panjorca (*Rutilus arcasii*). Integra também as melhores populações portuguesas do mexilhão-de-rio (*Margaritifera margaritifera*). Inclui, conjuntamente com os SIC Rios Sabor e Maçãs e Morais, alguns dos cursos de água com maior potencialidade para a realização de uma eventual reintrodução/recuperação das populações do lagostim-de-patas-brancas (*Austrapotamobius pallipes*).

São exemplos de factores de ameaça os seguintes: florestação com resinosas; florestação de áreas naturais; alteração das características naturais dos cursos de água; incêndios florestais de grandes dimensões; pressão cinegética; insuficiente ordenamento piscícola; redução das actividades agrícola e pastorícia; introdução de práticas agrícolas desadequadas; florestação de lameiros com espécies de crescimento rápido (conversão em choupais); corte da vegetação ripícola; introdução e expansão de espécies aquícolas exóticas invasoras.

A gestão desta área deve ser prioritariamente dirigida para a manutenção da sua elevada diversidade e das características naturais que o tornam singular. Neste sentido, deverá ser dada especial relevância à manutenção em bom estado de conservação de, entre outros: carvalhais de *Quercus pyrenaica*, lameiros, juncais e cervunais de montanha, azinhais, sebes (*Pruno-Rubion ulmifolii*) e comunidades fissurículas de escarpas de xistos e anfíbolitos. É igualmente prioritário conservar a naturalidade e o contínuo ecológico dos ecossistemas ribeirinhos.

* *Habitat Prioritário (ameaçado de extinção)*



Marisa Quaresma - ICNB

Mexilhão-de-rio
(*Margaritifera margaritifera*)

Diplomas legais

RCM n.º 142/97 de 28 de Agosto (classificação como Sítio)

Portaria n.º 829/2007 de 1 de Agosto (reconhecimento como SIC)



SIC

Peneda | Gerês

O SIC Peneda / Gerês apresenta uma área de 88 845 ha, abrangendo os concelhos de Amares, Arcos de Valdevez, Melgaço, Montalegre, Ponte da Barca, Terras de Bouro, Vieira do Minho e Vila Verde.



Trata-se de uma região montanhosa acidentada, com cotas geralmente acima dos 700m, ultrapassando os 1500m. Apresenta uma enorme diversidade de habitats, tais como pastagens, lameiros e carvalhais alternados com matos e pinhais e à qual se associa uma elevada utilização humana. A água é um elemento constante, ora em vales encaixados ora em vales mais largos, ora ainda na forma de cascatas.

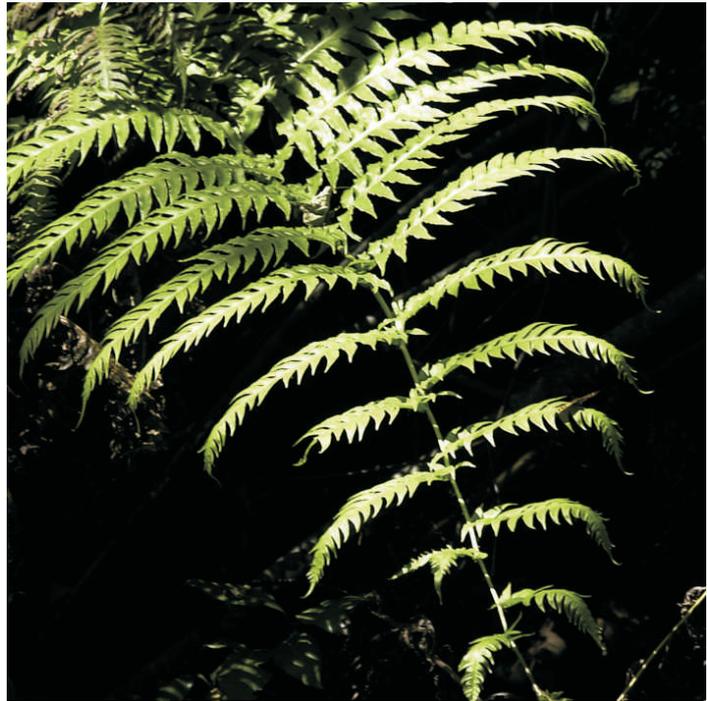
Engloba importantes manchas de carvalhais galaico-portugueses de carvalho-roble (*Quercus robur*) e/ou carvalho-negral (*Q. pyrenaica*) (9230), que são das mais extensas e bem conservadas a nível nacional, sendo também de realçar os carvalhais climácicos de carvalho-roble ou os bosques secundários de aveleiras (*Corylus avellana*), típicos de solos profundos e frescos, das bases das encostas de vales encaixados (9160).

A flora presente possui um alto valor científico e ecológico com espécies que encontram aqui o seu local clássico de ocorrência, caso do feto-do-gerês (*Woodwardia radicans*) e do narciso-trombeta (*Narcissus pseudonarcissus* subsp. *nobilis*).

No que respeita à fauna, destacam-se duas espécies prioritárias: o lobo (*Canis lupus*), com um dos maiores núcleos populacionais em Portugal, e o lepidóptero *Callimorpha quadripunctaria*. É ainda muito importante para espécies associadas às linhas de água como a toupeira-de-água (*Galemys pyrenaicus*), a lontra (*Lutra lutra*) e a panjorca (*Rutilus arcasii*), para a herpetofauna nomeadamente salamandra-lusitânica (*Chioglossa lusitanica*) e lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*), ambos endemismos ibéricos e para uma das raras populações de mexilhão-de-rio (*Margaritifera margaritifera*).

São exemplos de factores de ameaça os seguintes: sobrepastoreio, abandono das práticas agrícolas e de pastoreio tradicionais, ocorrência de fogos na sequência de queimadas, invasão de espécies exóticas (vegetais e animais), drenagem das turfeiras e outras zonas húmidas de altitude, empreendimentos hidroeléctricos; descarga de efluentes nas zonas ribeirinhas e pressão turística.

A gestão desta área deve ser prioritariamente dirigida para os seguintes aspectos: conservação da grande diversidade de habitats e das populações de espécies de fauna, intimamente associada à adopção de determinadas actividades e práticas agrícolas e de pastoreio a par de um correcto ordenamento e gestão da floresta e dos matos. Deverá também ser implementado um correcto ordenamento da crescente procura para actividades turísticas e de recreio, bem como acautelados os impactes da implantação de infra-estruturas de produção de energia eléctrica e da exploração dos recursos cinegéticos e haliêuticos.



Feto-do-gerês (*Woodwardia radicans*)

Diplomas legais

RCMs n.º 142/97 de 28 de Agosto (classificação como Sítio)

Portaria n.º 829/2007 de 1 de Agosto (reconhecimento como SIC)



SIC

Rio Paiva

O SIC Rio Paiva ocupa uma área de 14 562 ha e abrange parte dos concelhos de Arouca, Castelo de Paiva, Castro Daire, Cinfães, Moimenta da Beira, São Pedro do Sul, Sátão, Sernancelhe, Vila Nova de Paiva e Viseu.



Apresenta um formato linear, sendo a estrutura dominante o rio Paiva. Este curso de água de média dimensão percorre um planalto no seu troço inicial, área onde predominam os matos, campos agrícolas, prados e carvalhais. No seu troço médio segue em vale encaixado, cujas encostas são revestidas por manchas plantadas de pinheiro e eucalipto, por matos e ainda por carvalhais e sobreirais (9330). Na sua parte final, apesar do aumento da área plantada com eucaliptos, as vertentes evidenciam elevada cobertura e boa densidade vegetal.

De uma forma geral o Sítio apresenta uma vegetação ripícola relativamente bem conservada, com bosques de amieiros (*Alnus glutinosa*) formando galeria (91E0*), frequentemente bordejada por carvalhais de (*Quercus robur*) (9230) fragmentários. Assinala-se a ocorrência do endemismo lusitano *Anarrhinum longipedicellatum*.

Em termos de qualidade da água, o rio Paiva é considerado um dos melhores da Europa, assumindo bastante importância para a conservação da fauna aquática e ribeirinha, sendo de destacar a toupeira-de-água (*Galemys pyrenaicus*), a lontra

(*Lutra lutra*) e o lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*). É também importante para algumas espécies piscícolas endémicas, e para uma das raras populações de mexilhão-de-rio (*Margaritifera margaritifera*).

Para o lobo (*Canis lupus*) constitui uma importante zona de passagem/ ligação entre as Serras de Montemuro, Freita/ Arada e Lapa/ Leomil.

A principal ameaça provém da invasão pelas acácias e da instalação frequente de povoamentos monoculturais de eucaliptos e de pinheiro-bravo. São também factores de ameaça os seguintes: implementação de pequenos e grandes empreendimentos hidroeléctricos, casos pontuais de extracção e lavagem de inertes, fogos, raids todo-o-terreno e desportos aquáticos, construção de açudes, construções clandestinas, implantação de aviários e pisciculturas, e florestação de terras agrícolas, sobretudo lameiros, cervunais e malhadais.

A gestão desta área deve ser prioritariamente dirigida para a salvaguarda do curso de água e dos recursos faunísticos associados, sobretudo a conservação das margens e respectivas galerias ripícolas, proporcionando, em paralelo, as condições necessárias à manutenção de um corredor de ligação entre duas áreas fundamentais para a conservação das populações de lobo que ocorrem a sul do Douro.

Realça-se ainda a importância da preservação de habitats prioritários situados nas zonas de cabeceira.

* *Habitat Prioritário* (ameaçado de extinção)



Marcos Oliveira

Lontra (*Lutra lutra*)

Diplomas legais

RCM n.º 76/00 de 5 de Julho (classificação como Sítio)

Portaria n.º 829/2007 de 1 de Agosto (reconhecimento como SIC)



SIC

Rios Sabor e Maçãs

O SIC Rios Sabor e Maçãs apresenta uma área de 33 476 ha e abrange parte dos concelhos de Alfândega da Fé, Bragança, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mogadouro, Moncorvo e Vimioso.



Apresenta uma paisagem fortemente marcada pelos vales encaixados dos rios Sabor, Maçãs e Angueira.

Vastas encostas estão cobertas por maciços de vegetação autóctone, nomeadamente por matos pré-florestais diversos, sobreirais (*Quercus suber*) (9330), zimbrais (*Juniperus oxycedrus* var. *lagunae*) (9560*) e bosques climáticos edafoixerófilos de azinheiras (*Quercus rotundifolia*) (9340), formações endémicas do maior interesse que sobrevivem nos locais mais declivosos e inacessíveis.

A flora e vegetação mais importante encontra-se nas comunidades rupícolas das escarpas rochosas, onde se pode observar o ameaçado endemismo *Antirrhinum lopesianum*, e nos leitos de cheia dos rios, com realce para as comunidades endémicas dominadas por *Petrorrhagia saxifraga*, com ocorrência de *Festuca duriotagana*. Esta área tem um papel vital como corredor ecológico na região de Trás-os-Montes constituindo o maior e mais bem preservado contínuo de ecossistemas ribeirinhos do país.

PTCON0021 - Rios Sabor e Macãs

As características naturais, a difícil acessibilidade e a distância às zonas urbanas, proporcionam condições excelentes para a reprodução de várias espécies de fauna ameaçadas. É o caso do lobo-ibérico (*Canis lupus*), sendo esta área utilizada por diversas alcateias do núcleo populacional que ocorre no distrito de Bragança, o maior a nível nacional. É também muito importante para a conservação da fauna associada ao meio aquático, sendo de salientar a toupeira-de-água (*Galemys pyrenaicus*), a lontra (*Lutra lutra*) e a panjorca (*Rutilus arcasii*).

São exemplos de factores de ameaça os seguintes: aproveitamentos hidroeléctricos, destruição da vegetação ripícola, florestação de áreas naturais, florestação com resinosas, realização de queimadas, incêndios florestais; ordenamento cinegético não adequado, insuficiente ordenamento piscícola, extracção de inertes do leito e margens do rio, aumento das actividades recreativas e turísticas, introdução e expansão de espécies aquícolas exóticas invasoras (e.g. lagostins americanos e perca-sol).

A gestão desta área deve ser prioritariamente dirigida para a manutenção do extenso contínuo de ecossistemas ribeirinhos que aqui ocorre e que a torna singular. Neste sentido, deverá ser dada especial relevância aos seguintes aspectos: manutenção do regime hidrológico e sedimentológico natural, conservação das galerias ripícolas e da vegetação natural adjacente, manutenção do caudal e da sua variação sazonal, qualidade da água, controle da expansão das espécies da fauna aquícola exóticas invasoras. Deverá igualmente ser assegurado o ordenamento das actividades recreativas,

* *Habitat Prioritário (ameaçado de extinção)*

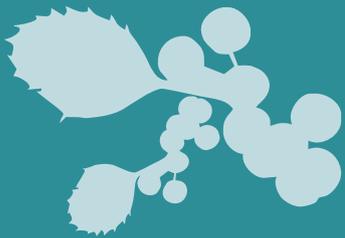


Toupeira-de-água
(*Galemys pyrenaicus*)

Diplomas legais

RCM n.º 142/97 de 28 de Agosto (classificação como Sítio)

Portaria n.º 829/2007 de 1 de Agosto (reconhecimento como SIC)



Departamento de Gestão
de Áreas Classificadas

Centro e Alto Alentejo

Contactos

Parque Natural da Serra da Estrela

Rua 1º de Maio, 2 | 6260-101 MANTEIGAS

Tel.: 275 980 060 | Fax: 275 980 069

e-mail: pnse@icnb.pt

Zonas de Protecção Especial



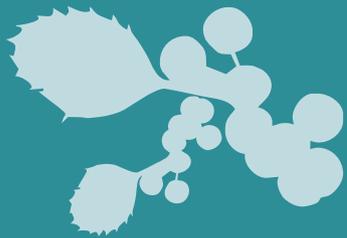
- 1 Serra da Malcata
- 2 Tejo Internacional,
Erges e Pónsul
- 3 **Monforte**
- 4 São Vicente
- 5 **Campo Maior**
- 6 Veiros
- 7 **Vila Fernando**
- 8 **Torre da Bolsa**

Sítios de Importância Comunitária



Parque Natural do Tejo Internacional

- 1 Cambarinho
- 2 Serra da Estrela
- 3 Carregal do Sal
- 4 Malcata
- 5 Complexo do Açor
- 6 Serra da Lousã
- 7 Serra da Gardunha
- 8 Nisa / Lage da Prata
- 9 São Mamede
- 10 Cabeção
- 11 Caia



SIC

Serra da Gardunha

O SIC Serra da Gardunha, com uma área de 5 892 ha, abrange parte dos concelhos de Castelo Branco e Fundão.



A paisagem da Serra da Gardunha, com afloramentos e cristas de xisto e granito, possui uma forte componente de intervenção humana com uma matriz de áreas agrícolas, com especial destaque para os cerejais, e florestais de resinosas, conservando no entanto áreas ocupadas por formações naturais e semi-naturais detentoras de uma significativa e valiosa diversidade biológica.

A vertente Norte da Serra é caracterizada pela presença de habitats bem conservados de castinçais (*Castanea sativa*) (9260), explorados em regime de talhadia (corte de varas), e carvalhais de carvalho-roble ou alvarinho (*Quercus robur*) e carvalho-negral ou carvalho-pardo-das-beiras (*Quercus pyrenaica*) (9230), aos quais surge associada a abrótea (*Asphodelus bento-rainhae*), endemismo lusitano exclusivo deste sistema montanhoso.

Na vertente Sul ocorre uma grande variedade de matos, entre os quais urzais e urzais-estevais mediterrânicos não litorais (4030) e comunidades de montanha de caldoneira (*Echinopartum ibericum*) (4090), um endemismo ibérico.

PTCON0028 - Serra da Gardunha

O Sítio é ainda importante para a conservação de espécies da fauna, destacando-se o lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*).

De entre os usos e actividades que conduzem à deterioração ou à destruição do coberto vegetal natural destacam-se a actividade agrícola e a implantação de explorações florestais intensivas de resinosas. A estes factores de ameaça acrescem ainda, entre outros, os incêndios florestais, a expansão de espécies invasoras e a abertura ou alargamento de caminhos, estradas e aceiros.

A gestão desta área deve ser prioritariamente dirigida para a conservação da abrótea e do seu habitat característico constituído por carvalhal misto (de carvalho-negral e carvalho-roble) e por castinçais.

É considerada fundamental a conservação e/ou recuperação das manchas de vegetação arbórea autóctone, bem como o condicionamento das actividades que directa ou indirectamente conduzem à redução da área de distribuição da abrótea e da sua viabilidade.

São também importantes a promoção da sustentabilidade económica de actividades que favoreçam a conservação dos valores naturais do SIC e a sensibilização pública para a salvaguarda da abrótea.



ADESGAR

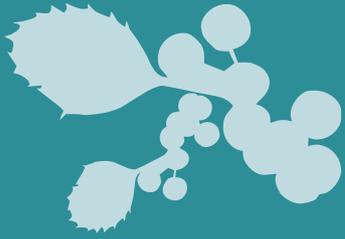
Abrótea
(*Asphodelus bento-rainhae*)

Diplomas legais

RCM n.º 142/97 de 28 de Agosto (classificação como Sítio)

RCM n.º 135/2004 de 30 de Setembro (revisão de limites)

Portaria n.º 829/2007 de 1 de Agosto (reconhecimento como SIC)



SIC

Serra da Lousã

O SIC Serra da Lousã, com uma área de 15 158 ha, abrange parte dos concelhos de Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã e Miranda do Corvo.



A Serra da Lousã constitui a extremidade Sudoeste da cordilheira central, com linhas de cumeada entre os 800 e os 1200 metros, com declives acentuados (originando encostas íngremes e vales muito encaixados, por vezes quase inacessíveis) nas vertentes a Norte e suaves a Sul.

Devido à acentuada orografia e às variantes climáticas, a vegetação existente é diversificada, com a ocorrência de azinheiras (*Quercus rotundifolia*) nas zonas mais secas e ensolaradas e de carvalhais de carvalho-roble (*Quercus robur*) e carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*) (9230) nas zonas mais húmidas e frias.

As inúmeras linhas de água, quase todas de carácter permanente, alimentam as bacias hidrográficas dos rios Zêzere e Mondego e assumem grande importância para espécies da fauna. A vegetação ripícola encontra-se num bom estado de conservação, sendo de destacar as galerias onde se podem observar amiais (*Alnus glutinosa*) (91E0*) e comunidades dominadas por azereiro (*Prunus lusitanica* subsp. *lusitanica*) (5230*), com a presença de azevinho (*Ilex aquifolium*), um habitat de

PTCON0060 - Serra da Lousã

carácter reliquial naturalmente pouco frequente.

Inclui áreas importantes para a conservação do lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*) e particularmente para a salamandra-lusitânica (*Chioglossa lusitanica*), atendendo a que se trata de uma área de elevada diversidade genética para a espécie e de maior vulnerabilidade.

São exemplos de factores de ameaça da sua integridade os incêndios florestais, florestações com eucalipto, corte da vegetação ribeirinha, invasão de espécies exóticas infestantes, como acácia, implantação de infra-estruturas (designadamente as associadas à produção de energia) pressão turística e passeios e provas motorizadas todo-o-terreno;

A gestão desta área deve ser prioritariamente dirigida para a conservação e manutenção das linhas de água e das galerias que as marginam, bem como da fauna que lhes está associada. Interessa ainda destacar a importância da preservação dos habitats associados às cristas quartzíticas e às cascalheiras, bem como da manutenção do mosaico agro-silvo-pastoril em diversas áreas.

Deverão ainda ser ordenadas as acessibilidades e as actividades de recreio e lazer, promovida a erradicação de espécies exóticas e assegurado o acompanhamento técnico das acções de ordenamento e gestão florestal.

* *Habitat Prioritário* (ameaçado de extinção)

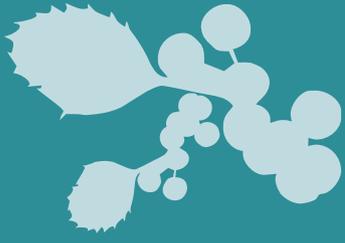


Avezinho (*Ilex aquifolium*)

Diplomas legais

RCM n.º 76/00 de 5 de Julho (classificação como Sítio)

Portaria n.º 829/2007 de 1 de Agosto (reconhecimento como SIC)



ZPE

Campo Maior

A ZPE de Campo Maior, com uma área de 9 579 ha, localiza-se no concelho de Campo Maior, ocupando cerca de 39% do mesmo, e é atravessada pelo Rio Xévara.



A zona Norte caracteriza-se essencialmente por formar um mosaico de habitats composto por montados abertos e dispersos que alternam com pastagens extensivas. Junto às áreas de aluvião predomina uma agricultura de regadio.

A Sul, a área é essencialmente agrícola, predominando o cultivo de cereais em regime semi-intensivo, com poucos pousios e, os existentes, de curta duração. Verificam-se, nalguns casos, rotações culturais de carácter intensivo, com culturas hortícolas e forrageiras de regadio.

Trata-se de uma área identificada como importante para a conservação das aves estepárias, destacando-se, pelos seus estatutos de ameaça, a Abetarda (*Otis tarda*) e o Sisão (*Tetrax tetrax*).

A nidificação do Francelho-das-torres (*Falco naumanni*) tem sido registada em locais próximos da fronteira. Corresponde igualmente a um dos locais de invernada mais

PTZPE0043 - Campo Maior

importantes para o Grou (*Grus grus*) em Portugal.

Um dos factores de ameaça é a intensificação agrícola, essencialmente por conversão da agricultura cerealífera de sequeiro em regadio e pelo cultivo de culturas permanentes.

Por outro lado, nos terrenos menos produtivos, verifica-se alguma tendência para florestação de áreas agrícolas. Têm sido igualmente relatados casos de furtivismo relacionado com o abate ilegal de aves protegidas.

Assim, a gestão da área abrangida pela ZPE de Campo Maior deve ser prioritariamente dirigida para a conservação das aves estepárias e do Grou.

Neste âmbito deverá ser encarada como fundamental a manutenção da cerealicultura extensiva em área aberta assente numa rotação cultural e a manutenção de manchas florestais de montado de sobro e azinho, particularmente as menos densas, e dos olivais tradicionais.

Consequentemente, deverão ser viabilizados e disponibilizados mecanismos que promovam um desenvolvimento rural assente em práticas agrícolas e florestais, assegurando a conservação dos valores da ZPE e a competitividade económica e a sustentabilidade social das actividades que a sustentam.

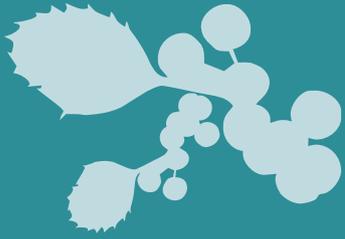
Diplomas legais

Decreto-lei n.º 384-B/99 de 23 de Setembro
(classificação)



Carlos Carrapato - ICNB

Grou
(*Grus grus*)



ZPE

Monforte

A ZPE de Monforte apresenta uma área de 1.887 ha, localizando-se quase totalmente no concelho de Monforte, abrangendo também o concelho de Fronteira.



Trata-se de uma área dominada por pastagens extensivas e pelo cultivo de cereais em regime extensivo ou semi-intensivo e ainda por algumas culturas de regadio. As pastagens são aproveitadas para a pecuária de bovinos ou ovinos. Encontram-se ainda pequenos olivais tradicionais e áreas de montado de azinho disperso com cereal no sob-coberto, ou aproveitamento das pastagens por bovinos ou ovinos.

Trata-se de uma zona identificada como importante para a conservação das aves estepárias, destacando-se a reprodução de Abetarda (*Otis tarda*) e também a nidificação de Sisão (*Tetrax tetrax*).

A conversão da agricultura cerealífera de sequeiro em regadio e no cultivo de culturas permanentes, assim como o aumento do encabeçamento, constituem os principais factores de ameaça desta ZPE.

A gestão desta área deve ser prioritariamente dirigida para a conservação das aves

PTZPE0051 - Monforte



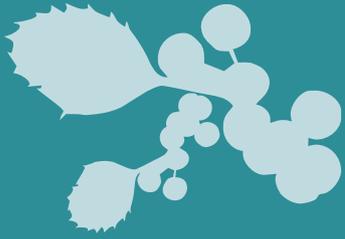
Carlos Carrapato - ICNB

Sisão
(*Tetrax Tetrax*)

estepárias. Neste âmbito é fundamental a manutenção da cerealicultura extensiva assente numa rotação cultural e a promoção de uma gestão de pastagens e de gado compatível com a conservação destas aves. Por outro lado deverá ser assegurada a manutenção de manchas florestais de montado de sobro e azinho, particularmente as menos densas, e dos olivais tradicionais. Nesse sentido, deverão ser viabilizados e disponibilizados mecanismos que promovam um desenvolvimento rural assente em práticas agrícolas e florestais, assegurando a conservação dos valores da ZPE e a competitividade económica e a sustentabilidade social das actividades que a sustentam.

Diploma legal

Decreto Regulamentar n.º 6/2008 de 26 de Fevereiro (classificação)



ZPE

Torre da Bolsa

A ZPE de Torre da Bolsa apresenta uma área de 869 ha e localiza-se totalmente no concelho de Elvas.



É uma área essencialmente agrícola, predominando o cultivo de cereais em regime extensivo ou semi-intensivo, com algumas áreas onde se verifica uma maior intensificação. As pastagens são aproveitadas para a pecuária de bovinos ou ovinos. Encontram-se ainda pequenos olivais tradicionais e áreas de montado de azinho disperso com cereal ou pastagens no sob-coberto. Existem ainda algumas áreas de regadio, incluindo olivais cultivados em regime intensivo.

Trata-se de uma área identificada como importante para a conservação das aves estepárias destacando-se a nidificação de Abetarda (*Otis tarda*) e a ocorrência de Sisão (*Tetrax tetrax*) em elevada densidade durante o período reprodutor. Esta zona destaca-se ainda pela elevada concentração de Francelho (*Falco naumanni*) em época de migração e de Peneireiro-cinzento (*Elanus caeruleus*) durante o inverno.

PTZPE0059 - Torre da Bolsa

A intensificação agrícola tem ocorrido principalmente como consequência da conversão da agricultura cerealífera de sequeiro em regadio e pelo cultivo de culturas permanentes, principalmente olivais, um dos principais factores de ameaça desta ZPE.

A gestão desta área deve ser prioritariamente dirigida para a conservação das aves estepárias. Neste âmbito deverá ser encarada como

fundamental a manutenção da cerealicultura extensiva assente numa rotação cultural que assegure uma proporção significativa de pousios e a promoção de uma gestão de pastagens e de gado compatível com a conservação destas aves. Por outro lado, deverá ser assegurada a manutenção de manchas florestais de montado de sobro e azinho, particularmente as menos densas, e dos olivais tradicionais. Nesse sentido, deverão ser viabilizados e disponibilizados mecanismos que promovam um desenvolvimento rural assente em práticas agrícolas e florestais, assegurando a conservação dos valores da ZPE e a competitividade económica e a sustentabilidade social das actividades que a sustentam.

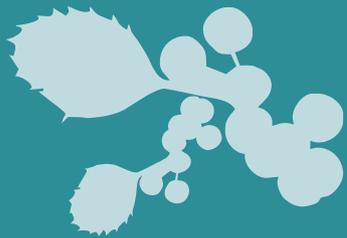


Peneireiro-cinzento
(*Elanus caeruleus*)

Marcos Oliveira

Diplomas legais

Decreto Regulamentar n.º 18/2008 de 25 de Novembro (classificação)



ZPE

Vila Fernando

A ZPE de Vila Fernando apresenta uma área de 5.260 ha, localizando-se quase totalmente no concelho de Elvas, abrangendo também o concelho de Monforte.



É uma área dominada por pastagens extensivas e pelo cultivo de cereais em regime extensivo ou semi-intensivo. As pastagens são aproveitadas principalmente para a pecuária de bovinos ou ovinos. Encontram-se ainda pequenos olivais tradicionais e áreas de montado de azinho disperso com cereal no sob-coberto, ou aproveitamento das pastagens por bovinos ou ovinos.

Trata-se de uma área identificada como importante para a conservação das aves estepárias, destacando-se a presença de um núcleo de reprodução de Abetarda (*Otis tarda*), a ocorrência de alta densidade de Sisão (*Tetrax tetrax*) durante o período reprodutor e a presença de três colónias de nidificação de Francelho (*Falco naumanni*). Durante o período não reprodutor, a área tem ainda uma elevada relevância enquanto área de invernada para o Sisão (*Tetrax tetrax*).

Constituem factores de ameaça desta ZPE a conversão da agricultura cerealífera de

PTZPE0053 - Vila Fernando

sequeiro em regadio, o aumento do encabeçamento e construção de cercas para estacionamento do gado e ainda o cultivo de culturas permanentes.

A gestão desta área deve ser prioritariamente dirigida para a conservação das aves estepárias. Neste âmbito, é fundamental a promoção de uma gestão de pastagens e de gado compatível com a conservação destas aves e a manutenção da cerealicultura extensiva assente numa rotação cultural.

Por outro lado deverá ser assegurada a manutenção das manchas florestais de montado de sobre e azinho, particularmente as menos densas, e dos olivais tradicionais. Nesse sentido, deverão ser viabilizados e disponibilizados mecanismos que promovam um desenvolvimento rural assente em práticas agrícolas e florestais, assegurando a conservação dos valores da ZPE e a competitividade económica e a sustentabilidade social das actividades que a sustentam.



Carlos Carrapato - ICNB

Francelho
(*Falco naumanni*)

Diploma legal

Decreto Regulamentar n.º 6/2008 de 26 de Fevereiro (classificação)



Departamento de Gestão
de Áreas Classificadas

Litoral de Lisboa e Oeste

Contactos

Parque Natural de Sintra - Cascais

Largo Fernando Formigal de Morais, 1 |

2710-564 SINTRA

Tel.: 219 247 200 | Fax: 219 247 227

e-mail: pnsn@icnb.pt

Zonas de Protecção Especial



- 1 Ilhas Berlengas
- 2 Cabo Espichel



Parque Natural de Sintra Cascais

Sítios de Importância Comunitária



- 1 Sicó / Alvaiázere
- 2 Azabuxo-Leiria
- 3 Serras de Aire e Candeeiros
- 4 Arquipélago da Berlenga
- 5 Peniche / Santa Cruz
- 6 Serra de Montejunto
- 7 Sintra / Cascais
- 8 Arrábida / Espichel
- 9 Monfurado
- 10 Cabrela
- 11 Comporta / Galé



SIC

Cabrela

O SIC Cabrela com uma área de 56 555 ha, abrange parte dos concelhos de Alcácer do Sal, Montemor-o-Novo e Viana do Alentejo.



Predominam as áreas de montado (6310), sobretudo de azinho (*Quercus rotundifolia*), mas também de sobro (*Quercus suber*) ou mistos.

Estas áreas são entrecortadas por vales cujas encostas, quando de carácter xérico e acentuado declive, exibem medronhais (*Arbutus unedo*) (5330),

Nas linhas de água é frequente a presença de vegetação flutuante com ranúnculos (3260) e de galerias ripícolas, em estado de conservação variável. Os freixiais (91B0) são a formação ripícola mais frequente. Os amieais (91E0*), bosques ripícolas com elevado interesse nesta região (por serem pouco frequentes no Sul de Portugal), apresentam alguma fragmentação.

O micro-mosaico, formado por clareiras de matos, relvados, e algum uso agrícola em moldes extensivos, favorece a presença do rato-de-Cabrera (*Microtus cabrerae*). Este SIC é igualmente importante para a ictiofauna de água doce, nomeadamente para a boga-portuguesa (*Chondrostoma lusitanicum*), endemismo lusitano

criticamente em perigo.

É uma área de ocorrência histórica de lince-ibérico (*Lynx pardinus*) e que mantém características adequadas para a sua presença ou susceptíveis de serem optimizadas, de forma a promover a recuperação da espécie ou permitir a sua reintrodução a médio/longo prazo, num programa integrado com os Sítios circundantes.

São factores de ameaça: degradação de troços de ribeiras devido à utilização agrícola das margens, pisoteio por gado, poluição orgânica (esgotos domésticos e pecuárias intensivas) e despejo de lixos, intervenções nos cursos de água, florestação em áreas inadequadas (e. g. encostas mais declivosas das ribeiras), intensificação agrícola; pressão cinegética e furtivismo, e expansão urbano-turística.

A gestão desta área deve ser prioritariamente dirigida para o acompanhamento de acções de ordenamento e gestão florestal e para a preservação das linhas de água e vegetação ribeirinha. Importa também ordenar a actividade cinegética (deverão ser contempladas, entre outras, acções que favoreçam as espécies de caça menor) e as actividades de recreio e lazer (nomeadamente actividades motorizadas).

Dada a crescente procura da área numa vertente urbano-turística, deverá desenvolver-se um modelo de planeamento sustentável, de forma a minimizar os problemas de fragmentação de habitat decorrentes da construção dispersa.

* *Habitat Prioritário (ameaçado de extinção)*



Ricardo Pita

Rato-de-Cabrera
(*Microtus cabreræ*)

Diplomas legais

RCM n.º 142/97 de 28 de Agosto (classificação como Sítio)

Portaria n.º 829/2007 de 1 de Agosto (reconhecimento como SIC)



SIC

Comporta | Galé

O SIC Comporta/ Galé, com uma área de 32 051 ha, abrange parte dos Concelhos de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines.



É constituído por duas unidades paisagísticas diferenciadas: a norte, uma planície costeira formada por areias plistocénicas, cujo coberto vegetal é dominado por pinhal, podendo ocorrer bosques mistos e montados de sobro e azinho (6310), e a sul, uma faixa costeira constituída por um sistema dunar bem desenvolvido e estabilizado.

Face à elevada área do SIC ocupada por dunas, os habitats psamófilos estão muito bem representados em variedade, extensão e estado de conservação. Merece referência toda uma sequência de dunas e sua vegetação, desde o mar ao interior, Destaque para as dunas e *paleodunas* com matagais de *Juniperus turbinata* subsp. *turbinata* e/ou *Juniperus navicularis* (2250*), ou com pinhais-bravos (*Pinus pinaster*), com sob-coberto arbustivo espontâneo (2270*) e para as depressões húmidas intradunares (2190). Muito importantes são as turfeiras sublitorais (7140) e os biótopos higrótufofos com vegetação pioneira (7150), habitats com ocorrência bastante fragmentada.

No SIC estão também incluídas lagoas costeiras com realce para a Lagoa de Santo

PTCON0034 - Comporta | Galé

André, separada do mar por uma faixa de dunas estabilizadas.

A flora observável é de elevado valor, sendo de salientar a presença de diversas espécies prioritárias (*Armeria rouyana*, *Linaria ficalhoana*, *Ononis hackelii*, *Jonopsidium acaule*, *Thymus camphoratus*), todas elas endemismos lusitanos, com algum grau de vulnerabilidade. Presentes estão ainda outras espécies protegidas, caso de *Euphorbia transtagana*, *Herniaria maritima*, *Myosotis lusitanica*, *Myosotis retusifolia*, *Santolina impressa*, *Thorella verticillatundata* e *Thymus carnosus*. Relativamente à fauna, destaca-se a presença da boga-portuguesa (*Chondrostoma lusitanicum*), endemismo lusitano criticamente em perigo.



Thymus Camphoratus

São factores de ameaça a pressão turística e de expansão urbana na faixa costeira, exploração florestal intensiva, drenagem de turfeiras e depressões húmidas e sua utilização para fins agrícolas, doença provocada pelo nemátodo do pinheiro, pesca com redes e poluição das ribeiras.

A gestão desta área deve ser prioritariamente dirigida para a protecção de todo o sistema dunar, das zonas húmidas litorais e dos zimbrais. Importa compatibilizar a conservação destes habitats naturais com actividades como a urbanização, o turismo, as infra-estruturas, as acessibilidades, o recreio e o lazer.

Deverão ainda ser garantidas a protecção das depressões intradunares e o controle das espécies infestantes como o chorão e a acácia, bem como uma boa gestão e ordenamento florestal. Deverá também ser assegurado que a agricultura se efectue com recurso a técnicas menos nocivas à conservação destes valores naturais, nomeadamente no que se refere ao uso de agro-químicos e à forma de efectuar as lavouras.

* *Habitat Prioritário (ameaçado de extinção)*

Diplomas legais

RCM n.º 76/00 de 5 de Julho

(classificação como Sítio)

Portaria n.º 829/2007 de 1 de Agosto

(reconhecimento como SIC)



SIC

Monfurado

O SIC Monfurado, com uma área de 23 946 ha, abrange parte dos concelhos de Évora e Montemor-o-Novo.



Apresenta um claro domínio de montados (6310), extensos e em bom estado de conservação, maioritariamente de sobro (*Quercus suber*), mas também de azinho (*Quercus rotundifolia*) ou mistos em zonas mais restritas. Em subcoberto dispõem-se arrelvados mediterrânicos xerófilos, de floração primaveril ou estival, dominados por *Poa bulbosa* (6220*) habitat com excelente representatividade neste Sítio.

Ocorrem os melhores exemplos de comunidades de espinhais de *Calicotome villosa* (5330), matagais densos que em Portugal são exclusivos da região de Évora.

É atravessado por diversas ribeiras, com vegetação ripícola de amiais (91E0*) e salgueirais (92A0), em razoável estado de conservação, onde se observam também comunidades de ranúnculos flutuantes (3260), de *Potamogeton* (3150), e vegetação bentónica de *Chara* (3140).

Em termos faunísticos, apresenta grande importância para os quirópteros, sendo de salientar o morcego-rato-grande (*Myotis myotis*) (criação e hibernação) e o

PTCON0031 - Monfurado

morcego-de-ferradura-mourisco (*Rhinolophus mehelyi*) (hibernação). A área de montado assume um papel relevante como zona de alimentação destas espécies, assim como para o rato-de-Cabrera (*Microtus cabreræ*), com numerosas colónias confirmadas.

É uma área com características de habitat adequadas ou susceptíveis de serem optimizadas de forma a promover a ocorrência de Lince-ibérico (*Lynx pardinus*) ou permitir a sua reintrodução a médio/longo prazo, num programa integrado com os Sítios circundantes.

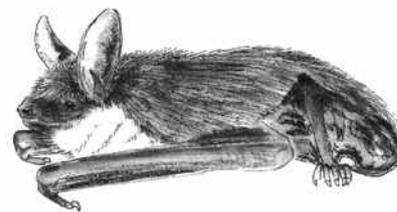
Relativamente à ictiofauna, destaca-se a presença da boga-portuguesa (*Chondrostoma lusitanicum*), endemismo lusitano *criticamente em perigo*.

São exemplos de factores de ameaça os seguintes: intensificação da agricultura; abandono do pastoreio extensivo; degradação de troços de ribeiras, intervenções nos cursos de água (regularizações, corte de vegetação, represamentos), florestação com exóticas, incêndios florestais e construção de vias rodoviárias.

A gestão desta área deve ser prioritariamente dirigida para o acompanhamento de acções de ordenamento e gestão florestal e para preservação das linhas de água e vegetação ribeirinha (amiais, freixiais, tamargais).

Dada a crescente procura da área numa vertente urbano-turística, deverá desenvolver-se um modelo de planeamento sustentável, de forma a minimizar os problemas de fragmentação de habitat decorrentes da construção. Importa igualmente ordenar as actividades de recreio e lazer (nomeadamente actividades motorizadas).

* *Habitat Prioritário (ameaçado de extinção)*



João Carlos Farinha - ICNB

Morcego-rato-grande
(*Myotis myotis*)

Diplomas legais

RCM n.º 76/00 de 5 de Julho (classificação como Sítio)

Portaria n.º 829/2007 de 1 de Agosto (reconhecimento como SIC)



SIC

Serra de Montejunto

O SIC Serra de Montejunto, com uma área de 3 830 ha, abrange parte dos concelhos de Alenquer, Azambuja e Cadaval.



É dominado pela Serra de Montejunto que, com os seus 666 m, funciona como uma barreira à influência oceânica. Constitui o extremo Sudoeste do maciço calcário estremenho e tem sido moldada pela erosão que lhe proporcionou formações cársicas características. As formações que se impõem na paisagem são as escarpas, frequentemente colonizadas por comunidades casmofíticas (8210).

Outros habitats calcários a merecerem referência são as lajes dispostas em plataformas percorridas por fendas (8240*) e as cascalheiras (8130) onde, face à instabilidade do substrato, dificilmente se instala vegetação.

Presentes estão também arrelvados vivazes, muitas vezes ricos em orquídeas (6210) e arrelvados xerófilos dominados por gramíneas (6220*), prados com comunidades de plantas suculentas (6110*) e ainda louriçais (*Laurus nobilis*), com presença habitual de medronheiro (*Arbutus unedo*) e ocasional de folhado (*Viburnum tinus*) (5230*).

PTCON0048 - Serra de Montejunto

A diversidade florística é elevada e, para além de vários endemismos lusitanos calcícolas, como *Arabis sadina* e *Silene longicilia*, existem aqui espécies raras que, na sua limitada distribuição geográfica, detêm no Sítio uma boa representação populacional.

Em termos faunísticos, em particular no que diz respeito aos Quirópteros, trata-se de uma zona importante de hibernação para morcego-de-peluche (*Miniopterus schreibersi*), sendo também utilizado como abrigo satélite de criação para machos e fêmeas não reprodutoras.

A degradação e perda de habitats, quer através dos sucessivos fogos florestais a que a serra tem sido sujeita, quer através da florestação com eucaliptos e outras alóctones, é o factor determinante no empobrecimento ecológico da área. São também factores de ameaça a extracção de inertes e a edificação e instalação desordenada de antenas de telecomunicações.

A gestão desta área deve ser prioritariamente dirigida para a recuperação de diferentes habitats, promoção do carvalhal, dos habitats rupícolas e dos biótopos de alimentação dos Quirópteros.

Assim, na área de maior altitude, a gestão deverá ser direccionada para a promoção dos habitats calcários característicos que nela ocorrem, para a recuperação dos povoamentos florestais autóctones promovendo-se a sua regeneração natural, bem como, condicionando a florestação com espécies de rápido crescimento. No que diz respeito às zonas de menor altitude tornam-se fundamentais a manutenção e promoção do mosaico agrícola diversificado, assente em sistemas agrícolas extensivos, a criação extensiva de gado e a recuperação e promoção de áreas de mato mediterrânico.

* *Habitat Prioritário (ameaçado de extinção)*



Marcos Oliveira

Morcego-de-peluche
(*Miniopterus schreibersi*)

Diplomas legais

RCM n.º 76/00 de 5 de Julho (classificação como Sítio)

Portaria n.º 829/2007 de 1 de Agosto (reconhecimento como SIC)



SIC

Sicó | Alvaiázere

O SIC Sicó/Alvaiázere, com uma área de 31 678 ha, abrange parte dos concelhos de Ansião, Alvaiázere, Ferreira do Zêzere, Ourém, Penela, Pombal, Soure e Tomar.



Possui uma elevada diversidade de habitats associados ao substrato calcário. Inclui as maiores e mais bem conservadas áreas do país de carvalho de carvalho-cerquinho (*Quercus faginea* subsp. *broteroi*) (9240) e manchas notáveis de azinhais (*Quercus rotundifolia*) sobre calcários (9340), em bom estado de conservação.

Merecem destaque os habitats rupícolas, ricos em flora diversa, caso dos afloramentos rochosos colonizados por comunidades casmofíticas (8210) ou das lajes calcárias, dispostas em plataforma praticamente horizontal percorrida por um reticulado de fendas (8240*), e os prados com comunidades de plantas suculentas (6110*) e os arrelvados vivazes, com abundância de orquídeas (6210).

Troços significativos das margens do Rio Nabão e de alguns dos seus afluentes são ocupados por uma galeria praticamente contínua, em bom estado de conservação, de diversas espécies arbóreas ripícolas, com galerias dominadas por choupos e/ou salgueiros (92A0) e de bosques ripícolas e paludosos de amieiros ou salgueiros (91E0*). Constitui-se como uma das áreas mais importantes para a conservação da

PTCON0045 - Sicó | Alvaiázere

flora calcícola, sendo de realçar o *Juncus valvatus*, um endemismo lusitano.

O Rio Nabão é um dos poucos locais de ocorrência confirmada da lampreia-de-riacho (*Lampetra planeri*).

Estão presentes vários abrigos de morcegos importantes a nível nacional, que albergam colónias de criação de morcego-rato-grande (*Myotis myotis*), de hibernação de morcego-de-ferradura-grande (*Rhinolophus ferrumequinum*) e de criação e hibernação de morcego-de-peluche (*Miniopterus schreibersi*).

São factores de ameaça, entre outros, os seguintes: construção urbana e industrial, construção de infra-estruturas, corte de carvalho cerquinho para lenha, extracção de inertes, incêndios, corte de vegetação ribeirinha, poluição dos cursos de água, florestações com espécies alóctones, pressão turística e perturbação das grutas.

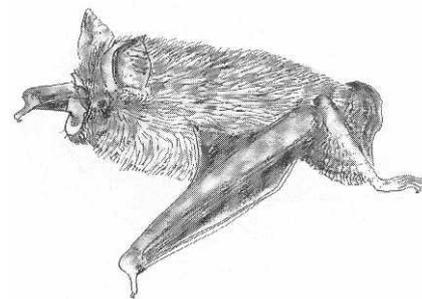
A gestão desta área deve ser prioritariamente dirigida para a conservação dos carvalhais e azinhais, sendo fundamental o acompanhamento técnico das acções de ordenamento e gestão florestal.

É necessário manter e promover o pastoreio extensivo, adequando o maneio às necessidades de conservação dos valores em presença, nos quais se incluem as diferentes espécies de morcegos que aqui ocorrem.

A conservação das espécies piscícolas com especial relevo para a lampreia-de-riacho e habitats associados, é outro aspecto fundamental.

Verificando-se que as áreas de grande importância para a conservação dos valores que motivaram a classificação deste SIC são solicitadas para a instalação de diversos tipos de infra-estruturas (e.g.: parques eólicos, antenas de telecomunicações, linhas de transporte de energia, infra-estruturas viárias), é necessário compatibilizar a sua instalação com a manutenção dos valores envolvidos.

* *Habitat Prioritário (ameaçado de extinção)*



Morcego-de-ferradura-grande
(*Rhinolophus ferrumequinum*)

Diplomas legais

RCM n.º 76/00 de 5 de Julho (classificação como Sítio)

Portaria n.º 829/2007 de 1 de Agosto (reconhecimento como SIC)



Departamento de Gestão de Áreas Classificadas

Sul

Contactos

Parque Natural da Ria Formosa

CEAM, Quelfes

8700-194 OLHÃO

Tel.: 289 700 210 | Fax: 289 700 219

e-mail: pnrf@icnb.pt

Zonas de Protecção Especial



- 1 Évora
- 2 Reguengos
- 3 Mourão/Moura/Barrancos
- 4 **Cuba**
- 5 Castro Verde
- 6 Vale do Guadiana
- 7 Costa Sudoeste
- 8 Piçarras
- 9 Monchique
- 10 Caldeirão
- 11 Ria Formosa

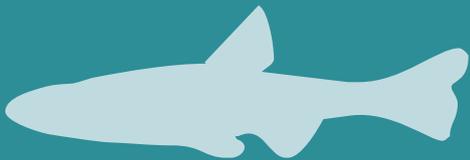


*Parque Natural do Vale Guadiana
Rio Guadiana*

Sítios de Importância Comunitária



- 1 Guadiana / Juromenha
- 2 Alvito / Cuba
- 3 Moura/Barrancos
- 4 Guadiana
- 5 Costa Sudoeste
- 6 Monchique
- 7 Caldeirão
- 8 Barrocal
- 9 Arade / Odelouca
- 10 Cerro da Cabeça
- 11 Ribeira de Quarteira
- 12 Ria Formosa / Castro Marim



SIC

Barrocal

O SIC Barrocal apresenta uma área de 20 864 ha, que se distribui maioritariamente no concelho de Loulé, abrangendo ainda parte dos concelhos de Albufeira, São Brás de Alportel e Silves.



Engloba o que se pode designar genericamente por Barrocal ocidental, uma faixa compreendida entre o litoral e a Serra do Caldeirão, que lhe confere protecção aos ventos do quadrante Norte, intensificando as características mediterrânicas do território. É a segunda maior área cársica do país.

A diversidade biológica é elevada, com numerosos tipos de habitat importantes, de uma forma geral em bom estado de conservação, como os que ocorrem nas superfícies calcárias de relevo ondulado, de que são exemplos os afloramentos rochosos com vegetação casmofítica calcícola (8210), os prados rupícolas com plantas suculentas (6110*) ou os arrelvados vivazes xerófilos, frequentemente ricos em orquídeas (6210). Os habitats calcícolas atingem por vezes uma expressão significativa, de que é exemplo a Rocha da Pena.

Merecem também destaque: bosques mistos de azinheiras (*Quercus rotundifolia*) e zimbros (*Juniperus turbinata* subsp. *turbinata*) (9560*); carvalhais de carvalho-cerquinho (*Quercus faginea* subsp. *broteroi*) (9240),; matagais de zimbro e

azinheira ou zambujeiro (5210),) e matagais densos, geralmente dominados por carrasco (*Quercus coccifera* subsp. *coccifera*)

Em termos florísticos, salienta-se a existência dos únicos locais confirmados do briófito, *Petalophyllum ralfsii* e do endemismo lusitano *Plantago algarbiensis*, bem como a elevada representatividade do efectivo populacional de *Narcissus calcicola* e de *Thymus lotocephalus*, um endemismo do sotavento algarvio.

Relativamente à fauna, inclui um complexo de quatro grutas que abrigam a quase totalidade da população de morcegos do Algarve, salientando-se as colónias de hibernação e criação de cerca de metade da população portuguesa de morcego-rato-pequeno (*Myotis blythii*). Albergam ainda a maior parte dos efectivos da população algarvia de morcego-de-peluca (*Miniopterus schreibersii*) e de morcego-de-ferradura-mourisco (*Rhinolophus mehelyi*) nas épocas de hibernação e criação.

É ainda um Sítio importante para a lontra (*Lutra lutra*) e para a boga-de-boca-arqueada (*Rutilus lemmingii*).

São exemplos de factores de ameaça os seguintes: intensificação agrícola (utilização de agroquímicos, lavouras profundas); expansão de pomares de citrinos; extracção de inertes; pressão urbano-turística (construção dispersa e empreendimentos turísticos) e infra-estruturação associada; visitação de grutas; sobrepastoreio.

A gestão desta área deve ser prioritariamente dirigida para a conservação dos afloramentos rochosos, das grutas e algares, dos matagais altos, matos baixos e prados calcícolas, da flora rupícola e das várias espécies de morcegos. Importa assegurar o mosaico de habitats e manter a ocupação agro-silvo-pastoril extensiva, tendo presente a preservação dos afloramentos rochosos e ecossistemas rupícolas. Deverá ser ordenada a expansão urbano-turística e a extracção de inertes.

* *Habitat Prioritário* (ameaçado de extinção)



Morcego-rato-pequeno
(*Myotis blythii*)

Diplomas legais

RCM n.º 76/00 de 5 de Julho (classificação como Sítio)

Portaria n.º 829/2007 de 1 de Agosto (reconhecimento como SIC)



SIC

Caldeirão

O SIC Caldeirão apresenta uma área de 47 286 ha, abrangendo parte dos concelhos de Almodôvar, Loulé, São Brás de Alportel, Silves e Tavira.



É marcado pela presença da serra do Caldeirão, um extenso relevo xisto-grauváquico de formas arredondadas, entrecortado por pequenos rios e ribeiras em vales moderadamente encaixados.

É, em grande parte, coberto por extensos montados de sobro (*Quercus suber*) (6310), relativamente abertos, os quais, em muitos locais, devido ao abandono agro-pastoril, evoluíram para formações mais densas, com um sub-coberto desenvolvido. Nas zonas de montado ainda sujeitas ao cultivo extensivo de cereais, os pousios possibilitam a ocorrência de arrelvados xerófilos (6220*). Nas zonas mais frescas e declivosas das áreas serranas verifica-se a presença de matos e de matagais arborecentes, podendo por vezes observar-se sobreirais (9330) e medronhais.

Os ecossistemas ribeirinhos apresentam condições favoráveis para várias espécies da ictiofauna, salientando-se o saramugo (*Anaecypris hispanica*), a boga-do-Sudoeste (*Chondrostoma almakai*) (que ocorre apenas nas bacias dos rios Mira e Arade) e a boga-de-boca-arqueada (*Rutilus lemmingii*). Estes cursos de água são

PTCON0057 - Caldeirão

Marcos Oliveira

igualmente importantes para a conservação da lontra (*Lutra lutra*).

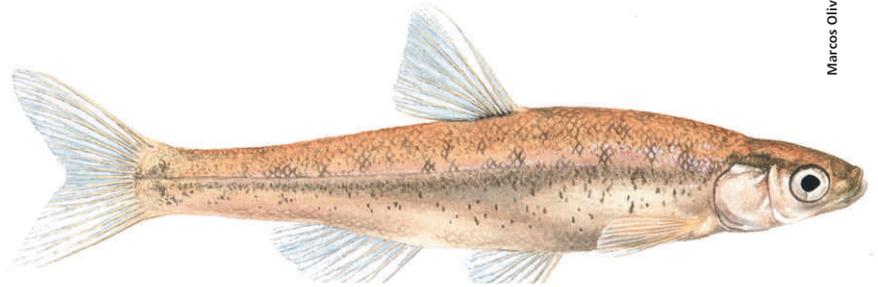
Apresenta características de habitat adequadas à promoção de ocorrência de linco-ibérico (*Lynx pardinus*) ou à sua reintrodução a médio longo prazo, num programa integrado com os SIC circundantes

Constituem factores de ameaça, entre outros, os seguintes: destruição da vegetação autóctone (matos e bosques mediterrânicos e vegetação ribeirinha); incêndios florestais; falta de ordenamento cinegético, com consequências nomeadamente na rarefacção do coelho-bravo, que actualmente apresenta um padrão de distribuição muito fragmentado na região; furtivismo; abertura excessiva de caminhos e aumento significativo da perturbação; desmatações excessivas; florestação com espécies exóticas.

A gestão desta área deve ser prioritariamente dirigida para a conservação dos montados e recuperação de áreas de matagal mediterrânico, habitats que são igualmente importantes para a conservação de várias espécies da fauna. Assim, importa acompanhar as acções de ordenamento e gestão florestal, nomeadamente através de: definição e implementação de modelos de uso múltiplo do montado; conservação das manchas florestais naturais mais desenvolvidas; controlo da instalação de novos povoamentos florestais; manutenção de faixas de matos, medida a compatibilizar com a prevenção de incêndios florestais. Deverá ainda ser assegurada a manutenção do mosaico silvo-pastoril e a utilização de boas práticas agrícolas.

Importa igualmente ordenar a actividade cinegética, tendo em conta a preservação de áreas mais sensíveis.

* *Habitat Prioritário (ameaçado de extinção)*



Saramugo
(*Anaecypris hispanica*)

Diplomas legais

RCM n.º 76/00 de 5 de Julho (classificação como Sítio)

Portaria n.º 829/2007 de 1 de Agosto (reconhecimento como SIC)



SIC

Guadiana

O SIC Guadiana apresenta uma área de 39 257 ha, que se distribui maioritariamente no concelho de Mértola, abrangendo ainda parte dos concelhos de Alcoutim, Almodôvar, Beja, Castro Marim, Castro Verde, Loulé e Serpa.



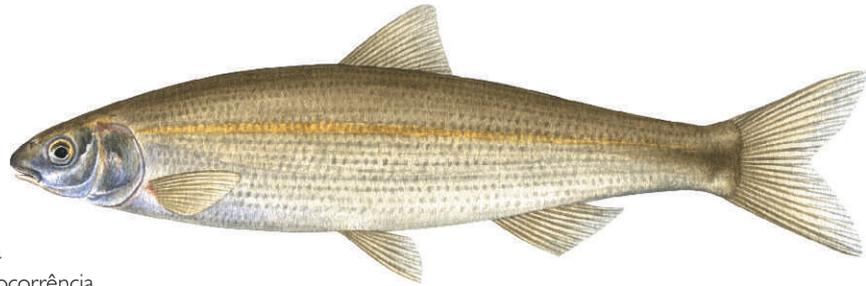
Corresponde à área do vale inferior do rio Guadiana e acompanha alguns dos seus principais afluentes a sul de Serpa. A flora e vegetação apresentam elevada maturidade ecológica e reduzido grau de antropização. Inclui importantes matagais arborescentes de zimbro (*Juniperus turbinata* subsp. *turbinata*) (5210) e bosques de azinheira (*Quercus rotundifolia*).

Destaca-se a vegetação própria dos cursos de água mediterrânicos intermitentes: os matagais ou bosques baixos de loendro, tamujo e tamargueira, associados ao leito de estiagem, os matos rasteiros de leitos de cheia e as galerias dominadas por choupos e/ou salgueiros. Associadas a estes cursos de água ocorrem espécies da flora de interesse comunitário, tais como *Marsilea batardae* e *Salix salvifolia* subsp. *australis*.

O rio Guadiana e alguns dos seus afluentes, constituem um corredor importante para as espécies terrestres e aquáticas, destacando-se as espécies piscícolas autóctones e migradoras. É um dos poucos SIC onde ocorre o saramugo

PTCON0036 - Guadiana

(*Anaecypris hispanica*), a cumba (*Barbus comiza*) e a boga-do-Guadiana (*Chondrostoma willkomii*), ictiofauna endémica da bacia hidrográfica do Guadiana. De referir ainda a boga-de-boca-arqueada (*Rutilus lemmingii*) e as espécies migradoras sável (*Alosa alosa*), savelha (*Alosa fallax*) e lampreia-marinha (*Petromyzon marinus*). Saliente-se também a ocorrência generalizada de lontra (*Lutra lutra*) ao longo de todo o Sítio.



Marcos Oliveira

Boga-do-Guadiana
(*Chondrostoma willkomii*)

No que respeita aos invertebrados, é muito importante para o mexilhão-de-rio, bem como para as libélulas *Coenagrion mercuriale* e *Oxygastra curtisii*. Constitui um corredor com características de habitat adequadas à promoção de ocorrência de linco-ibérico ou permitir a sua reintrodução a médio /longo prazo, num programa integrado com os SIC circundantes.

São exemplos de factores de ameaça os seguintes: empreendimentos hidráulicos e numerosos açudes, degradação da qualidade da água, extracção de inertes do leito do rio, alterações do leito do rio para a navegabilidade de embarcações, grandes empreendimentos turísticos, actividades de recreio motorizadas de todo-o-terreno e aquáticas motorizadas, abertura de caminhos nas margens do rio e afluentes; abandono agrícola e pastoril e das práticas extensivas; invasões esporádicas de espécies aquáticas infestantes (e.g. *Azolla filiculoides*).

A gestão desta área deve ser prioritariamente dirigida para a conservação das margens das linhas de água, da vegetação ripícola e das espécies que dependem do meio aquático através da gestão de caudais, da melhoria da qualidade da água e da manutenção da morfologia do leito do rio. É ainda importante promover o desenvolvimento dos bosques de azinho, zambujeiro e alfarrobeira, proporcionando condições para a regeneração natural e incentivar as actividades agro-silvo-pastoris em regime extensivo. Actualmente, torna-se ainda necessário controlar o impacto turístico.

Diplomas legais

RCM n.º 142/97 de 28 de Agosto (classificação como Sítio)

Portaria n.º 829/2007 de 1 de Agosto (reconhecimento como SIC)



SIC

Moura | Barrancos

O SIC Moura/Barrancos apresenta uma área de 43 309 ha, sendo 95% da mesma nos concelhos de Moura e de Barrancos, e a restante nos concelhos de Mourão e de Serpa.



Apresenta uma apreciável diversidade fisiográfica e geológica, possibilitando a ocorrência de diversas comunidades vegetais. Nas encostas mais declivosas, caso das serras da Adiça e da Preguiça, dominam os matos. Nas zonas aplanadas ocorrem extensas áreas com povoamentos dominados por azinheira (*Quercus rotundifolia*). Nos ambientes rochosos, a vegetação rupícola termófila tem um desenvolvimento importante. A existência de afloramentos calcários concede um carácter particular à vegetação, com a presença de carrascais basófilos, de estevais de *Cistus albidus* e de vegetação herbácea com interesse para a conservação, caso dos arrelvados vivazes xerófilos, frequentemente ricos em orquídeas (6210).

Inclui um dos abrigos mais importantes do país para morcegos cavernícolas, abrigando colónias de criação de várias espécies, tais como morcego-de-ferradura-mourisco, morcego-rato-grande e o morcego-de-peluche. É também o principal abrigo de hibernação, a nível nacional, de espécies do género *Rhinolophus*. A nível das espécies piscícolas, é um dos SIC mais importantes na conservação de espécies piscícolas autóctones, como o saramugo (*Anaecypris hispanica*), a cumba (*Barbus*

PTCON0053 - Moura | Barrancos

comiza), a boga-de-boca-arqueada (*Rutilus lemmingii*) e a boga-do-Guadiana (*Chondrostoma willkommii*), entidade descrita a partir da boga (*Chondrostoma polylepis*), sendo este um dos quatro Sítios onde está representada esta espécie. Inclui também cursos de água importantes para a lontra (*Lutra lutra*) e para os cágados (*Emys orbicularis* e *Mauremis leprosa*).

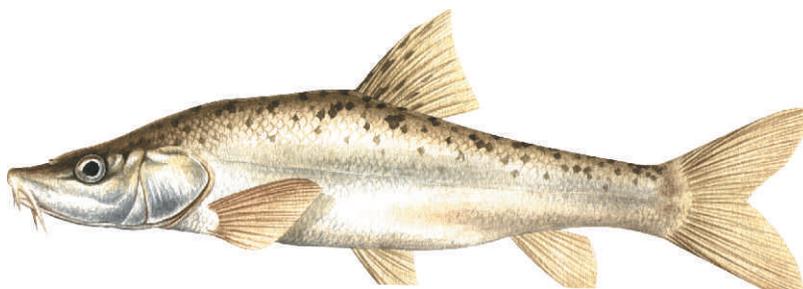


FOTO Marcos Almeida

É uma área de ocorrência histórica de linco-ibérico (*Lynx pardinus*) e que mantém características adequadas para a sua presença ou susceptíveis de serem optimizadas, de forma a promover a recuperação da espécie ou permitir a sua reintrodução a médio/longo prazo.

São factores de ameaça, entre outros, degradação e redução das áreas de montado, florestações com pinheiro-manso, desmatações extensas, conversão da agricultura de sequeiro em regadio, extracção de inertes do leito dos rios, captações de água, abertura de caminhos nas margens, poluição dos cursos de água, instalação de vedações, intensificação geral das actividades humanas.

A gestão desta área deve ser prioritariamente dirigida para a manutenção e recuperação natural de áreas de montado de sobro e azinho, alternadas com cerealicultura extensiva e matagais.

É também fundamental a conservação de várias espécies de morcegos cavernícolas, devendo ser assegurada a protecção do abrigo existente.

Pretende-se criar condições para a recuperação do linco-ibérico e permitir a sua reintrodução a médio/longo prazo.

A preservação das linhas de água afigura-se igualmente como eixo de actuação fundamental para a conservação da vegetação ripícola, da ictiofauna e outras espécies associadas ao meio aquático.

Cumba
(*Barbus comiza*)

Diplomas legais

RCM n.º 76/00 de 5 de Julho (classificação como Sítio)

Portaria n.º 829/2007 de 1 de Agosto (reconhecimento como SIC)



ZPE

Cuba

A ZPE de Cuba apresenta uma área de 4.081 ha, abrangendo os concelhos de Beja e de Cuba.



Trata-se de uma área essencialmente agrícola, predominando o cultivo de cereais em regime extensivo e também algumas áreas de regadio (pivots). As pastagens são aproveitadas para a pecuária de bovinos ou ovinos. Ocorrem também pequenos olivais e áreas de montado de azinho disperso.

Recentemente tem aumentado a área de intensificação agrícola. Encontra-se sobreposta ao Bloco de Rega de Faro do perímetro de rega de Alqueva em cerca de 2000 hectares, tendo sido estabelecido um acordo entre ICNB, EDIA, GPP, MADRP, SPEA, LPN e agricultores para a gestão da área para a rega, sob determinadas condições.

Trata-se de uma zona identificada como importante para a conservação das aves estepárias, destacando - se, pelos seus estatutos de ameaça, a Abetarda (*Otis tarda*) (cerca de 80 aves durante o período de reprodução), o Sisão (*Tetrax tetrax*) (área de

alta densidade de machos durante a Primavera) e o Francelho (*Falco naumanni*) (2 colónias de nidificação). É uma área de elevada relevância em período pós-reprodutor para a abetarda e para o sisão.

A utilização da área para regadio já está regulada, no entanto continua a existir alguma pressão, nomeadamente por parte de novos proprietários, para reconversão de áreas extensivas.

Nestas áreas há também uma tendência crescente para o desaparecimento da rotação cereal-pousio e aumento de pastagens permanentes, associadas a um aumento do encabeçamento, principalmente de gado bovino.

Outros factores de ameaça prendem-se com a mortalidade de aves devido à rede de linhas de transporte de energia e inadequabilidade das actividades agrícolas ao ciclo de vida das espécies.

A gestão desta área deve ser prioritariamente dirigida para a conservação das aves estepárias. Neste âmbito deverá ser encarada como fundamental a manutenção da cerealicultura extensiva em área aberta assente numa rotação cultural. Complementarmente, deverá ser assegurada a manutenção de manchas florestais de montado, particularmente as menos densas.

Consequentemente, deverão ser viabilizados e disponibilizados mecanismos que promovam um desenvolvimento rural assente em práticas agrícolas e florestais extensivas, assegurando a conservação dos valores da ZPE e a competitividade económica e social das actividades que a sustentam.



Carlos Carrapato - ICNB

Abetarda
(*Otis tarda*)

Diplomas legais

Decreto Regulamentar n.º 6/2008 de 26 de Fevereiro (classificação)



Departamento de Gestão
de Áreas Classificadas

Zonas Húmidas

Contactos

Reserva Natural do Estuário do Tejo

Av. dos Combatentes da Grande Guerra, I

2890-015 ALCOCHETE

Tel.: 212 38 021 | Fax: 212 341 654

e-mail: rnetf@icnb.pt

Zonas de Protecção Especial



- 1 Ria de Aveiro
- 2 Paul do Taipal
- 3 Paul de Arzila
- 4 Paul da Madriz
- 5 Paul do Boquilobo
- 6 Estuário do Tejo
- 7 Lagoa Pequena
- 8 Estuário do Sado
- 9 Açude da Murta
- 10 Lagoa de Santo André
- 11 Lagoa da Sancha
- 12 Sapais de Castro Marim
- 13 Leixão da Gaiivota

Sítios de Importância Comunitária



- 1 Barrinha de Esmoriz
- 2 Rio Vouga
- 3 Dunas de Mira, Gândaras
- 4 Paul de Arzila
- 5 Estuário do Tejo
- 6 Estuário do Sado
- 7 Fernão Ferro
/ Lagoa de Albufeira
- 8 Ria de Alvor
- 9 Ria Formosa / Castro Marim



Reserva Natural do Paul de Arzila



ZPE

Estuário do Tejo

A ZPE do Estuário do Tejo apresenta uma área de 44 772 ha e abrange parte dos concelhos de Alcochete, Benavente, Loures, Moita, Montijo e Vila Franca de Xira.



O estuário do rio Tejo ocupa uma vasta área, desde Vila Franca de Xira até à foz: a margem direita é rectilínea enquanto a margem esquerda é mais recortada e mais baixa, apresentando maior área de lamas expostas durante a maré baixa. Apresenta um delta interno formado por lezírias, mouchões e esteiros, pequenas lagunas e uma zona central ocupada por um mar interior de água salobra.

O estuário do Tejo, um dos maiores da Europa, tem uma localização privilegiada para a ocorrência de diversas espécies de aves em números significativos quando da sua migração ente o Norte da Europa e África.

Alberga regularmente mais de 100.000 aves aquáticas invernantes, destacando-se a utilização da área como local de invernada ou migração por grande número de espécies como o Pato-trombeteiro (*Anas clypeata*), o Ganso-bravo (*Anser anser*), a Marrequinha (*Anas crecca*), o Flamingo (*Phoenicopterus ruber*), o Alfaiate (*Recurvirostra avosetta*), o Pilrito-de-peito-preto (*Calidris alpina*) e o Milherango (*Limosa limosa*).

PTZPE0010 - Estuário do Teio

Os caniçais da parte superior do estuário são importantes como local de passagem outonal de passeriformes migradores. A população invernante de Sisão tem significado a nível nacional. Das cerca de 200 espécies de ocorrência regular, 46 encontram-se incluídas no anexo I da Directiva 79/409/CEE (Directiva Aves).

Existem também concentrações importantes de aves aquáticas nidificantes, como Garça-vermelha (*Ardea purpurea*), o Pernilongo (*Himantopus himantopus*), a Perdiz-do-mar (*Glareola pratincola*) e a Águia-sapeira (*Circus aeruginosus*).

A zona agrícola, para além de ser uma área de reprodução do Sisão (*Tetrax tetrax*), da Calhandra-real (*Melanocorypha calandra*), do Tartaranhão-caçador (*Circus pygargus*) e da Calhandrinha (*Calandrella brachydactyla*), é uma importante área de nidificação da Perdiz-do-mar (*Glareola pratincola*) e de invernada do Sisão.

A sua localização, nas proximidades de zonas urbanas e industriais em expansão, levanta uma série de problemas relativos a edificações e vias de comunicação bem como a pressão turística e urbana. É de referir também a poluição industrial, doméstica e de origem agrícola ou ainda resultante de dragagens, águas de lastro ou lavagem de tanques de embarcações; práticas de gestão agro-silvo-pastoril e actividades complementares desajustadas à conservação de espécies protegidas; caça furtiva.

A gestão da área abrangida por esta ZPE deve ser prioritariamente dirigida para a conservação das aves aquáticas, de algumas espécies de aves de rapina e dos passeriformes migradores (de matos e bosques e de caniçais e galerias ripícolas). É fundamental a manutenção da diversidade de habitats aquáticos.

Complementarmente, deverá ser assegurada a manutenção de manchas de habitats naturais e semi-naturais assente em práticas agrícolas e florestais extensivas, a promoção do uso sustentável dos recursos existentes assegurando a competitividade económica e social das actividades e a promoção do conhecimento e sensibilização para o valor da ZPE. Especial atenção deverá ser dada no que respeita à disponibilidade alimentar das espécies-alvo, promovendo medidas que condicionem alterações significativas das comunidades piscícolas e de invertebrados bentónicos.



FOTO Marcos Oliveira

Flamingo
(*Phoenicopterus ruber*)

Diplomas legais

Decreto-Lei n.º 280/94 de 5 de Novembro
(classificação)



ZPE

Lagoa de Santo André

A ZPE da Lagoa de Santo André apresenta uma área de 2 165 ha (área terrestre 1406 ha + área marinha 759 ha), localizando-se no concelho de Santiago do Cacém.



A lagoa, costeira, é separada do mar por uma estreita faixa de dunas. Ocupa uma superfície média de 150 ha, podendo cobrir 360 ha no Inverno. A profundidade média anual é de cerca de 1.8m, podendo em determinadas áreas e períodos atingir mais de 5m. Nas margens existe vegetação palustre dominada por *Phragmites australis*, *Scirpus maritimus*, *Scirpus lacustris*, *Spartina versicolor* e *Tamarix africana*. A área envolvente é essencialmente ocupada por pinheiro (*Pinus pinaster* e *Pinus pinea*), pastagens e campos cultivados.

Constitui uma das mais importantes zonas húmidas nacionais para as aves, onde foram recenseadas 106 espécies de aves aquáticas, incluindo 13 de passeriformes.

Ao contrário do que se verifica noutras zonas húmidas portuguesas, a riqueza específica atinge o seu máximo no final do Verão e no início do Outono, com um pico de abundância na primeira quinzena de Setembro. Este padrão deve-se sobretudo ao regime hídrico particular da lagoa, que proporciona a existência de refúgios para as aves nesta altura do ano, quando outras zonas húmidas estão total ou

PTZPE0013 - Lagoa de Santo André

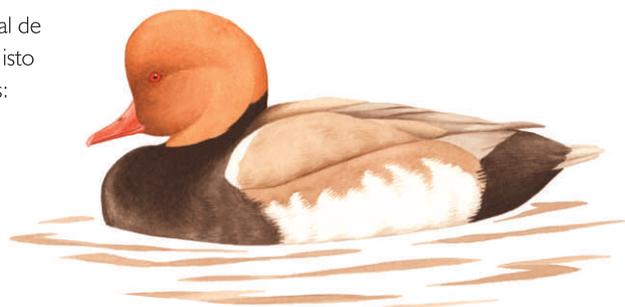
parcialmente secas (Catry 1993a). Segundo o mesmo autor, para o total de indivíduos registados contribuíram de forma significativa poucas espécies, isto é, 85% a 96% do total registado corresponde apenas a 7 espécies: Galeirão (*Fulica atra*), Mergulhão-pequeno (*Tachybaptus ruficollis*), Pato-de-bico-vermelho (*Netta ruffina*), Guincho (*Larus ridibundus*), Gaivota-d'asa-escura (*Larus fuscus*), Pato-trombeteiro (*Anas clypeata*) e Pato-real (*Anas platyrhynchos*). A Garça-vermelha (*Ardea purpurea*) mantém na Lagoa da Sancha (poucos quilómetros a sul) uma importante colónia nidificante que utiliza os "poços" de Santo André e a várzea como locais de alimentação.

Como factor mais saliente em relação à comunidade de aves aquáticas da lagoa, é de referir a ocorrência do Pato-de-bico-vermelho (*Netta ruffina*), sendo este o local mais importante do país quanto à presença desta espécie no Inverno, e também do Galeirão, que apresenta números muito elevados em relação à totalidade das zonas húmidas nacionais. A zona possui ainda grande valor para a passagem de passeriformes migradores transaarianos, ciconiformes e limícolas.

O assoreamento, a pesca que se pratica em grande parte do plano de água e de uma forma intensiva e a pressão turística (incluindo o trânsito de pessoas e carros na zona dunar), são os grandes factores de perturbação desta área.

Assim, a gestão deve ser prioritariamente dirigida para a conservação de aves associadas a biótopos aquáticos e palustres, mas também para algumas espécies de aves de rapina e para os passeriformes migradores de matos e bosques.

Devem igualmente ser mantidas as condições favoráveis para a nidificação das espécies de aves com estatuto de protecção, nomeadamente a Garça-vermelha, a Águia-sapeira, o Camão, a Andorinha-do-mar-anã, o Pato-de-bico-vermelho e o Garçote, e para a passagem migratória das aves que dependem das áreas de caniçal. Deverá também ser garantida a preservação dos habitats marinhos desta ZPE, importantes para a preservação de algumas espécies da avifauna, assegurando a qualidade da água e os recursos piscatórios desta região.



Marcos Oliveira

Pato-de-bico-vermelho
(*Netta ruffina*)

Diplomas legais

Decreto-Lei n.º 384-B/99 de 23 de Setembro
(classificação)



ZPE

Paul do Taipal

A ZPE do Paul do Taipal apresenta uma área de 233 ha e localiza-se no concelho de Montemor-o-Velho.



O Vale do Baixo Mondego foi, outrora, uma imensa Zona Húmida que, ao longo de milénios, proporcionou condições ideais para a existência e desenvolvimento de numerosas comunidades animais e vegetais. Actualmente restam apenas algumas zonas húmidas, sendo esta área uma das últimas.

Apresenta factores geográficos, extensão e cobertura vegetal adequados à fixação e desenvolvimento de diversas comunidades, principalmente aves, que utilizam esta área quer como local de nidificação, quer como refúgio de inverno ou, ainda, para repouso e alimentação durante as migrações.

A construção do lanço da EN 111 determinou uma deficiente drenagem, proporcionando condições para a existência de um extenso caniçal, alagado na maior parte do ano. A área envolvente é caracterizada por uma ocupação predominantemente agrícola, incluindo alguns arrozais, e pequenas áreas com ocupação florestal.

PTZPE0040 - Paul do Taipal

Aqui ocorre regularmente mais de 1% da população mediterrânica de pato-trombeteiro (*Anas clypeata*). Ocorre ainda uma população significativa da população nacional de pato-real (*Anas platyrhynchos*).

O paul possui grande valor durante a migração outonal de passeriformes, destacando-se o rouxinol-dos-caniços (*Acrocephalus scirpaceus*), a felosa-dos-juncos (*Acrocephalus schoenobaenus*), o pisco-de-peito-azul (*Luscinia svecic*), o chapim-de-faces-pretas (*Remiz pendulinus*) e a escrevedeira-dos-caniços (*Emberiza schoeniclus*). A nível nacional, destaca-se a sua importância como local de refúgio para anatídeos invernantes, assim como local de reprodução para aves de caniçal, nomeadamente garça-pequena (*Ixobrychus minutus*), garça-vermelha (*Ardea purpurea*), rouxinol-grande-dos-caniços (*Acrocephalus arundinaceus*) e felosa-unicolor (*Locustella luscinioides*). Destaca-se ainda a grande concentração de bandos pré-migratórios de andorinha-das-chaminés (*Hirundo rustica*) e andorinha-das-barreiras (*Riparia riparia*).

A eutrofização, a expansão da vegetação aquática e a presença de espécies infestantes (piteirão e erva-pinheirinha), a poluição de origem agrícola, agropecuária e de infra-estruturas rodoviárias e a perturbação por pesca furtiva constituem os principais factores de ameaça para esta ZPE.

Assim, a gestão desta área deve ser prioritariamente dirigida para a conservação das aves aquáticas (anatídeos, ardeídeos e limícolas) e passeriformes migradores de caniçais. Neste âmbito deverá ser encarada como fundamental a manutenção de superfícies de água livre, de maciços arbóreos e galerias ripícolas, e de áreas de orizicultura.

Deverá também ser garantida a qualidade da água melhorando a eficácia de fiscalização sobre a emissão de poluentes. Complementarmente, deverá ser assegurada a manutenção de manchas florestais da área envolvente do paul. Consequentemente, deverão ser viabilizados e disponibilizados mecanismos que promovam um desenvolvimento rural assente em práticas agrícolas e florestais adequadas.



Marcos Oliveira

Chapim-de-faces-pretas
(*Remiz pendulinus*)

Diplomas legais

Decreto-Lei n.º 384-B/99 de 23 de Setembro
(classificação)



ZPE

Ria de Aveiro

A ZPE da Ria de Aveiro apresenta uma área de 51 407 ha (área terrestre 30 670 ha + área marinha 20 737 ha), abrangendo parte dos concelhos de Águeda, Albergaria-a-Velha, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Mira, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar e Vagos



Destaca-se a existência de extensas áreas de sapal, salinas, áreas significativas de caniço e importantes áreas de bocage, associadas a áreas agrícolas, onde se incluem as abrangidas pelo Aproveitamento Hidro-Agrícola do Vouga.

Estas áreas apresentam-se como importantes locais de alimentação e reprodução para diversas espécies de aves, sendo que a área alberga regularmente mais de 20.000 aves aquáticas, num total de cerca de 173 espécies, com particular destaque para o elevado número de aves limícolas.

Suporta, regularmente, mais de 1% da população biogeográfica de Alfaiate (*Recurvirostra avosetta*), de Negrola (*Melanitta nigra*), de Borrelho-grande-de-coleira (*Charadrius hiaticula*) e de Borrelho-de-coleira-interrompida (*Charadrius alexandrinus*) e alberga ainda concentrações significativas de espécies de importância comunitária (Anexo I). De referir que aqui se situa cerca de 60% da população

PTZPE0004 - Ria de Aveiro

nidificante em Portugal de Garça-vermelha (*Ardea purpurea*). Note-se ainda a importância da Ria de Aveiro para várias espécies de passeriformes migradores.

A Ria de Aveiro é alvo de inúmeros factores que ameaçam a dinâmica do ecossistema. Entre eles, destacam-se a drenagem, a conversão de zonas húmidas para utilização agrícola e a conversão de salinas em aquaculturas. As dragagens efectuadas induzem um aumento da erosão e da profundidade e uma consequente redução da disponibilidade alimentar das aves aquáticas. A reduzida qualidade da água acarreta alterações do equilíbrio do ecossistema e nas aves em particular, devido à bioacumulação de poluentes nos seus tecidos.

De notar ainda o crescimento da actividade turística, e a consequente construção de infra-estruturas (abertura de novas vias, construção de empreendimentos, etc.). O abate de espécies não cinegéticas (ilegal) e a sobre-exploração de recursos marinhos (bivalves, meixão, etc.) constituem também factores de ameaça.

Assim, a gestão desta área deve ser prioritariamente dirigida para a conservação das aves aquáticas e passeriformes migradores. Neste âmbito deverá ser encarada como fundamental a manutenção e restauração da área húmida e do seu mosaico de habitats, promovendo a coexistência de habitats de alimentação (vasas e salinas), habitats de nidificação e repouso (sapais) e corredores de migração (galerias ripícolas e bosquetes) e assegurar a sua qualidade ambiental a prazo. Deverá também ser garantida a preservação dos habitats marinhos desta ZPE, importantes para a preservação de algumas espécies bem como a qualidade da água.



M.
Garça-vermelha
(*Ardea purpurea*)

Marcos Almeida

Diplomas legais

Decreto-Lei n.º 384-B/99 de 23 de Setembro
(classificação)



ZPE

Sapais de Castro Marim

A ZPE dos Sapais de Castro Marim apresenta uma área de 2 147 ha e abrange parte dos concelhos de Castro Marim e Vila Real de Santo António.



A maior parte da área é constituída por zonas húmidas, nas quais predominam os sapais salgados, as salinas e, na baixa-mar, as áreas de sedimentos expostos correspondentes à margem direita da foz do rio Guadiana. Toda esta área é dominada por vegetação halófitas e está sujeita, com maior ou menor frequência, à influência das marés. As zonas húmidas englobam também charcos e lagoas de água doce ou salobra, naturais e artificiais, na sua maioria de carácter temporário. As restantes áreas são ocupadas essencialmente por terrenos agrícolas com plantações diversas.

A zona húmida é a unidade ecológica onde ocorre um maior número de espécies, predominando Limícolas (*Charadriidae*), patos (*Anatidae*) e galeirões (*Rallidae*). Esta unidade ecológica assume uma importância especial durante as migrações pós-nupciais (Agosto e Setembro fundamentalmente), quando a diversidade e a abundância de espécies de aves aquáticas são maiores. No Inverno, alberga uma

PTZPE0018 - Sapais de Castro Marim

proporção elevada de algumas espécies que invernam no nosso país, nomeadamente de Pato-branco (*Tadorna tadorna*), Galeirão-comum (*Fulica atra*) e Pilrito-pequeno (*Calidris minuta*).

Na Primavera nidificam na ZPE um grande número de aves aquáticas. Nas salinas, principal habitat utilizado, ocorrem importantes populações reprodutoras de Borrelho-de-coleira-interrompida (*Charadrius alexandrinus*), Perna-longa (*Himantopus himantopus*), Alfaiate (*Recurvirostra avosetta*) e Andorinha-do-mar-anã (*Sterna albifrons*). Nas zonas de sapal degradado, junto ao rio Guadiana, ocorre ainda a espécie Calhandrinha-das-marismas (*Calandrella rufescens*), população única no país. Nas áreas mais secas nidificam o Sísão (*Tetrax tetrax*) e a Calhandra-real (*Melanocorypha calandra*).

Destacam-se ainda, devido à sua abundância, os flamingos (*Phoenicopterus ruber*) e os colheireiros (*Platalea leucorodia*), que ocorrem durante todo o ano, atingindo maiores densidades no período pós-reprodutor.

Existem vários factores que ameaçam os habitats desta ZPE, nomeadamente: abandono de actividades tradicionais importantes para a manutenção do mosaico de habitats (p. ex. salinicultura, agricultura), pressão para a conversão de salinas em aquaculturas, pressão urbanística, poluição da água, caça e pesca clandestinas, invasão nas margens dos esteiros e rio por espécie exótica (*Spartina densiflora*); salinização da água do rio, colmatação da entrada dos esteiros e mudança do substrato devido à invasão dos esteiros por areia vindas da boca do estuário.

A gestão desta área deve ser prioritariamente dirigida para a conservação de aves aquáticas (anatídeos, ardeídeos e limícolas) e também para aves dependentes de áreas de agricultura extensiva e passeriformes migradores. Assim, deverão ser encaradas como fundamentais a manutenção da diversidade de habitats naturais e semi-naturais, a promoção do uso sustentável dos recursos existentes e a promoção do conhecimento e sensibilização para o valor da ZPE.



Calhandrinha-das-marismas
(*Calandrella rufescens*)

Diplomas legais

Decreto-Lei n.º 384-B/99 de 23 de Setembro
(classificação)

damos valor à natureza



Contactos

Contactos ICNB**Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, IP**

Rua de Santa Marta, 55
1169-230 LISBOA
Tel.: 213 507 900 - Fax: 213 507 984
www.icnb.pt - e-mail: icnb@icnb.pt

Departamento de Gestão de Áreas Classificadas NORTE

Av. António Macedo
4704-538 BRAGA
Tel: 253 203 480 - Fax: 253 613 169

Departamento de Gestão de Áreas Classificadas CENTRO E ALTO ALENTEJO

Rua 1º de Maio, 2
6260-101 MANTEIGAS
Tel: 275 980 060 - Fax: 275 980 069

Departamento de Gestão de Áreas Classificadas LITORAL DE LISBOA E OESTE

Largo Fernando Formigal de Morais, nº 1
2710-564 SINTRA
Tel: 219 247 200 - Fax: 219 247 227

Departamento de Gestão de Áreas Classificadas SUL

Centro de Educação Ambiental De Marim, Quelfes
8700-194 OLHÃO
Tel.: 289 700 210 - Fax: 289 700 219

Departamento de Gestão de Áreas Classificadas ZONAS HÚMIDAS

Av. dos Combatentes da Grande Guerra, 1
2890-015 ALCOCHETE
Tel: 212 348 021 - Fax: 212 341 654

Áreas Protegidas de Âmbito Nacional**Parque Nacional da Peneda-Gerês**

Av. António Macedo
4704-538 BRAGA,
Tel.: 253 203 480 - Fax: 253 613 169 e-mail: pnp@icnb.pt

Parque Natural do Alvão

Largo dos Freitas
5000-528 VILA REAL
Tel. / Fax: 259 302 830 - Fax: 259 302 831 - e-mail: pnal@icnb.pt

Parque Natural da Arrábida

Praça da República
2900-587 SETÚBAL
Tel.: 265 541140 - Fax: 265 541155 e-mail: pnarr@icnb.pt

Parque Natural do Douro Internacional

Rua de Santa Marinha, 4
5200-241 MOGADOURO
Tel.: 279 340 030 - Fax: 279 341 596 - e-mail: pndi@icnb.pt

Parque Natural de Montesinho

Bairro Rubacar, Rua Cónego Albano Falcão, Lote 5
5300-044 BRAGANÇA
Tel.: 273 300 400 - Fax: 273 381 179 - e-mail: pnm@icnb.pt

Parque Natural da Ria Formosa

Centro de Educação Ambiental de Marim, Quelfes
8700-194 OLHÃO
Tel.: 289 700 210 - Fax: 289 700 219 - e-mail: pnr@icnb.pt

Parque Natural do Litoral Norte

Rua 1º de Dezembro, 65
4740-226 ESPOSENDE
Tel.: 253 965 830/1 - Fax: 253 965 330 - e-mail:

Parque Natural da Serra da Estrela

Rua 1º de Maio, 2
6260-101 MANTEIGAS
Tel.: 275 980 060 - Fax: 275 980 069 - e-mail: pnse@icnb.pt

Parque Natural da Serra de S. Mamede

Quinta dos Olhos d'Água
7330-318 OLHOS D'ÁGUA
Tel.: 245 909 160 - Fax: 245 909 169 - e-mail: pnssm@icnb.pt

Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros

Rua Dr. Augusto César Silva Ferreira (Bairro do Matão),
Apt. 190
2041-901 RIO MAIOR
Tel.: 243 999 480 - Fax: 243 999 488 - e-mail: pnsac@icnb.pt

Parque Natural de Sintra-Cascais

Largo Fernando Formigal de Morais, 1
2710-564 SINTRA
Tel.: 219 247 200 - Fax: 219 247 227 - e-mail: pns@icnb.pt

Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina

Rua Serpa Pinto, 32
7630-174 ODEMIRA
Tel.: 283 322 735 - Fax: 283 322 830 - e-mail: pnsacv@icnb.pt

Parque Natural do Tejo Internacional

Rua da Bela Vista
6000-448 CASTELO BRANCO
Tel.: 272 348 140 - Fax: 272 348 149
e-mail: pnti@icnb.pt

Parque Natural do Vale do Guadiana

Rua D. Sancho II, 15
7750-350 MERTOLA
Tel.: 286 6100 90 - Fax: 286 610 099 - e-mail: pnvg@icnb.pt

Reserva Natural das Berlengas

Av. Mariano Calado, 57
2520-224 PENICHE
Tel.: 262 787 910 - Fax: 262 787 930 - e-mail: rnb@icnb.pt

Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto

Estrada Nacional, 327
3800-901 S. JACINTO
Tel. e Fax: 234 831 063 e-mail: rndsj@icnb.pt

Reserva Natural do Estuário do Sado

Praça da República
2900-587 SETÚBAL
Tel.: 265 541 157 - Fax: 265 541 155 - e-mail: rnes@icnb.pt

Reserva Natural do Estuário do Tejo

Av. dos Combatentes da Grande Guerra, 1
2890-015 ALCOCHETE
Tel.: 212 348 021 - Fax: 212 341 654 - e-mail: rnet@icnb.pt

Reserva Natural do Paul de Arzila

Mata Nacional do Choupal
3000-611 COIMBRA
Tel.: 239 499 020 - Fax: 239 499 029 - e-mail: rnpa@icnb.pt

Reserva Natural do Paul do Boquilobo

Quinta do Paul, Apartado 27
2350-334 TORRES NOVAS
Tel.: 249 820 550 - Fax: 249 820 378 - e-mail: rnpb.@icnb.pt

Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Stº. António

Sapal de Venta Moinhos, Apartado 7
8951-909 CASTRO MARIM
Tel.: 281 510 680 - Fax: 281 531257 - e-mail: rnscm@icnb.pt

Reserva Natural das Lagoas de Stº. André e da Sancha

Pavilhão A Galiza, Apartado 98
7500-999 VILA NOVA STº ANDRÉ
Tel.: 269 708 063 - Fax: 269 708 065 e-mail: rnlsas.vidala@icnb.pt

Reserva Natural da Serra da Malcata

Rua Dr. António Ribeiro Sanches, 60, Apartado 38
6090-587 PENAMACOR
Tel.: 277 394 467 - Fax: 277 394 580
e-mail: rnsm@icnb.pt

Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa de Caparica

Estrada Florestal Costa de Caparica, Praia da Rainha
2825-412 COSTA DE CAPARICA
Tel.: 212 918 270/.../6 - Fax: 212 918 279 - e-mail: appafcc@icnb.pt

Paisagem Protegida da Serra de Açor

Casa Grande, Mata da Margaraça
3305-031 BENFEITA
Tel.: 235 741 329 - Fax: 235 741 379 - e-mail: ppsa@icnb.pt

Áreas Protegidas de Âmbito Regional / Local**Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo**

CM de Macedo de Cavaleiros, Jardim 1º de Maio
5340-218 MACEDO DE CAVALEIROS
Tel.: 278 420 420 - Fax: 278 426 243
www.azibo.org
www.cm-macedodocavaleiros.pt
e-mail: azibo.mmacedo@mail.telepac.pt

Paisagem Protegida de Corno de Bico

CM de Paredes de Coura, Apartado 6
4941-909 PAREDES DE COURA
Tel.: 251 780 100 - Fax: 251 780 118 e-mail: contacto@cm-paredescoura.pt

Paisagem Protegida da Serra de Montejunto

Centro de Interpretação, Quinta da Serra, Montejunto
2550-367 LAMAS
Tel./ - Fax: 262 777 888

Câmara Municipal do Cadaval

Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, 2500-103 CADAVAL
Tel.: 262690100 - Fax: 262695270 e-mail: geral@cm-cadaval.pt

Câmara Municipal de Alenquer

Praça Luis de Camões
2580-318 ALENQUER
Tel.: 263730900 - Fax: 263711504 e-mail: geral@cm-alenquer.pt

Paisagem Protegida das Lagoas de Bertandos e S. Pedro de Arcos**CM de Ponte de Lima**

Praça da República
4990-062 PONTE DE LIMA
Tel.: 258 900 400 - Fax: 258 900 410 - www.cm-pontedelima.pt www.lagoas.cm-pontedelima.pt
e-mail: lagoas@cm-pontedelima.pt

Reserva Natural do Paul da Tornada

Câmara Municipal das Caldas da Rainha
Praça 25 de Abril
2500-110 CALDAS DA RAINHA
Tel.: 262 240 000; e-mail: geral@cm-caldas-rainha.pt

Paisagem Protegida Regional do Litoral de Vila do Conde e Reserva Ornitológica do Mindelo

Câmara Municipal de Vila do Conde
Praça Vasco da Gama
4480-454 VILA DO CONDE
Tel.: 252 248 400; Fax: 252 641 853; e-mail: geral@cm-viladoconde.pt

Paisagem Protegida Local do Açude da Agolada

Câmara Municipal de Coruche
Praça da Liberdade
2160-121 CORUCHE
Tel.: 243 610 200; Fax: 243 610 201; e-mail: geral@cm-coruche.pt

Paisagem Protegida Local do Açude do Monte da Barca

Câmara Municipal de Coruche
Praça da Liberdade
2160-121 CORUCHE
Tel.: 243 610 200; Fax: 243 610 201; e-mail: geral@cm-coruche.pt

Paisagem Protegida Local da Fonte Benémola

Câmara Municipal de Loulé
Praça da República
8100-270 LOULÉ
Tel.: 289 400 600; Fax: 289 415 557; e-mail: cmloule@cm-loule.pt

Paisagem Protegida Local da Rocha da Pena

Câmara Municipal de Loulé
Praça da República
8100-270 LOULÉ
Tel.: 289 400 600; Fax: 289 415 557; e-mail: cmloule@cm-loule.pt

Área Protegida Privada "Faia Brava"

Associação Transumância e Natureza
Travessa Serpa Pinto, 3
6440-118 FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO
Tel./Fax: 271 311 202; e-mail: geral@atnatureza.org

MAOT

Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território

Gabinete da Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território

Rua de «O Século», 51
1200-433 Lisboa
Tel.: 213 232 500 - Fax: 213 232 531
www.maot.gov.pt - e-mail: gmaot@maot.gov.pt

Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente

Rua de «O Século», 51
1200-433 Lisboa
Tel.: 213 232 500 - Fax: 213 231 658
www.maot.gov.pt - e-mail: gsea@maot.gov.pt

Gabinete da Secretária de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades

Rua de «O Século», 51
1200-433 Lisboa
Tel.: 213 232 500 - Fax: 213 232 544
www.maot.gov.pt - e-mail: gseotc@maot.gov.pt

Outras Entidades Tuteladas Pelo MAOT**Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território**

Rua de «O Século», n.º 51
1200-433 Lisboa
Tel.: 213 232 500 - Fax: 213 231 530
www.sg.maot.gov.pt - e-mail: relacoes.publicas@sg.maot.gov.pt

Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais

Av. D. Carlos I, 126, 4.º
1249-073 Lisboa
Tel.: 213 935 200 - Fax: 213 935 209
www.dpp.pt

Inspecção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território

Rua de «O Século», n.º 63-3.º
1249-033 Lisboa
Tel.: 213 225 500 - Fax: 213 432 777
www.igaot.pt

Agência Portuguesa do Ambiente

Rua da Murgueira, 9/9A, Apartado 7585
2611-865 Amadora
Tel.: 214 728 200 - Fax: 214 719 074
www.apambiente.pt

Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

Campo Grande, n.º 50
1749-014 Lisboa
Tel.: 217 825 000 - Fax: 217 825 004
www.dgotdu.pt

Instituto Geográfico Português

Rua da Artilharia Um, n.º 107
1099-052 Lisboa
Tel.: 213 819 600 - Fax: 213 819 699
www.igeo.pt

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

Rua Rainha D. Estefânia, 251
4150-304 Porto
Tel.: 226 086 300 - Fax: 226 086 301
www.ccdr-n.pt

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Rua Bernardim Ribeiro, 80
3000-069 Coimbra
Tel.: 239 400 100 - Fax: 239 400 115
www.ccdrc.pt

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Rua Artilharia Um, 33
1296-145 Lisboa
Tel.: 213 837 100 - Fax: 213 831 292
www.ccdr-lvt.pt

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

Estrada das Piscinas 193
7000-758 Évora
Tel.: 266 740 300 - Fax: 266 706 562
www.ccdr-a.gov.pt

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve

Praça da Liberdade, 2
8000-164 Faro
Tel.: 289 895 200 - Fax: 289 803 591
www.ccdr-alg.pt

Instituto da Água, I.P.

Av. Almirante Gago Coutinho, n.º 30
1049-066 Lisboa
Tel.: 218 430 000 - Fax: 218 473 571
www.inag.pt

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.

Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 5
1099-019 Lisboa
Tel.: 217 231 500 - Fax: 217 260 729
www.inh.pt

Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, I.P.

Centro Empresarial Torres de Lisboa Avenida Tomás da Fonseca, Torre G - 8.º
1600-209 Lisboa
Tel.: 210 052 200 - Fax: 210 052 259
www.irar.pt

Administração de Região Hidrográfica do Norte, I. P.

Rua Formosa, 254
4049-030 Porto
Tel.: 223 400 000 - Fax: 226 073 043

Administração de Região Hidrográfica do Centro, I.P.

Av. Marginal
3000-317 Coimbra
Tel.: 239 850 200 - Fax: 239 850 250

Adm. de Região Hidrográfica do Tejo, I.P.

Rua Braamcamp, 7
1250-048 Lisboa
Tel.: 210 101 387 - Fax: 210 101 3

Administração de Região Hidrográfica do Alentejo, I.P.

Estrada das Piscinas, 193
7004-514 Évora
Tel.: 266 740 300 - Fax: 266 743 282

Administração de Região Hidrográfica do Algarve, I.P.

Rua Dr. José de Matos, 13
8000-503
Tel.: 289 889 029 - Fax: 289 889 099

Conselho Nacional da Água

Rua de S. Domingos à Lapa, n.º 26
1220-835 Lisboa
Tel.: 213 929 919 - Fax: 213 929 920

Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável

Rua de S. Domingos à Lapa, n.º 26
1220-835 Lisboa
Tel.: 213 929 926 - Fax: 213 929 929

Centros de Recuperação de Fauna Selvagem

Comissão de Acompanhamento da Gestão de Resíduos

Rua da Murgueira, 9/9A, Apartado 7585
2611-865 Amadora
Tel.: 214 728 200 - Fax: 214 719 074

Águas de Portugal, S.A.

Av. da Liberdade, 110, 5º
1269-042 Lisboa
Tel.: 213 230 700 - Fax: 213 472 642
www.adp.pt

Parque Expo 98, S.A.

Av. D. João II, Lote 1.07.2.1
1990-096 Lisboa
Tel.: 218 919 898 - Fax: 218 919 003
www.parqueexpo.pt

Parques de Sintra - Monte da Lua, S.A.

Parque de Monserrat
2710-405 Sintra
Tel.: 219 237 300 - Fax: 219 237 350
www.parquesdesintra.pt

Gabinete do Gestor da Intervenção Operacional do Ambiente

Rua de «O Século», 51
1200-433 Lisboa
Tel.: 213 231 610 - Fax: 213 231 619

Gabinete Coordenador do Programa Polis

Rua de «O Século», n.º 51
1200-433 Lisboa
Tel.: 213 231 591 - Fax: 213 231 597
www.polis.maotdr.gov.pt

Gestão directa do ICNB

Centro de Recuperação de Fauna Selvagem do PNPg

Lugar do Vidoeiro, nº 99,
4845-081 GERÉS
Tel.: 253 390 110 - Tlm.: 919 251 736
Fax: 253 391 496 e-mail: pnp@icnb.pt
carvalhoh@icnb.pt - pygargusvet@sapo.pt

Centro de Recuperação de Animais Selvagens da Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto

Centro de Interpretação, Estrada Nacional 327,
3800-901 S. JACINTO
Tel: 234 831 063 - e-mail: rndsj@icnb.pt

Gestão de Outras Entidades

Associação ALDEIA

Centro de Recuperação de Aves do Parque Natural da Ria Formosa

Centro de Educação Ambiental de Marim -
Quelfes
8700-194 OLHÃO
Tel.: 289 704 134/5 - Tlm: 927 659 313 / 960 110
210 - Fax: 289 704 165 e-mail: pnr@icnb.pt
rias.aldeia@gmail.com

CERVAS- Centro de Ecologia, Recuperação e Vigilância de Animais Selvagens

PN da Serra da Estrela, Apartado 126, Av.
Bombeiros Voluntários, 8
6290-909 GOUVEIA,
Tm: 962 714 492
www.cervas-aldeia.blogspot.com - e-mail:
cervas.pnse@gmail.com

Quercus ANCN

CERAS- Centro de Estudos e Recuperação de Animais Selvagens de Castelo Branco

Quinta da Senhora de Mércules,
6000 CASTELO-BRANCO
Tel.: 272 339 900 - Fax: 272 334 272-CERAS
SOS (24h) - 963 957 669
cras.quercus.pt/scid/subquercus/ e-mail:
castelobranco@quercus.pt

Centro de Recuperação de Animais Selvagens de Montejunto

Rua 1º de Maio, n.º 10, Tojeira
2550-076 VILAR
cras.quercus.pt/scid/subquercus/ - e-mail:
capitel.lida@sapo.pt
Tlm: 927 986 193 / 960 110 210

CRASSA- Centro de Recuperação de Animais Selvagens de St. André

Moinho Novo - Galiza,
7500-022 VILA NOVA DE SANTO ANDRÉ
Tm: 967 023 095
cras.quercus.pt/scid/subquercus
e-mail: crassa_quercus@sapo.pt

Liga para a Protecção da Natureza (LPN)

CAAS- Centro de Acolhimento e Recuperação de Animais Silvestres

Parque Almeida Margiochi-Jardim Público,
7000 EVORA
Tel: 266 708 107 - e-mail: lpanentejo@sapo.pt

Sociedade Portuguesa da Vida Selvagem (SPVS)

Centro de Recuperação de Animais Selvagens de Quiaios

Estação Biológica de Quiaios, Apartado 16,
3080-991 QUIAIOS
Tlm: 919 618 705 - e-mail: cramq@socpvs.org
salvadorvet@hotmail.com

Câmaras Municipais

LxCRAS- Centro de Recuperação de Animais Silvestres de Lisboa

Parque Florestal de Monsanto - Espaço
Monsanto - Estrada do Barcal, Monte das
Perdizes
1500-068 LISBOA
Tel.: 218 170 200 - Tlm.: 919 463 271 - Fax: 218
171 329 - e-mail: desa@cm-lisboa.pt
vetnatura@clix.pt

Outros Contactos

Parque Biológico de Gaia, E. M.
Estrada Nacional 222
4430-757 AVINTES
Tel. 227 878 120 - Tlm.: 917 599 179
Fax: 227 833 583 - e-mail:
geral@parquebiologico.pt
nuno@parquebiologico.pt
vanessa@parquebiologico.pt

Outros

CRAS- Centro de Recuperação de Animais Selvagens

Hospital Veterinário da UTAD, Apartado 1013,
5001-801 VILA REAL.
Tel. 259 350 601 - SOS: 935 180 020 - e-mail:
fsilva@utad.pt
roberto.sargo@gmail.com

Porto de Abrigo do ZOOMARINE

Gestão: Zoomarine, Estrada Nacional 125, km 65
- Guia,
8200-864 ALBUFEIRA
Tel. 289 560 300 - Fax: 289 560 309 - e-mail:
porto.abrigo@zoomarine.pt

Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente da Guarda Nacional Republicana (SEPNA)

Comando Geral (DSEPNA)
Largo do Carmo
1200-092 LISBOA
Tel.: 217 503 080, - Fax: 217 503 086, Linha SOS Ambiente e Território: 808 200 520
email: sepna@gnr.pt

Autoridade Florestal Nacional (AFN)

Av. João Crisóstomo, 26-28
1069-040 LISBOA
Tel.: 213 124 800
www.afn.min-agricultura.pt
e-mail: info@afn.min-agricultura.pt

Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura (DGPA)

Av. Brasília
1449-030 LISBOA
Tel.: 213 035 700 Fax 213 035 702
www.dgpa.min-agricultura.pt
e-mail: dgpa@dgpa.min-agricultura.pt

Instituto Nacional dos Recursos Biológicos, I.P.

Rua Barata Salgueiro, 37, 4º
1250-042 LISBOA
Tel.: 213 131 700 - Fax: 213 131 740
www.inrb.pt e-mail: presidencia@inrb.pt

Direcção-Geral do Consumidor

Praça Duque de Saldanha, 31-2º
1069-013 LISBOA
Tel.: 213 564 600 - Fax: 213 564 719
www.consumidor.pt e-mail:
dgc@dg.consumidor.pt

Espaço Monsanto

Estrada do Barcal, Monte das Perdizes, Parque Florestal de Monsanto
1500-058 LISBOA
Tel.: 218 170 200 - Fax: 218 171 329
lisboaverde.cm-lisboa.pt
e-mail: desa@cm-lisboa.pt

Tapada Nacional de Mafra

Portão do Codeçal, 2640-602 MAFRA
Tel.: 261 817 050 (dias úteis), 261 814 240 (fins-de-semana e feriados)
- Fax: 261 814 984 e-mail:
geral@tapadademafra.pt

Região Autónoma da Madeira

Direcção Regional de Ambiente

R. Dr. Pestana Júnior, 6 - 3 Dtº, 9054-506
FUNCHAL
Tel.: 291 207 350 - Fax: 291 220 438
dramb.gov-madeira.pt e-mail: dramb.sra@gov-madeira.pt

Parque Natural da Madeira

Quinta do Bom Sucesso, Caminho do Meio,
9050-251 FUNCHAL
Tel.: 291 214 360 - Fax: 291 214 379 www.pnm.pt
e-mail: spnm@netmadeira.com

Região Autónoma dos Açores

Secretaria Regional do Ambiente e do Mar

Rua Cônsul Dabney-Colónia Alemã, Apartado 140, 9901-014 HORTA
Tel.: 292 207 305 - Fax: 292 207 351
www.azores.gov.pt/portal/pt/entidades/sram
e-mail: info.sram@azores.gov.pt

Direcção Regional do Ambiente

Rua Cônsul Dabney-Colónia Alemã, Apartado 140 9900-014 HORTA
Tel.: 292 207 300 - Fax: 292 207 352
e-mail: secretariado.dra@azores.gov.pt

Direcção de Serviços da Conservação da Natureza

Edifício Matos Souto - Piedade
9930 - 210 PIEDADE
Tel.: 292 207 360 - Fax: 292 207 361



LISTAGEM
de **Anunciantes**

ABAE - Associação Bandeira Azul da Europa

Edifício Vasco da Gama - Rua General
Gomes Araújo, Bloco C - Piso I
1350-355 Lisboa

Tel. 21 394 27 40 | Fax. 21 394 27 49
www.abae.pt

Veja Anúncio pag. 126

AGA – Associação Geoparque Arouca



Rua Alfredo Vaz Pinto
4540-118 Arouca
Tel.: 256 940 254
E-mail: geral@geoparquearouca.com
Site: www.geoparquearouca.com

AJAP - Associação dos Jovens Agricultores de Portugal

Serviços que a AJAP coloca à disposição dos agricultores:

- Protecção e Produção Integrada
- Formação Profissional
- Candidaturas IFAP
- SNIRA (Sistema Nacional de Informação e Registo de Animais)

Sede:
Rua D. Pedro V, 108 – 2º Andar
1269-128 Lisboa
Tel.: 21 324 49 70
Fax: 21 343 14 90
E-Mail: ajap@ajap.pt
www.ajap.pt

EN:GMA
esign

EN:GMA
editores

EN:GMA
igital

COMÉRCIO E REVALORIZAÇÃO DE EMBALAGENS, LDA. **A SOCORSUL**
CONCEITO E REVALORIZAÇÃO DE EMBALAGENS, LDA.

- Gestão global de embalagens e resíduos
- Veículos em fim de vida
- Resíduos de equip. eléctricos e electrónicos
- Resíduos de construção e demolição
- Venda de peças auto-usados multimarcas

Zona Industrial Manjoieira
2670-794 Sl.º Anão do Tojal
Loures - Portugal
Tel.: (+351) 219 738 850
Fax: (+351) 219 748 865
E-mail: embalagens@ascorsul.pt
Site: www.ascorsul.pt

Banco Espírito Santo

Av. da Liberdade, nº195
1250-142 Lisboa
Tel. 21 350 10 00 | Fax. 21 855 74 91
ino@bes.pt

www.bes.pt

Veja Anúncio pag. 127

LNB RECICLA BENTA & BENTA
Grupo Locoalido Nunes Benta

COMERCIALIZAÇÃO DE CARTÃO, PAPÉIS VELHOS E DESPERDÍCIOS METÁLICOS, LDA.

Serviços:

- Recolha tradicional a granel
- Recolha por eco-pontos
- Recolha por eco-gaiolas
- Recolha por eco-balde

Z.1 de Laúndos, Lote 6 e 7
1570-311 LAUNDOS - PÓVOA DO VARZIM
Tel.: 252 607 078
Fax: 252 607 079
E-mail: geral@lnbrecicla.com
Site: www.lnbrecicla.com

EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA

Rua Sampaio e Pina, nº1 - 3º Dto.
1070-248 Lisboa
Tel. 21 385 91 21 | Fax. 21 385 83 19
edm.mineira@edm.pt
www.edm.pt

Veja Anúncio pag. 135

EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA

Av. da Liberdade, 24
1250-144 Lisboa
Tel. 21 325 10 00 | Fax. 21 325 13 97
www.epal.pt

Veja Anúncio pag. 135

Fagar
O seu Centro de Águas e Resíduos, S.A.

Fagar – Faro, Gestão de Águas e Resíduos, E. M.
Rua Professor Norberto da Silva
nº8, 8004-002 Faro
Telefone: 289 860 900
Fax: 289 860 919
Site: www.fagar.pt
E-mail: mail@fagar.pt

GRUPO FERPINTA
PORTUGAL | ESPANHA | INGLATERRA | HOLANDA

SONHAMOS O FUTURO

FERPINTA – Ind. Tubo Aço de F.P.T., S.A.
Carregosa, Ap. 26
3730 - 956 Vale de Cambra - PORTUGAL
Tlf.: Geral: (351) 256 411 400
Fax: (351) 256 412 049
Email: info@ferpinta.pt
Site: www.ferpinta.pt

freitas&palhoça

A nossa filosofia é simples.
Produzir vinhos excepcionais.

CCI 2402 Fernando Pó
2965-545 Águas de Moura
Telefones: 265 995 423 / 919 312 525 / 917 641 181
Fax: +351 265 988 143
Email: geral@freitasepalhoca.pt
Site: www.freitasepalhoca.pt

Fundação Cultursintra

Quinta da Regaleira
2710-567 Sintra
Tel. 21 910 66 50 | Fax. 21 924 47 25
regaleira@mail.telepac.pt
www.regaleira.pt

Veja Anúncio verso de contra capa

Herdade da Pousa - Controlled Sport (Portugal) - Turismo, Cinesgética e Agricultura, SA

Herdade da Pousa - Rosmaninhal
6060-454 Rosmaninhal
Tel. 277 47 00 00 | Fax. 277 47 00 09
herdade.pousa@gmail.com
www.herdadedapousa.com

Veja Anúncio pag. 128 e 129

JARDIM BOTÂNICO TROPICAL
SABER E SENTIR
TROPICAL BOTANICAL GARDEN
KNOW AND FEEL

JARDIM BOTÂNICO TROPICAL
Largo dos Jerónimos
1400-209 Lisboa
Tel.: 213 609 665/0 - Fax: 213 609 669
E-mail: jbt@iict.pt
Site: iict.pt/jbt

Jardim Zoológico de Aclimação em Portugal, SA

Estrada de Benfica, nº158-160
1549-004 Lisboa
Tel. 21 723 29 00 | Fax. 21 723 09 01
info@zoolisboa.pt | www.zoo.pt

Veja Anúncio pag. 130

LISBOA e-nova
AGÊNCIA MUNICIPAL DE ENERGIA E AMBIENTE

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL
COMUNICAÇÃO E FORMAÇÃO

R. dos Fanqueiros, nº 38 – 1º
1100-231 Lisboa
Telef.: 218847010
Fax.: 218847029
e-mail: info@lisboanovoa.org

Lisnave - Estaleiros Navais, SA

Apartado 135
2901-901 Setúbal
Tel. 265 799 100 | Fax. 265 719 319
comercial@lisnave.pt
www.lisnave.pt

Veja Anúncio pag. 143



LYRSA - Reciclagem Industrial, Unipessoal Lda.

LYRSA - RECICLAGENS INDUSTRIAIS UNIPESSOAL, LDA.

Parque Empresarial de Valença, lote 13
Ap. 93 - Gandra
4930-311 VALENÇA
Tifs.: 351 251 837 138/9
Fax: 351 251 837 140
E-mail: gaf@lyrsa.es
Site: www.lyrsa.es



MICRONIZAÇÃO E RECICLAGEM DE POLÍMEROS, LDA.

Rua do Valongo - Ap. 15
2435-998 - FREIXIANDA
Tel.: 249 559 454
Fax: 249559470
E-mail: geral.micronipol@gmail.com



Um Monte de Coisas para Descobrir.

Monte Selvagem
Reserva animal

MONTE SELVAGEM - Reserva Animal
Morada: Monte do Azinhal, 7050-467
Lavre, Montemor-o-Novo.
Telef: 265 894 377
Fax: 265 847 188
Email: geral@monteselvagem.pt
Site: www.monteselvagem.pt

Moura Encantada
Barragem de Santa Clara
7665-880 Santa Clara-a-Velha Odemira
Tel. 93 211 21 31 | Fax. 283 882 103
mouraencantada@mouraencantada.pt
www.mouraencantada.pt
Veja Anúncio pag. 132

NAER - Novo Aeroporto, SA
Rua Sousa Martins, nº 1 - 5º
1050-217 Lisboa
Tel. 213 572 149 | Fax. 23 572 161
geral@naer.pt
www.naer.pt
Veja Anúncio pag. 139



Gestão Integrada de Propriedades Rurais
Projectos Florestais Especiais
Certificação da Gestão Florestal
Prestação de Serviços de Planeamento e Gestão Florestal
Compra e arrendamento de Propriedades Florestais
Biodiversidade
Agricultura Biológica

Z.I. de Febres | Lotes 4 e 5 | Apartado 33 | 3061-906
www.oryzonenergias.com | oryzon@grupo-catarino.pt

Pelicanzoo, Unipessoal, Lda.
Zoo Lagos
Quinta das Figueiras - Medronhal
8600-013 Barão São João de Lagos
Tel. 282 680 100 | Fax. 282 680 109
geral@zoolagos.com | www.zoolagos.com
Veja Anúncio pag. 135

Portucel - Empresa Produtora de Pasta e Papel, SA
Mitrena Apartado 55
2901-861 Setúbal
Tel. 265 709 000 | Fax. 265 709 165
dicom@portucelsoporcel.com
www.portucelsoporcel.com
Veja Anúncio pag. 131



PRALISA (Grupo Marfrio)
Produtos Alimentares e Pescas S.A.

PRODUTOS ALIMENTARES E PESCAS, SA

Zona Industrial Polo 2
Campos
4920-247 VILA NOVA DE CERVEIRA
Tel.: 251 798 173
Fax: 251 798 185
E-mail: pralisa@telepac.pt

Quinta da Mata
Estrada de Valpaços
5400-560 Chaves
Tel. 276 340 030 | Fax. 276 340 038
geral@quintadamata.net
www.quintadamata.net
Veja Anúncio pag. 142

Sasel - Sociedade de Águas Serra da Estrela, SA
Zona Industrial, Apartado 72
6290-909 Gouveia
Tel. 238 49 01 30 | Fax. 21 248 77 38
sasel@sumolcompal.pt
www.aguaserradaestrela.pt
Veja Anúncio pag. 133

Secil, Companhia Geral de Cal e Cimento, SA
Av. Forças Armadas, 125 - 6º
1600-079 Lisboa
Tel. 21 792 71 00
Fax. 21 793 62 00
www.secil.pt
Veja Anúncio pag. 137



SILVICONSULTORES
ambiente e recursos naturais

15

Há mais de 15 anos um nome de confiança

Av. António Augusto Aguiar
Nº 148 5ªA
1050 - 021 LISBOA
Tel.: 21 192 37 93
Fax: 21 145 48 50
Mail: info@silviconsultores.pt
Site: www.silviconsultores

Simria - Grupo Águas de Portugal
Rua Capitão Sousa Pizarro, 60
3810-076 Aveiro
Tel. 234 378 230 | Fax. 234 378 246
www.simria.pt
Veja Anúncio pag. 139

SMAS - Oeiras e Amadora
Av. Dr. Francisco Sá Carneiro
Urb. Moinho das Antas
2784 - 541 Oeiras
Tel. 21 440 06 00 | 808 504 505
www.smas-oeiras-amadora.pt
Veja Anúncio pag. 141

Syngenta - Crop Protection, Lda.
Av. da República, 57 - 4º
1050-189 Lisboa
Tel. 21 794 32 00 | Fax. 21 794 32 30
Veja Anúncio pag. 143

SPECO - Sociedade Portuguesa de Ecologia
Fcul, Campo Grande - Bloco C4, Piso I
Sala 4.1.10
1749-016 Lisboa
Tel. 21 750 04 39 | Fax. 21 750 04 39
speco@fc.ul.pt
www.speco.fc.ul.pt
Voip:skipe:specopt
Veja Anúncio pag. 134



Unimadeiras
PRODUÇÃO COMÉRCIO E EXPANSÃO FLORESTAL, S.A.

... a floresta é a nossa vida.

UNIMADEIRAS - PRODUÇÃO, COMÉRCIO E EXPLORAÇÃO FLORESTAL, S.A.
AREIRO, Apartado 3
3854-909 ALBERGARIA-A-VELHA
TIF: 234 521 864
Fax: 234 523 665
Site: www.unimadeiras.pt



ZOO SANTO INÁCIO
VILA NOVA de GAIA



Zoo Santo Inácio

Rua 5 de Outubro, nº 4503
4430-809 Avintes • V. N. de Gaia
Tel. (+351) 22 787 85 00
Fax (+351) 22 787 85 17
info@zoosantoinacio.com
http://www.zoosantoinacio.com



ENIGMA Design



A Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE) é uma Organização Não Governamental de Ambiente (ONGA), sem fins lucrativos, reconhecida como Instituição de Utilidade Pública dedicada à Educação para o Desenvolvimento Sustentável e à gestão e reconhecimento de boas práticas ambientais.



A Chave Verde



Constituída em 1990, a ABAE faz parte da Fundação para a Educação Ambiental (FEE), a qual agrupa entidades internacionais que, em conjunto promovem actividades de sensibilização e educação para o Desenvolvimento Sustentável, oriundas de mais de 40 países.



As iniciativas de Educação Ambiental e para o Desenvolvimento Sustentável desenvolvidas pela ABAE são:

- Programa Bandeira Azul;
- Programa Eco-Escolas;
- Programa Jovens Repórteres para o Ambiente;
- Programa EcoXXI;
- Programa Chave Verde.



Edifício Vasco da Gama
Rua General Gomes Araújo
Bloco C-PIso 1 -1350-355 Lisboa
Tel.: + 351 21 394 27 40
Fax: + 351 21 394 27 49

WWW.ABAE.PT

POR UM
AMBIENTE MELHOR



, código,



Cartão BES/WWF. Contribui para a Natureza.

Com o cartão BES/WWF não custa nada ajudar a conservar o planeta. 0,5% do valor das suas compras a crédito reverte para a WWF - a organização global de conservação da natureza - sem ter que pagar mais por isso. Adira ao Cartão BES/WWF e passe a palavra. O valor da anuidade é de €35 e reverte inteiramente para os projectos da WWF para a conservação da biodiversidade em Portugal. Se quiser contribuir mais, aceda a www.panda.org e saiba como. Seja como for, sempre que comprar, está a ajudar.



www.bes.pt | www.wwf.pt

© Michel Gunther / WWF-Canon © 1986 o Panda representa o logótipo da WWF ® World Wide Fund for Nature e Living Planet são marcas registadas da WWF

TAEG de 28,8% para crédito de €1.500. Base de cálculo de 360 dias à TAN de 22,59% nos termos da legislação aplicável e com reembolso no prazo de 12 meses. Cálculo dos juros efectuado numa periodicidade mensal a partir de uma base de 360 dias. As respectivas taxas são fixas.

UM DESAFIO AOS BIRD WATCHERS

A observação de espécies em vias de extinção, nomeadamente aves, é um dos pontos de maior atractividade que a Herdade da Poupa tem para oferecer aos amantes de roteiros ambientais.

Do abutre-do-egipto, cegonha preta, peneireiro cinzento, abelharuco, grifo, águias, cortiçol-de-barriga-branca e a terminar na poupa que dá nome à propriedade, a lista é longa.

A cobertura vegetal característica da herdade é o montado de azinho. Tem ainda algumas matas de eucalipto, que estão a ser retiradas e reflorestadas com azinheiras.

Algumas zonas são dominadas por plantas herbáceas e matagal mediterrânico, onde existe uma fauna diversificada de aves, mamíferos, répteis e anfíbios.

HERDADE DA POUPA A VITÓRIA DA NATUREZA

Foi reconhecida como a melhor propriedade rural europeia. Inserida no Parque Natural do Tejo Internacional, a Herdade da Poupa é um dos exemplos de conciliação e conservação dos habitats com o turismo cinegético e natural.

A Herdade da Poupa nasceu como uma necessidade para a região onde se insere, no concelho de Idanha-a-Nova. Mais que um projecto bem-sucedido de biodiversidade, constitui uma vitória da natureza e da sua interpretação. O local que é hoje considerado um dos expoentes de conservação de habitats na Europa sucedeu a um projecto de reflorestação que não vingou e que visava travar a degradação dos ecossistemas da região. Com o objectivo de recuperar a área afectada, a gestão da Herdade em colaboração com o Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade e o apoio do Banco Espírito Santo, definiu uma estratégia cujo primeiro passo passou por retirar o eucalipto que dominava a paisagem e iniciar a recuperação do montado de azinho e das restantes espécies da fauna e da flora locais.

A terra respondeu afirmativamente. Lar de uma biodiversidade extensa, a Herdade da Poupa abriga hoje nos seus 5.000 hectares várias espécies raras e protegidas como a ameaçada Águia-Imperial, a Cegonha-Preta ou a Lontra. Os montados de azinho compõem agora a paisagem. Anualmente são semeados cerca de 300 hectares com trigo, centeio e tritical, exclusivamente para a alimentação de veados, javalis e perdizes. Estas culturas, adornadas pelas linhas de água, permitem as condições necessárias para a variedade biológica que lá se encontra.

Esta inversão de status – de ecossistema em risco para reserva natural – valeu, em 2007 a distinção da Herdade da Poupa como a melhor propriedade rural europeia.



A sua contribuição para a preservação de recursos naturais foi reconhecida pela Fundação Anders Wall em associação com a " Friends of The Countryside" (organização de proprietários rurais europeus) e com o alto patrocínio da Direcção Geral do Ambiente da Comissão Europeia. O prémio visou distinguir uma propriedade que, ao afastar-se da produção agrícola, pecuária ou florestal, encontrou uma via alternativa de uma conciliação da conservação dos habitats com o turismo de natureza e cinegético.

Como forma de rentabilizar o projecto foi criado o Hotel Rural Herdade da Poupa.

Uma equipa de biólogos trabalha de forma contínua a gestão dos ecossistemas residentes, definindo os parâmetros que permitem conciliar a actividade de turismo cinegético e natural com a protecção das espécies e da paisagem. Através da introdução de espécies especificamente para este fim e da sua cuidadosa monitorização, é restabelecido o equilíbrio dos habitats e evita-se a perda da biodiversidade, contribuindo para o sucesso do projecto de recuperação florestal e conservação de espécies. A exploração dos recursos cinegéticos ocupa apenas três meses do ano, o que abriu portas e outras vertentes turísticas. A variedade da fauna da herdade constitui um dos focos de interesse de uma comunidade crescente de pessoas interessadas em roteiros ambientais que, na Herdade da Poupa, têm a oportunidade de observar animais no seu habitat natural. O contacto com a natureza e a mensagem da defesa do ambiente tem, desta forma, um cruzamento feliz com o público curioso por conhecer mais, gerando, em paralelo, receitas que tornam a preservação dos recursos naturais uma prática rentável.

O hotel, como peça central e motor financeiro da herdade, tornou-se um ponto de convergência dos apreciadores da natureza, sendo um exemplo em economia sustentável e dinamização do país.



HOTEL RURAL

★★★★



HERDADE DA POUPA

ROSMANINHAL 'PORTUGAL

A NATUREZA TEM UM RITUAL



A Herdade da Poupá é o local ideal para viver de acordo com a sua natureza.

Aqui encontra o cenário perfeito para libertar os seus instintos. Sinta a envolvência. Entregue-se à Natureza. Perca-se numa paisagem interminável e viva o seu ritual. Para preservar as espécies. Para viver a Natureza. Para fazer renascer uma tradição.

Na Herdade da Poupá encontra diversidade de terrenos e espécies. Descubra o turismo da Natureza com contornos de sofisticação, num ambiente de luxo rural.

BIODIVERSIDADE SUSTENTÁVEL

A Herdade da Poupá, ganhou o prémio de "Melhor Propriedade Rural" europeia de 2007, atribuído pela Fundação Anders Wall.



DE MÃO DADA COM A CONSERVAÇÃO

Esta é a nossa natureza.

Na Austrália, 80% do habitat dos koalas, foi destruído pelo Homem. O Jardim Zoológico apoia a Australian Koala Foundation, que garante a conservação desta espécie em áreas protegidas.

Os koalas que habitam no Jardim fazem parte de um programa de reprodução em cativeiro, EEP, com o objectivo de manter a população saudável, geneticamente diversificada e com as características naturais da espécie. Só assim será possível um dia reintroduzi-los na natureza.



Lisboa
**JARDIM
ZOOLOGICO**
Portugal

A **Biodiversidade** é um valor de todos. Dos especialistas, dos empresários, da sociedade. **E seu.**

O grupo **Portucel Soporcel**, ao integrar a **Conservação da Biodiversidade** no seu modelo de negócio assume o papel de liderança no uso sustentável dos recursos florestais e na partilha de benefícios ambientais.

O respeito pela **Biodiversidade** está presente no papel que produzimos e no trabalho que desenvolvemos na preservação das riquezas naturais do nosso planeta.

grupo Portucel Soporcel



Biodiversidade, Um papel de todos



COUNTDOWN
2010
SAVE BIODIVERSITY



www.mouraencantada.pt

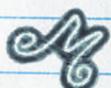
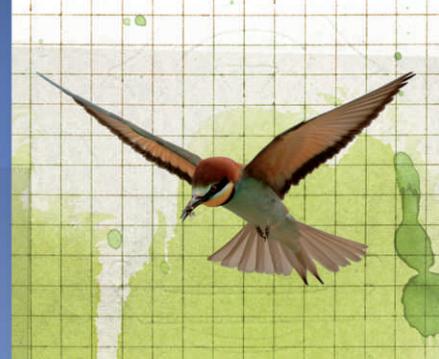
PASSEIOS DE MEIO DIA

PASSEIOS DE DIA INTEIRO

PASSEIOS AO LUAR

JANTAR A BORDO

CASAMENTOS A BORDO



MOURA ENCANTADA

Barragem de Santa Clara - 7665-880 Santa Clara-a-Velha - Odemira - Alentejo - Portugal
Tel.: +351 919 178 801 / +351 932 112 131 - Fax: +351 283 882 103 - mouraencantada@mouraencantada.pt



1 MILHÃO DE ÁRVORES 1 MILHÃO DE OBRIGADOS

COM A SUA AJUDA A ÁGUA SERRA DA ESTRELA PLANTOU MAIS DE 1 MILHÃO DE ÁRVORES. E PARA CONTINUAR A DEIXAR PORTUGAL MAIS VERDE A SUA AJUDA NUNCA É DEMAIS.

ÁGUA SERRA DA ESTRELA. DO QUE A SERRA TEM DE MELHOR.





SPECO

Sociedade Portuguesa de Ecologia

Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa
Campo Grande
Edif. C4, Piso 1, Sala 4.1.10
Tel. e Fax: 217500439
<http://speco.fc.ul.pt>
Skype:specopt

SPECO

A **Sociedade Portuguesa de Ecologia (SPECO)**, fundada em 1995, é uma sociedade científica que reúne investigadores e outros profissionais cuja actividade se desenvolve no domínio da Ecologia. A SPECO fomenta o diálogo e a interação entre ecólogos, promovendo uma comunidade científica dinâmica e participativa nas questões sociais, com especial destaque para as questões ambientais que mais suscitam a dúvida e a preocupação do cidadão.

A missão da SPECO consiste na promoção do conhecimento sobre a estrutura e funcionamento dos ecossistemas e o uso sustentável dos recursos naturais, nomeadamente o reconhecimento, previsão e mitigação das perturbações resultantes das alterações globais.

Objectivos

Contribuir para a promoção e divulgação da ciência ecológica a nível nacional;

Promover a interação entre cientistas, técnicos e estudantes nacionais e internacionais, e a interdisciplinaridade;

Promover a aplicação dos princípios ecológicos na utilização e conservação dos recursos naturais e no desenvolvimento;

Sensibilizar os cidadãos para as questões ecológicas e torná-lo agentes activos contribuindo para uma sociedade mais participativa;

Promover a interação entre ecólogos, cidadãos e entidades governamentais, para os assuntos relativos às políticas de ciência, educação e conservação.

A SPECO promove com regularidade cursos e palestras de divulgação de temas na área da Ecologia, bem como Encontros Nacionais de Ecologia, que envolvem instituições de diferentes zonas do país e investigadores de diversas áreas do conhecimento.

Projectos

A SPECO encontra-se envolvida em diversos projectos e iniciativas com destaque para:

Rede LTER-Portugal

A rede LTER-Portugal é uma iniciativa da SPECO, integrada na rede LTER Internacional (ILTER) e apoiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. As Redes LTER (Long-Term Ecological Research) são redes científicas que integram um conjunto de sítios onde se desenvolve investigação de longo termo, essencial para uma melhor gestão e conservação dos ecossistemas, bem como da biodiversidade e serviços a eles associados.

Revista Ecologi@

Publicação electrónica de divulgação científica para um público informado, com ênfase em trabalhos e artigos de opinião de investigadores nacionais.

Faça-se sócio da SPECO

Os sócios da SPECO são cientistas e técnicos que exercem actividade profissional na área de Ecologia e também estudantes de licenciatura de pós-graduação (mestrado e doutoramento) empenhados na promoção da ciência ecológica. Todos não somos demais para difundir e aplicar os princípios da Ecologia e contribuir para um planeta solidário e sustentável.

Os sócios da SPECO:

Têm acesso a diferentes fluxos de informação e eventos científicos e técnicos a preços reduzidos;

Contam com um fórum de opinião e discussão nas diversas vertentes da ecologia;

Apostam na cidadania como forma de intervenção, contribuindo para uma sociedade mais participativa.

A SPECO é membro da European Ecological Federation e encontra-se inscrita no Registo Nacional das Associações de Defesa do Ambiente.



COMPETÊNCIAS NAS ÁREAS MINEIRA E AMBIENTAL



Obra de Recuperação Ambiental (Mina de Lousal)

RECUPERAÇÃO E MONITORIZAÇÃO AMBIENTAL DE ÁREAS MINEIRAS DEGRADADAS (concessão atribuída nos termos do Decreto-Lei 198-A/2001)

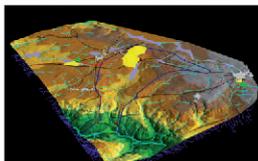


Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA

R. Sampaio e Pina, 1 - 3º Dtº • 1070 - 248 LISBOA

Tel: 213 859 121 • Fax: 213 858 319

edm.mineira@edm.pt • www.edm.pt



ESTUDOS
Modelo Geomorfológico 3D
(Mina da Urgeiriça)



PROJECTOS
Recuperação Ambiental
(Mina da Cunha Baixa)



OBRAS
Escombreira da Barragem Velha
(Mina da Urgeiriça)



Foto: Nuno Farrinha

Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.

Nascentes para a Vida um contributo da EPAL para promover e preservar a Biodiversidade e a Qualidade da Água na Albufeira de Castelo do Bode.

Com o apoio de:



Programa
Business
& Biodiversity



Zoo de Lagos

Onde a Natureza acontece!
Where Nature Happens!



www.zoolagos.com

Quinta Figueiras - Sítio do Medronhal, Barão de S. João
8600-013 Lagos | Tel: 282 680 100 | Fax: 282 680 109
geral@zoolagos.com



Hoje, o comércio internacional de espécies selvagens atinge bilhões de euros, abrangendo centenas de milhões de espécimes de animais e plantas.

Animais e plantas vivos e um vasto leque de produtos deles derivados, incluindo produtos alimentares, medicamentos, artefactos em cabedais exóticos e madeiras, são alguns exemplos.



ICNB

Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade



Pense duas vezes antes de comprar artigos de carapaça de tartaruga, marfim, corais, plantas ou animais selvagens...

pode estar a cometer um crime / infracção sem saber...

Antes de regressar à UE informe-se se necessita de uma licença especial. Se não o fizer, poderá custar-lhe mais do que as suas férias, e os produtos podem ser confiscados.

A Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e da Flora Selvagem Ameaçadas de Extinção (CITES ou Convenção de Washington) tem como objectivo assegurar que o comércio de animais e plantas não coloca em risco a sua sobrevivência no estado selvagem.

A CITES na União Europeia funciona através de um sistema de Licenças e Certificados acordado a nível comunitário. Na generalidade, a CITES proíbe o comércio internacional de espécimes de espécies listadas nos seus três anexos, sem a existência de uma licença ou certificado CITES.

A importação de espécimes, partes ou produtos de animais ou plantas inscritas no anexo I / A é proibida, podendo constituir crime de acordo com a legislação em vigor, ainda que por vezes se encontre à venda em alguns países, nomeadamente, africanos e asiáticos.

Com o **nosso cimento**
constroem-se pontes
para um **futuro melhor.**



Pelo desenvolvimento sustentável

A principal actividade da Secil é produzir um bem útil e essencial para o conforto e segurança das pessoas.

Com o nosso cimento constroem-se pontes, viadutos, habitações e hospitais. Com o nosso cimento o País desenvolve-se e progride. Mas o verdadeiro progresso só existe se soubermos assegurar o futuro. E isso passa pelo desenvolvimento sustentável, um perfeito equilíbrio entre a indústria e o meio ambiente.

Há vários anos que a Secil já está a concretizar este equilíbrio: implementa tecnologias de produção mais limpas, reabilita as pedreiras da Arrábida e apoia diversos projectos de investigação, recuperação e preservação ambiental.

Para que a natureza cresça connosco.



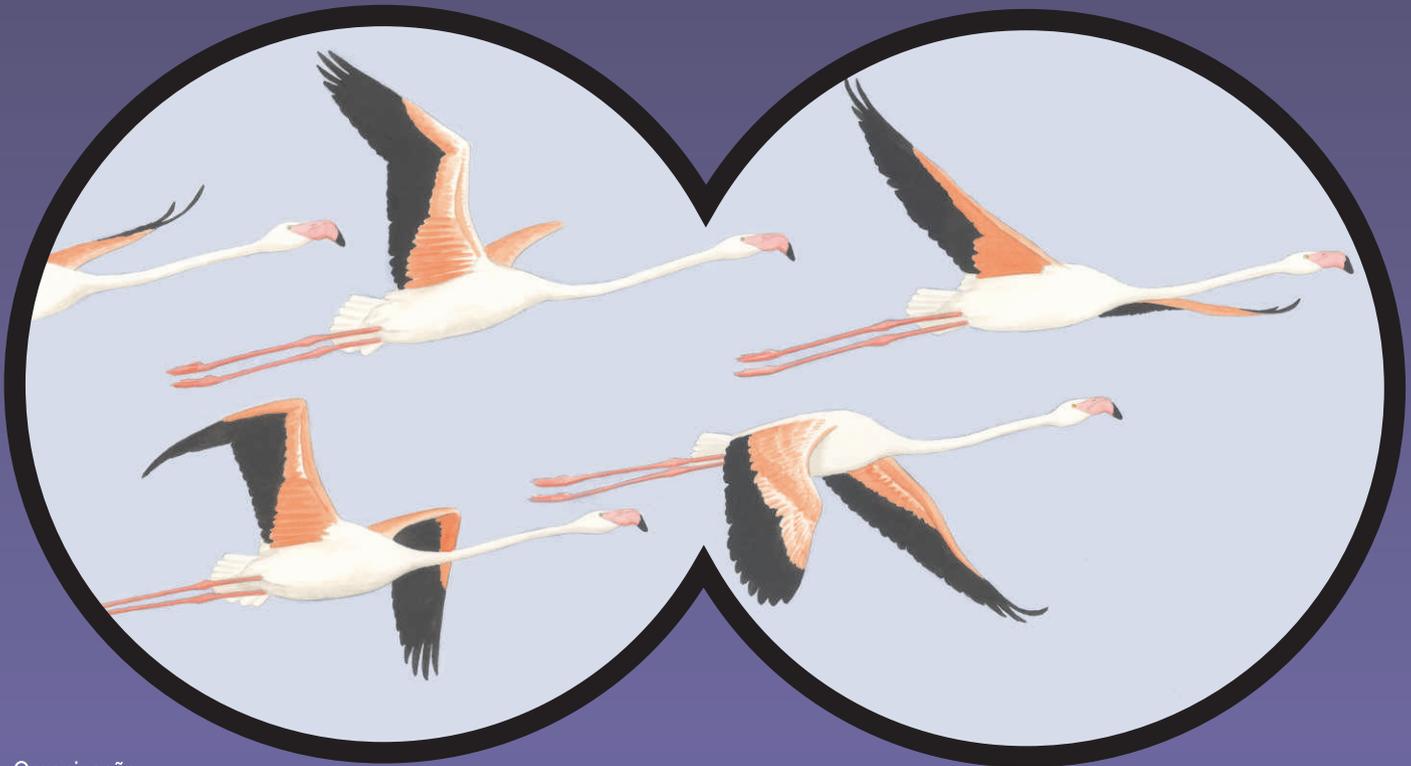
Com indústria responsável,
a natureza cresce.

OBSERVANATURA

Birdwatching fair

Herdade da Mourisca, Faralhão
Setúbal - **1 e 2 de OUTUBRO**

2011



Organização:

ICN B

Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P.

Departamento de Gestão de Áreas Classificadas
Zonas Húmidas





O melhor do nosso trabalho não se vê, **vive-se.**



Grande parte do nosso trabalho não se vê.

A maior parte das pessoas nem sequer tem ideia do que realmente fazemos. E ainda bem que assim é. Garantir o **equilíbrio ambiental** e assegurar o **património natural da nossa região** é o que fazemos quando tratamos as águas residuais.



Juntos hoje por um amanhã melhor!

ENIGMA
Design

g.castelobranco@mail.telepac.pt

NAER
Novo Aeroporto, SA

Novo Aeroporto S.A.

Rua Sousa Martins nº 1 – 5º
1050-217 LISBOA
Tel: 213572149 / Fax: 213572161
email: geral@naer.pt
www.naer.pt

Lince-ibérico

símbolo de qualidade.

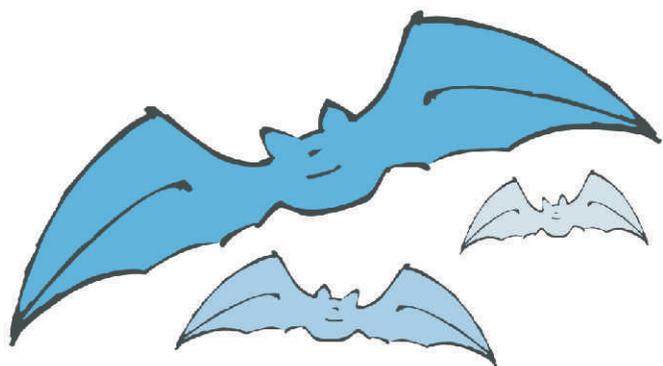
A presença de lince vai confirmar o que já todos sabíamos:
em Portugal, damos valor à Natureza

Foto: ICNB/CNRLI. Jan Valkenbourg

saber mais: <http://linceiberico.icnb.pt>

ICNB

Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P.



**Ano do Morcego
2011-2012**



**ANO INTERNACIONAL
DAS FLORESTAS • 2011**



O SABOR DA VIDA!

A Água é uma dádiva da vida. Presente em tudo, ela é de todos e indispensável para a nossa existência. Faz parte da nossa natureza. Em cada copo de água, bebemos vida.

E porque é um bem escasso, os SMAS de Oeiras e Amadora promovem a sua utilização eficiente e o combate ao desperdício, numa perspectiva social e ambientalmente responsável e sustentável.



Pela manhã, o chilrear dos pássaros...



Quinta da Mata

Estrada de Valpaços, Chaves

5400-560 CHAVES

Tlf.: 276340030

Fax: 276340038

www.quintadamata.net

geral@quintadamata.net

A Quinta da Mata é uma casa solarenga do século XVII com capela. O edifício é de pedra granítica, em blocos sobrepostos, onde sobressai a sua capela pintada de branco.

O acesso à casa dá-se por uma escada de pedra que leva a um átrio e que serve de recepção aos hóspedes.

Possui 6 quartos duplos com casa de banho completa, (frigorífico, telefone, televisão e rádio), bar, sala de leitura, biblioteca, adega regional e sauna...

LISNAVE
ESTALEIROS NAVAIS, S.A.

Um estaleiro a Conquistar o Futuro

MITRENA YARD

Apartado 135
2901- 901 SETÚBAL - PORTUGAL

Phone +351 265 79 91 00 - Fax +351 265 71 93 19

Email: comercial@lisnave.pt
www.lisnave.pt

www.icnb.pt



O que é necessário para ajudar os agricultores a produzirem **mais** alimentos com **menos** terrenos agrícolas disponíveis?

Só poderemos cultivar mais alimentos com menos, se oferecermos aos agricultores a inovação e conhecimento para que utilizem a terra e a água de forma mais eficiente, preservando assim, a biodiversidade.

Para tal desenvolvemos projectos, com o "Operation Pollinator", de forma a ajudar a preservar a biodiversidade através da promoção de práticas agrícolas sustentáveis fornecendo aos agricultores instrumentos que lhes permitam desenvolver a sua actividade de uma forma economicamente viável e em simultâneo contribuir para a promoção da biodiversidade.

Syngenta Crop Protection
Av. da República, nº 57, 4º - 1050-189 Lisboa
Tel.: 21 794 32 00 - Fax: 21 794 32 30
E-mail: contacto.portugal@syngenta.com
Site: www.syngenta.pt

syngenta®

ADRAT
ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO
DA REGIÃO DO ALTO TÁMEGA

altri

AmBioDiv
valor natural

ZNVI Aeroportos
de Portugal
Serviço de aeroportos

**PORTO DE
LEIXOES**

epilegre

**AROUCA
GEO PARK**

ICS3D Portugal
Conselho Empresarial para o
Desenvolvimento Sustentável

**BANCO
ESPIRITO
SANTO**

**bem
quer**

bio³
www.bio3.pt

Brisa

CAP

Central Cervejas e Bebidas

cascais NATURA
CASA DE NATURA

**Chamartín
IMOBILIÁRIA**

cme
com **procm**

Companhia das Lezírias

AMORIM

ctt

DESAFIO DAS
LETRAS

DIVETEK

ecolife
SOLUÇÕES AMBIENTAIS

EDIA

Edifer
construções

edm
Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.

edp
sinta a nossa energia

EPAL

ESPORÃO

Fagar

frutas&palhoça

galp energia

GRUPO FERPINTA

grupo Portucel Soporcel

**HERDADE
DO
PINHEIRO**

**Herl. dos
Fartos
de São da
Reguilar**

Associação de
Freguesias do Meio
Norte do Alentejo

Lago's
Premium Events

Delta
LARES

Lágrimas
HOTELS & EMOTIONS

LISBOA e-nova
MAGNUM, PORTUCAL, PORTUCEL, Soporcel

matéria verde
MATERIA VERDE

MOURA ENCANTADA

Naturlink
NATUR LINK

**Ordem dos Advogados
de Portugal**

ORYZON
ENERGIAS

REFER EP

REN
Redes Energéticas Nacionais

SATIVA

SDC
SAR DA CASCA
CONDIÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

SECIL

SECIL

Silvatec

SOMINCOR
Sociedade Mineira de Neves-Corvo, S.A.

**SONAE
TURISMO**

syngenta

VALNOR

vodafone

Aqui a Biodiversidade é tratada todos os dias com intimidade



Fotografia - GABRIEL MENDES



Fotografia - GABRIEL MENDES



Fotografia - PEDRO CARDOSO

Caçando na Escuridão - Os Morcegos da Regaleira

Com o cair da noite, os morcegos saem dos seus abrigos, naturais e artificiais, iniciando uma nova campanha de caça a insectos (como escaravelhos, traças ou mosquitos) e aranhas, contribuindo desta forma muito útil para regular pragas e insectos nocivos na natureza. As várias espécies de morcegos caçam em nichos ligeiramente diferentes umas das outras, pelo que podem coexistir sem grande competição nos mesmos terrenos de caça.

Ilustração - NUNO FARINHA

Centro de monitorização e tratamento de dados

A cargo da Comissão Científica da Federação Portuguesa de Espeleologia / AES, para o estudo, preservação e divulgação de conhecimentos sobre a espécie.

Morcego-de-ferradura
Rhinolophus sp.



Morcego-de-peluche
Miniopterus schreibersii



Morcego-hortelão
Eptesicus serotinus



Morcego-anão
Pipistrellus pipistrellus



Morcego-orelhudo-castanho
Plecotus auritus



Abrigo nº2

Um dos dois abrigos de criação, com indução de variáveis ambientais, para a investigação sobre a maior colónia nacional de *Rhinolophus hipposideros*, onde são registados dados, em tempo real, através de 4 câmaras de infra-vermelhos, que permitem a monitorização do ciclo vital da colónia.



MINISTÉRIO DO AMBIENTE
E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

ICN  B

Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P.